

**Marinha do Brasil
Escola de Guerra Naval
Mestrado Profissional em Estudos Marítimos**

Natália Maria Figueiredo

Guerra da Lagosta: uma Análise Político-Estratégica

**Rio de Janeiro
2021**

Natália Maria Figueiredo

A Guerra da Lagosta: uma Análise Político-Estratégica

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre(a) em Estudos Marítimos.
Área de Concentração em Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: Williams da Silva Gonçalves

Rio de Janeiro
2021

F475g Figueiredo, Natália Maria

A Guerra da Lagosta: uma análise político-estratégica / Natália Maria Figueiredo. - Rio de Janeiro, 2021.

122 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Escola de Guerra Naval,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), 2021.

Orientador: Williams da Silva Gonçalves

Bibliografia: f. 114 - 122

1. Lagosta, Guerra da, 1961. 2. Brasil - política externa - França. 3. Brasil - diplomacia - França. I. Escola de Guerra Naval. II. Título.

CDD 333.95554

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária
Cremilda Santos - CRB7/3200
Biblioteca da Escola de Guerra Naval

Natália Maria Figueiredo

A Guerra da Lagosta: uma Análise Político-Estratégica

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre(a) em Estudos Marítimos.
Área de Concentração em Política e Estratégia Marítimas.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Williams da Silva Gonçalves
Doutor do PPGEM-EGN

Prof. Dra. Mônica Leite Lessa
Doutora da UERJ

Prof. Dr. Francisco Eduardo Alves de Almeida
Doutor do PPGEM-EGN

Aos meus pais, à minha companheira e aos pais dela, que não somaram esforços e apoio na minha jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Mariana por ter me dado todo o apoio necessário, acreditar em minhas capacidades todas as vezes que não fui capaz e por não ter deixado eu desistir quando surgiram as adversidades. Aos pais dela, Ana Lúcia e Silvio César, por toda a compreensão e suporte. Aos meus pais, Vera Helena e Celso José, que sempre apoiaram minhas decisões e mesmo distante não deixaram de ser meu porto seguro em todos os momentos.

Aos amigos que me incentivaram e acreditaram em meu esforço, por aqueles que me diziam que a única chance era dar certo, que não teria outra opção, pois essas pequenas motivações diárias me auxiliaram a não desistir. Aos meus gatos, Ed e Arya, que adotados durante esse período serviram como ponto de apoio emocional na quarentena mantendo minha sanidade mental.

Agradeço a renomada instituição da Escola de Guerra Naval da Marinha do Brasil, todo o corpo docente, direção e setor administrativo, pela oportunidade de cursar meu mestrado em um ambiente saudável, respeitoso, pela ótima estrutura e acolhimento com todos os alunos. Aos mestres e doutores que compartilharam seu conhecimento de maneira eficaz no decorrer do curso, e um agradecimento principal ao meu orientador Williams Gonçalves por me auxiliar na pesquisa e compartilhar seu conhecimento.

RESUMO

Esse trabalho apresenta novas abordagens sobre o conflito entre Brasil e França durante a década de 1960 decorrente da pesca de lagosta no nordeste brasileiro envolvendo a Marinha do Brasil que ficou conhecido como a Guerra da Lagosta. Buscamos aumentar o leque de discussões ao apresentar novas fontes e considerando o contexto global para dentro do conflito, no caso a Crise dos Mísseis de 1962 entre Cuba e Estados Unidos da América. Através dessas informações, iremos buscar o comportamento diplomático entre as partes para compreender a dimensão do conflito e a possibilidade de um embate bélico considerando o sistema internacional como o pano de fundo e quais os atores que poderiam estar envolvidos dentro desse conflito, além de Brasil e França. Iremos abordar temas como a ausência de jurisdição sobre o Direito do Mar, os interesses econômicos, os posicionamentos militares, a atuação da imprensa e analisar documentos que possam apresentar uma nova face do conflito através de telegramas enviados para outros Estados.

Palavras-Chave: Brasil. França. Guerra da Lagosta. Marinha do Brasil. Estados Unidos da América.

ABSTRACT

This dissertation presents new approaches to the conflict between Brazil and France during the 1960s due to the lobster fishing in northeastern Brazil involving the Brazilian Navy, that became known as the Lobster War. We seek to increase the range of discussions by presenting new sources and considering the global context for the conflict, in this case the 1962 Missile Crisis between Cuba and the United States of America. Through these information, we will seek diplomatic behavior between the parties to understand the dimension of the conflict and the possibility of a military conflict considering the international system as the background and which actors could be involved in this conflict, in addition to Brazil and France. We will address topics such as the lack of jurisdiction over the Law of the Sea, economic interests, military positions, the role of the press and analyze documents that can present a new face of the conflict through telegrams sent to other States.

Keywords: Brazil. France. Lobster War. Brazilian Navy. United States of America.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Propaganda do whisky americano Calvert.	50
Figura 2: Histórico da produção de lagostas	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DATAR	Delegação para o Planejamento Regional e Ação Regional
EUA	Estados Unidos da América
IPEMA	Indústria Pesqueira do Maranhão S.A
IRPEX	Indústrias Reunidas de Pesca e Exportação Ltda
MB	Marinha do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PEI	Política Externa Independente
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 O SISTEMA INTERNACIONAL E OS POSICIONAMENTOS DAS POLÍTICAS EXTERNAS DO BRASIL E DA FRANÇA.....	20
1.1 O Sistema Internacional e a Guerra Fria – o mundo Bipolar.....	20
1.2 A Consolidação da Guerra Fria, conflitos e tensões dentro dos blocos.....	30
1.3 Brasil e França na Guerra Fria - Políticas Externas Independente	39
2 A GUERRA DA LAGOSTA	47
2.1. O valor da Lagosta e a questão econômica.....	48
2.2. A questão jurídica	56
2.3. A questão militar.....	64
3 A PARTICIPAÇÃO DA IMPRENSA, A CRISE DOS MÍSSEIS E OS TELEGRAMAS DOS EUA.....	72
3.1 A participação da imprensa no conflito – a criação da Guerra da Lagosta.....	72
3.2 A crise dos mísseis, a ameaça comunista, Goulart e a Guerra da Lagosta	81
3.3 Guerra da Lagosta e a documentação dos EUA.....	96
CONCLUSÃO.....	107
REFERÊNCIAS	114

INTRODUÇÃO

O estudo tem por objetivo ampliar o leque de discussões sobre a Guerra da Lagosta, conflito ocorrido no início da década de 1960 entre Brasil e França decorrente da pesca do crustáceo no nordeste brasileiro, buscando apresentar novas fontes, abordagens e atores para avaliar possíveis causas e consequências decorrentes do conflito, segmentando-o entre questões econômicas, militares e jurídicas além do posicionamento da imprensa e de documentos oficiais das representações diplomáticas do governo dos Estados Unidos da América.

Após a II Guerra Mundial, tem-se visto uma tendência de resolução de conflitos por meios diplomáticos, uma vez que o mundo contemporâneo conheceu o terror e poder de destruição de duas grandes guerras. O início da década de 1960, período foco do tema desta dissertação, foi extremamente conturbado nas relações internacionais dentro do cenário da Guerra Fria, principalmente em decorrência da expansão soviética no continente americano, que culminou na Crise dos Mísseis em Cuba, o momento de maior tensão entre as potências da época, Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

As relações diplomáticas moldam a presença de um Estado dentro do contexto global, pois apresenta a política externa de cada um. O posicionamento, as alianças, ser ou não signatário de determinado acordo mundial, todas essas vertentes indicam quão aberto ou fechado determinado Estado se propõe a ser visto. Nas últimas décadas, notamos que as questões diplomáticas vêm tomando proporções e direcionamentos pautados por políticas nacionais. Porém, muitas vezes sua perspectiva e importância se perdem nesses debates atuais tomados por vertentes políticas e não preocupados com a importância de determinadas decisões, como as que se relacionam com a sua política externa.

A Guerra da Lagosta apresentou uma crise nas relações entre Brasil e França, Estados que até então cultivavam boas relações diplomáticas, ocasionada em decorrência da pesca não autorizada no nordeste brasileiro. Esse conflito irá nos permitir analisar a estrutura do sistema internacional e a aplicação das políticas externas de cada um dos Estados envolvidos, bem como os interesses das potências da época em relação a esses Estados.

Nos anos 50, a pesca da lagosta existia em pequena escala no Brasil, mas vinha ganhando espaço na economia, conhecimento através da mídia e o interesse tanto nacional quanto internacional. O hábito do consumo em restaurantes e pratos elitistas trouxe à lagosta uma nova roupagem e passou a ganhar importância mundial, em consequência, o Nordeste brasileiro ganhou visibilidade por possuir um grande potencial de produtor, o que deu ao crustáceo o codinome de “o Ouro do Mar”. Esse reconhecimento passou a ser internacional e

começou a ter repercussão, navios franceses que pescavam lagostas na costa da África e vinham percebendo que o crustáceo estava ficando escasso buscaram a costa brasileira para continuar com suas atividades.

As atividades francesas foram reconhecidas pelo governo brasileiro como ilegais, por não cumprir com o papel inicial a que se propuseram que seria de pesquisa do crustáceo. Foi percebido pelo governo brasileiro que estava ocorrendo pesca extrativa ilegal dentro da sua plataforma continental, ao invés do intuito oficial mencionado pelos lagosteiros franceses.

Dadas essas circunstâncias, iniciou-se um debate diplomático que perpassou diversos temas e posicionamentos. Não houve embate bélico, porém os meios da marinha brasileira se movimentaram para o nordeste para garantir a segurança da região, portanto a diplomacia foi o fator decisivo na garantia de um cenário não belicoso.

O conflito nos permite uma análise por diversos espectros, como as relações bilaterais de Brasil e França, um comparativo entre as políticas externas independentes que ambos os Estados vinham aplicando, as questões militares, porém, não encontramos na Academia uma visão do conflito sobre a ótica do sistema internacional e pelos interesses das potências dentro de tal cenário, análise a que este trabalho se propõe a realizar.

As vertentes observadas até então se atêm restritamente ao conflito da Guerra da Lagosta, análises militares das estratégias da marinha, relações bilaterais e ações diplomáticas ou ao posicionamento internacional do país através de sua política externa. Porém, foi observado nos estudos sobre o tema que não há a inclusão do conflito dentro do cenário da Guerra Fria e como se comportou em relação a imposição bipolar do sistema internacional e, principalmente, como as potências, nesse caso os Estados Unidos, acompanharam tanto o conflito, o posicionamento dos presidentes, as políticas externas e as relações entre Brasil e França.

Apesar de existirem trabalhos acadêmicos que versam sobre a Guerra da Lagosta, não temos uma literatura mais ampla que busca a análise do conflito dentro do contexto do sistema internacional. Além desse ponto temos o posicionamento diplomático como um dos assuntos mais atuais nas relações internacionais, o que traz à análise do conflito um viés contemporâneo. Também, ao analisarmos as ações dentro de um caso específico, podemos extrair diversas considerações sobre o direcionamento internacional de um país neste tipo de temática de acordo com a sua política externa.

Todas essas questões devem versar dentro do contexto econômico, político e até mesmo ideológico e social, pois o conflito que havia sido iniciado no ambiente privado tomou proporções governamentais e poderia resultar em um embate bélico. Por fim, a grande maioria

dos estudos considera o conflito finalizado em 1963 juntamente com a saída dos lagosteiros franceses da costa brasileira, mas seria este acontecimento realmente o ponto final deste embate?

Como objetivo geral da pesquisa buscamos trazer à Guerra da Lagosta uma análise tendo o sistema internacional como pano de fundo e a apresentação de novas fontes para fomentar discussões inéditas acerca do conflito. Com base nessa análise e a exposição da configuração do sistema internacional, os objetivos específicos serão buscar respostas para as seguintes questões: quais seriam as motivações e indefinições que resultaram no conflito? Seriam apenas Brasil e França os atores dentro desse conflito? Seria a Guerra da Lagosta realmente uma guerra, observando o conceito de guerra por si só? Houve pressões ou intervenções externas? Quem teria sido o vencedor do conflito e quando ele realmente teve fim?

Além disso, ao longo do estudo, também surgirão questões como: apenas a pesca não autorizada e as contestações entre cada um dos Estados podem implicar em ameaças e conflitos externos quase resultando em uma guerra? A ausência da regulamentação do Direito do Mar poderia impactar diretamente na fauna marinha do território ribeirinho e em constantes invasões territoriais para atender uma questão econômica?

O relacionamento entre os Estados e os posicionamentos diplomáticos devem estar prontos para resolver essas questões sem que seja necessário uma intervenção militar como foi no conflito Brasil e França, portanto iremos utilizar análises de questões econômicas, políticas, jurídicas e militares para compreender se a dimensão do conflito corresponde a toda a movimentação que foi despendida para sua resolução.

A segunda metade do século XX foi um período de grandes mudanças dentro do cenário mundial. Não apenas levando em consideração os países em reconstrução após a Segunda Guerra Mundial, mas também no que se refere à expansão econômica que ficou conhecida como a Era de Ouro do Capitalismo. Dentro desse movimento, acompanhamos um período de crescimento nas problemáticas em relação a pesca no mar, devido à ausência de jurisdição e de países adeptos, a imposição de posicionamento em relação as potências e os acontecimentos de tensão que ocorriam devido as expansões de influências.

Em 1958, a Organização das Nações Unidas (ONU) fez a primeira Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, porém não foi conclusiva e gerou diversos debates sobre o tema. A evolução do Direito do Mar tem como paralelo direto a ascensão de conflitos relacionados ao mar.

O tema proposto por essa pesquisa possui grande importância, por se tratar de um momento histórico de muita relevância para o Brasil, ressaltando o posicionamento diplomático

que o país adotou, o posicionamento da marinha brasileira na nossa costa e a instabilidade política da época. Além disso, ainda não foi realizada uma análise deste conflito dentro do sistema internacional e com outros atores envolvidos como estamos propondo, buscando novas fontes e visões.

Analisar a questão econômica do período vista pelo ângulo da pesca extensiva, que cresceu após os anos 50 junto com o boom da economia pós-Segunda Guerra, e a relação entre as delimitações costeiras refletem a modernização e a globalização que passou a tomar conta do cenário global no século XX.

Além disso, a pesca da Lagosta no nordeste brasileiro teve seu início nesse período, progredindo até os dias atuais. O interesse internacional na lagosta presente no território brasileiro incentivou não somente as pesquisas, mas também o comércio da região e gerou um campo de grande importância para a economia brasileira.

A “Guerra da Lagosta” foi um conflito econômico, diplomático e militar sem precedentes na relação do Brasil com a França. A questão econômica da pesca da lagosta foi um ponto de atenção, pois passou a ser significativo o capital gerado a partir da exportação da quase totalidade da produção do crustáceo, visto que o consumo interno era praticamente inexistente. Isso não só significou o ingresso do Brasil em um nicho do mercado capitalista internacional onde antes o país não figurava como também atraiu atenção de países produtores de lagosta, sobretudo a França.

A justificativa para esta pesquisa está no fato de, além de trazer respostas para as perguntas elencadas acima, permitir um conhecimento a respeito da trajetória da pesca da lagosta no Brasil. Ao que tudo indica, a indisposição com a França gerou um nicho de mercado que não era explorado e que ficava restrito a pesca artesanal. O aumento significativo da pesca da lagosta após esse período reflete essa visibilidade de maneira clara, o que produz diversas consequências para a economia brasileira, além de questões ambientais extremamente preocupantes.

Porém, ao nos afastarmos do conflito e começarmos a investigação com base documental iremos buscar qual a importância do Brasil dentro do sistema internacional e as possíveis preocupações dos EUA em relação às influências brasileiras e as tomadas de decisão que a instauração da Política Externa Independente poderia causar. O episódio marco para o acompanhamento desse cenário é a crise dos mísseis em Cuba e as possíveis relações dessa tensão com o posicionamento externo brasileiro vistos pela ótica das representações diplomáticas estadunidenses no Brasil.

O trabalho de conclusão de mestrado será uma dissertação resultante de uma pesquisa exploratória onde serão analisados fenômenos que não tiveram muito enfoque dentro do meio acadêmico. O recorte temporal será do século XX, pós-Segunda Guerra com foco na Guerra da Lagosta, que ocorreu no início da década de 1960 no nordeste brasileiro.

As referências bibliográficas estarão baseadas em teses e dissertações que versam sobre o tema e no livro do autor Costa Braga chamado “A Guerra da Lagosta”, em que iremos extrair as informações de acordo com a cronologia e documentos brasileiros. Também iremos utilizar as Convenções da ONU sobre o Direito do Mar, livros sobre Direito Internacional, Estratégias Marítimas, Soluções Diplomáticas, entre outros.

Também utilizaremos como fontes os jornais da época, por ser um período mais próximo dos anos atuais podemos consultar as hemerotecas virtuais para ter acesso a grande parte das informações do período. Dessas fontes será feita a análise através do método qualitativo para a obtenção de informações significativas para a pesquisa.

Como fontes primárias teremos as informações de três instituições detentoras de documentos oficiais e com acesso virtual que foram de extrema importância para o desenvolvimento do estudo, sendo eles: John K. Kennedy Presidential Library and Museum, que contém todos os documentos relacionados ao então presidente estadunidense e da Brown University Library, que possui em seu repositório virtual em parceria com a Universidade Estadual de Maringá a digitalização dos documentos das representações diplomáticas estadunidenses no Brasil.

Teremos como variáveis independentes a ONU (Organizações das Nações Unidas), o sistema internacional contemporâneo, o Direito Internacional, entre outras. As variáveis dependentes, que se relacionam a essas, são o Direito do Mar e a pesca dentro do contexto, sendo praticada em territórios estrangeiros. Por fim, as variáveis intervenientes são os próprios Estados envolvidos nesses conflitos, como o Brasil e a França.

Após a fundamentação por meio do contexto histórico e da análise dos fatos jurídicos, econômicos e militares dos envolvidos na temática da dissertação, o estudo irá perpassar por uma análise de acordo com os jornais de época e, por fim, pelas documentações oficiais sobre o tema e a decorrência do conflito. Além disso, será considerado o papel do Brasil dentro do sistema internacional e a visão dos EUA do posicionamento brasileiro em questões de políticas externas e as preocupações decorrentes das movimentações da União Soviética na sua aproximação no continente americano através de Cuba.

O desenvolver do trabalho se deu pela divisão em três capítulos, cada qual contendo três subcapítulos, que buscam versar na seguinte ordem respectivamente: primeiro será trabalhado

o contexto histórico da Guerra Fria e as políticas externas de cada um dos Estados envolvidos no conflito, Brasil e França; em um segundo momento iremos abordar o conflito por três visões, a econômica, a jurídica e a militar; por fim, iremos trazer as análises das fontes primárias dos jornais e documentações oficiais para embasar e analisar se conseguimos responder às questões levantadas acima.

O primeiro capítulo irá trazer o contexto histórico do sistema internacional pós-Segunda Guerra Mundial e a construção do cenário do mundo bipolar da Guerra Fria. A ascensão das duas potências, Estados Unidos da América e União Soviética proporcionou uma divisão global entre ideologias opostas marcadas principalmente pelo sistema econômico. A Guerra Fria ficou marcada por influências territoriais, investimentos militares e a dissuasão através da ameaça de destruição total do globo.

Esse período não teve embates diretos entre as duas potências, porém houve momentos de grandes tensões entre os dois blocos em embates de terceiros e até mesmo diretamente, como no caso da crise dos mísseis de Cuba. A instabilidade entre as duas potências também era reflexo dentro de seus blocos, portanto apresentamos um subcapítulo para tratar desses conflitos internos dos blocos, pois os Estados haviam passado a fazer parte de um jogo de estratégia das potências e a manutenção e regulação da paz entre eles era a garantia de manutenção da bipolaridade e da permanência das potências.

Por fim, para fechar o primeiro capítulo iremos apresentar a implementação da política externa independente francesa sob o comando do General Charles De Gaulle, que buscava ver novamente a França como grande dentro do cenário internacional, enquanto do outro lado do Atlântico temos a versão brasileira da política externa francesa, voltada a se posicionar no exterior de maneira ativa, não mais passiva como vinha historicamente performando. O posicionamento da política externa independente do Brasil passou a mostrar uma postura diferente do habitual pelo país dentro do sistema internacional e essa movimentação chamou a atenção das potências.

O segundo capítulo irá apresentar o conflito da Guerra da Lagosta por três visões, sendo a motivação inicial a ausência de jurisdição e o conflito. Para tal, trataremos da questão econômica da lagosta dentro do cenário mundial, seu status como um alimento exótico e de valor ligado a uma classe superior que atendia os anseios de uma nova classe burguesa. A ampliação desse mercado de consumo fez com que os interesses privados passassem a buscar incessantemente novos locais de pesca, inconsequentes e extrativos, buscando apenas o lucro final. Portanto, a motivação inicial da Guerra da Lagosta foi de interesse econômico para atender um mercado consumidor e uma classe de empresários.

A questão da ausência de jurisdição segue como um segundo fator que gerou o embate diplomático, uma vez que ao argumentar a pesca indevida dentro da plataforma continental a construção da Convenção do Direito do Mar da Organização das Nações Unidas deixava margens para interpretação, portanto mesmo os dois Estados sendo não signatários não havia jurisdição que pudesse julgar qualquer uma das partes. Levar a questão para a arbitragem internacional não era um ponto a ser considerado para o Brasil que via como uma possibilidade de abrir precedentes para outros interessados e seu impacto seria diretamente ligado à sua fauna marinha. Portanto, o conflito seguiu com os embates diplomáticos entre as investidas francesas no direito da pesca e na defesa brasileira da soberania nacional.

Em relação ao conflito, temos a visão militar tanto brasileira quanto francesa. Tratar desse tópico é de extrema importância, pois ao enviar um navio de guerra para acompanhar os lagosteiros franceses o governo brasileiro entendeu o ato como uma ameaça e retribuiu com uma operação com envio da marinha de guerra brasileira até o local. Diferente do posicionamento revolucionário francês, o Brasil não possuía o histórico de guerras, portanto a movimentação da Marinha Brasileira foi um ponto de extrema atenção para com o conflito.

No terceiro capítulo, iremos abordar a questão da construção através da imprensa do nome do conflito, pois se é guerra quando existe violência como considerar guerra a Guerra da Lagosta? O episódio teve contornos dados pela imprensa na construção do imaginário social e das repercussões internacionais. Iria o Brasil entrar em guerra contra uma potência nuclear? Iria a França atacar o Brasil com suas restritas armas nucleares? O ponto que iremos abordar é da construção ideológica em relação ao conflito e da interpretação permitida devido aos tempos de extrema tensão no qual ocorreu.

Seguimos pela análise do conflito apresentando novos atores para a compreensão, sendo eles a crise dos mísseis, a ameaça comunista e o presidente João Goulart que estavam dentre as preocupações estadunidenses no momento. Conforme mencionamos, o momento de maior tensão no período da Guerra Fria se deu em outubro de 1962 com a crise dos mísseis de Cuba e a temporalidade do evento ficou muito próxima ao ápice da tensão do conflito da Guerra da Lagosta.

Portanto, iremos dissertar através de fontes oficiais do governo estadunidense sobre a preocupação em relação a postura brasileira no cenário internacional, as tendências ideológicas do então presidente João Goulart e as possibilidades de expansão da ideologia da União Soviética na América Latina após Cuba. Ao utilizarmos dessa fonte iremos buscar indícios sobre a participação do governo dos EUA na política brasileira para compreender o grau de

participação e posteriormente validar se houve ou não interferência dos EUA na resolução do conflito da Guerra da Lagosta.

Iremos trazer a Guerra da Lagosta vista através dos envios de telegramas para o governo dos EUA de acordo com os embaixadores dos Estados Unidos no Brasil. É a análise documental que irá nos apresentar as novas informações acerca do conflito e a possibilidade de verificar se houve interferência, para que possamos compreender como o episódio tomou tamanha proporção, apresentar novas fontes de pesquisa e revisar determinadas interpretações.

Na conclusão iremos apresentar as considerações finais dessa pesquisa e espera-se alcançar as respostas para as perguntas formuladas nesta introdução. Além disso, busca-se fomentar a pesquisa no meio acadêmico acerca do tema central, que se encaixa tanto nas relações internacionais quanto mais especificamente nos estudos marítimos e trata de um assunto relevante em um período de grande importância dentro da história brasileira e mundial.

1 O SISTEMA INTERNACIONAL E OS POSICIONAMENTOS DAS POLÍTICAS EXTERNAS DO BRASIL E DA FRANÇA

Iremos abordar o tema da Guerra da Lagosta em nosso trabalho, conflito que ocorreu no nordeste brasileiro nos anos entre 1961 e 1963 envolvendo Brasil e França. Esse evento foi decorrente da chegada de navios lagosteiros franceses para pesca na plataforma continental brasileira. A ação de cada Estado foi a de defender seus interesses, porém o cenário internacional passava por tensões e esse episódio não foi um fato isolado ao Sistema Internacional.

Todas as ações e reações expressas por cada Estado terão consequências no meio internacional. De acordo com Buzan, podemos considerar que o Estado é o mais poderoso tipo de entidade dentro do Sistema Internacional, acabando com as outras formas de políticas e se transformando em universal, como um ator de fidelidade política e autoridade, um instrumento da força com máquinas militares para a guerra moderna (BUZAN, 1991).

Sendo assim, ao assumirmos a figura do Estado como entidade internacional e detentora da força, iremos analisar como Brasil e França se posicionam e atuam dentro do conflito e como o Sistema Internacional estava se comportando na época em questão. O exemplo do conflito da Guerra da Lagosta perpassou por momentos específicos de tensões na história e apresenta Estados em momentos conturbados de mudanças de estruturas internas e externas.

Dito isso, iremos buscar a compreensão da postura de Brasil e França dentro do contexto geral, apresentando documentações e informações ainda não exploradas para compreender quais os motivos que levaram a pesca da lagosta na plataforma continental brasileira a um conflito não apenas diplomático, mas também militar.

1.1 O Sistema Internacional e a Guerra Fria – o mundo Bipolar

De Stettin, no Báltico, a Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro desceu pelo continente. Atrás dessa linha estão todas as capitais dos antigos estados da Europa Central e Oriental. Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sofia, todas essas cidades famosas e as populações ao seu redor estão no que devo chamar de esfera soviética, e todas estão sujeitas de uma forma ou de outra, não apenas à influência soviética mas a um nível muito alto e, em muitos casos, crescente medida de controle de Moscou. (Winston Churchill, 1946)¹

¹ Texto original: “From Stettin in the Baltic to Trieste in the Adriatic, an iron curtain has descended across the Continent. Behind that line lie all the capitals of the ancient states of Central and Eastern Europe. Warsaw, Berlin, Prague, Vienna, Budapest, Belgrade, Bucharest and Sofia, all these famous cities and the populations around them lie in what I must call the Soviet sphere, and all are subject in one form or another, not only to Soviet influence but to a very high and, in many cases, increasing measure of control from Moscow.”

O discurso acima foi feito nos Estados Unidos da América por Winston Churchill em 1946, nessa época ele não estava representando o governo britânico no qual foi Primeiro Ministro durante a Segunda Guerra Mundial, e esse discurso ficou marcado pela ênfase na contradição ao regime soviético. Com o fim da guerra e a vitória dos Aliados, a contradição entre eles passou a ser evidente e as diferenças entre os regimes ainda mais nítidas. De um lado o capitalismo e a democracia, e do outro o socialismo e seu regime autoritário.

Ao considerarmos o discurso de Churchill em 1946 mencionando uma “cortina de ferro” na “esfera soviética”, ele nos passa duas impressões: a primeira seria que nada poderia entrar ou atingir aquele ponto; e a segunda seria a restrição do espaço geográfico por meio de uma esfera, portanto, a influência da União Soviética era limitada e não teria expansão. Porém, assim como os EUA iniciaram a expansão de sua área de influência e acordos protecionistas militares, a URSS também não ficou estática.

O mundo havia acabado de sair de uma guerra de proporções gigantescas, porém com a ameaça de uma destruição ainda maior sinalizada pelo uso de armas nucleares. Devemos ressaltar que a destruição causada pela Segunda Guerra Mundial trouxe uma perspectiva inimaginável a cada uma das populações, o número de mortes em batalha ou pelo holocausto, a mobilização da massa para manter a economia de guerra, quebrou a engrenagem social que os Estados vinham mantendo e tentando recuperar após a Primeira Guerra.

Temos como certo que a guerra moderna envolve todos os cidadãos e mobiliza a maioria; é travada com armamentos que exigem um desvio de toda a economia para sua produção, e são usados em quantidades inimagináveis; produz indizível destruição e domina e transforma absolutamente a vida dos países nela envolvidos. Contudo, todos esses fenômenos pertencem apenas às guerras do século XX (HOBSBAWM, 1995, p. 41).

O trecho acima, retirado do livro “A Era dos Extremos”, nos apresenta a proporção das guerras que ocorreram durante o século XX. Hobsbawm ao mencionar sobre a grandiosidade e a dimensão dessas guerras aponta também que “O monstro da guerra total do século XX não nasceu já do seu tamanho” (HOBSBAWM, 1995, p. 42), portanto, as guerras foram ficando maiores e mais destrutivas com o passar dos anos.

O avanço tecnológico demonstrado durante a Segunda Guerra mostrou o poder de destruição e como a detenção de tecnologia estaria atrelada a todos os poderes, uma vez que a

evolução das armas de guerra ficou restrita a alguns Estados. Essa questão ressalta que na ausência ou não de uma solução diplomática o Sistema Internacional, regido conforme Hobbes pelo Estado de Natureza, estaria com o fim da Guerra sob a dominância das potências nucleares.

Já a diplomacia é a combinação de todos os diversos fatores de poder, transformando-os de potencialidades em poder real. É no elemento diplomático que se canalizam todos os esforços presentes, aplicando-se a racionalidade otimizadora em benefício dos interesses da unidade política. A atuação diplomática é equiparada à estratégia militar, como meio de se adequarem os recursos disponíveis aos objetivos nacionais. Aron, expressivo pensador francês, leva em consideração estas observações e coloca que os ícones internacionais são o diplomata e o soldado. Uma vez que o meio internacional aproxima-se do modelo hobbesiano de Estado de Natureza, a arena internacional pode ser definida não pelos seus fins, mas pelos seus meios, pelas forças e recursos disponíveis ao diploma e às armas. (ROCHMAN, 1999, p. 125)

A análise através da obra de Raymond Aron reflete seu tempo histórico e é de grande importância para nosso estudo, pois durante a Segunda Guerra ele tem contato direto com o general Charles de Gaulle, futuro presidente da França no período que iremos abordar. O compartilhamento ideológico pode ser notado no livro “Paz e Guerra entre as Nações” no qual o autor versa sobre as relações internacionais, sendo os pensamentos e posicionamentos estratégicos todos formulados com suas vivências.

Aron acreditava que pelo fato de o Sistema Internacional ser anárquico os Estados estavam constantemente ameaçados pela “sombra da guerra” (HOLEINDRE, 2012, p. 39), portanto, na contrapartida do diplomata para a paz havia o soldado para a guerra. No artigo de Jean-Vicent Holeindre, traduzido por Patrícia Roman, ele conclui que Aron não criou uma escola, pelo menos não pelo método, porém ele apresenta uma “abordagem francesa das relações internacionais” e aos que veem aos que “pensam as relações internacionais em ligação com a história e a filosofia políticas, esses sim estão inclinados para ver em Aron os primórdios de um método interpretativo que continua a dar frutos” (HOLEINDRE, 2012, p. 44).

Dos termos consagrados pelo autor temos a expressão *paz belicosa* a qual ele irá utilizar para a Guerra Fria. Esse período, conforme mencionado por Lessa, “cinge-se ao fato de que, mesmo em ocasiões de paz, os conflitos adquirem uma tal virulência que os Estados empregam uns contra os outros meios tradicionalmente reservados a tempo de guerra” (LESSA, 2000, p. 20). É o mundo bipolar, a nova estruturação da Ordem Mundial que iremos nos aprofundar neste momento com ênfase nas divisões causadas pela Guerra Fria.

Os Estados, em ambiente anárquico, seguem em busca de uma Ordem, e o final da Segunda Guerra Mundial foi um prefácio de como seguiria essa ordem. Em setembro de 1945 o lançamento das bombas atômicas nas cidades de Hiroshima e Nagasaki escancarou ao mundo o poder de destruição que os Estados poderiam ter. Foi o uso dessas armas que fixou os EUA como a grande potência mundial, de maneira que todo o poder destrutivo foi canalizado a um Estado.

Os motivos pelos quais os EUA lançaram as bombas foram questionados diversas vezes, a justificativa norte americana foi de que dessa maneira estaria salvando vidas americanas, evitando uma invasão japonesa (MOURÃO, 2005). Porém, existe grande discussão sobre o tema e os reais motivos, principalmente no período em que ocorreu.

A utilização da nova arma tem provocado desde então interpretações históricas controversas. Para alguns historiadores, os norte-americanos só a utilizaram contra os japoneses com a finalidade de intimidar os soviéticos, demonstrando sua superioridade militar e impedindo sua participação na ocupação do Japão. Mas, para esse objetivo, a utilização de uma única bomba seria suficiente. Segundo outros historiadores, a segunda bomba indica a vontade dos EUA de colocar um fim ao conflito muito dispendioso sob o ponto de vista da perda de vidas humanas. A divulgação da relação da bomba com a guerra fria diplomática só se tornou possível, nos anos 50 e 60 do século passado, quando os documentos privados do arquivo norte-americano foram liberados e analisados pelo historiador Gar Alperowitz, em 1965. O Secretário de estado Byrnes [...] sabia que não era necessário utilizar a bomba contra as cidades japonesas para ganhar a guerra. Sua ideia era de que a posse e o uso da bomba tornariam a União Soviética mais fácil de ser controlada (cf. Lanouette & Szilard, 1994). A palavra-chave não é nem compromisso e nem negociação, mas controle. O próprio Truman afirmaria, em suas Memórias: "Byrnes já me havia dito [em abril de 1945] que, de seu ponto de vista, a bomba permitiria [aos Estados Unidos] ditar as condições do fim da guerra" (cf. Truman, 1955). (MOURÃO, 2005, p. 699)

Como podemos notar, foi percebido pelos Estados Unidos que a União Soviética representaria uma ameaça futura e o uso da bomba iria facilitar o "controle". Uma vez que a participação americana findava a guerra com o uso da bomba no Japão e ampliava seu espectro de poder, seria mais fácil tomar as rédeas do Sistema Internacional enfraquecido que seguiria pelos próximos anos.

Teria outro motivo para o bombardeio? Seriam os Estados Unidos tão determinados na obtenção do seu poder internacional a ponto de causar tamanha destruição? São inúmeras as discussões sobre o fim da Segunda Guerra Mundial. Porém sabemos que por mais análises que encontramos dentro do contexto ou todas as questões que versam sobre a destruição causada,

os impactos afetaram os Estados em todas as suas instituições, sejam elas internas ou mesmo no posicionamento externo.

É notável que após esse cenário o Sistema Internacional estava em crise. Seria preciso uma reestruturação, pois o sistema multipolar movido pelos impérios havia falido e chegado ao seu ponto crucial de ruptura.

Ao encerrar-se a II Guerra Mundial, o mundo estava claramente a requerer um processo de reengenharia político-econômica capaz de levantá-lo dos escombros deixados pelo conflito e de evitar, sobretudo entre as grandes potências, outros enfrentamentos bélicos que, pela evolução técnica dos meios de destruição, seriam ainda mais arrasadores do que o anterior. (SOUTO, 2003, p. 27)

O Sistema Internacional estava mudando e a ameaça de uma nova guerra com o possível uso das tecnologias apresentadas durante a última era uma questão de tempo, porém a propensão e a dimensão por ela alcançada causariam uma destruição sem precedentes, atingindo regiões e proporções inimagináveis.

Percebemos que “a II Guerra Mundial trouxe pouca esperança de paz e estabilidade” (LOHBAUER, 2005, p. 89), de maneira que Lohbauer reforça que as negociações diplomáticas durante o final da guerra só aumentaram a desconfiança entre os países aliados em relação à União Soviética, conseqüentemente os vitoriosos não conseguiram conviver dentro do Sistema Internacional. Essa convivência dentro do Sistema Internacional gerou um período complexo para os vitoriosos, fazendo com que a coexistência dessas ideologias tão diferentes gerasse “um conflito de concepções”, conforme mencionado pelo autor.

Essa instabilidade permeou no ar nos anos que seguiram o pós-Guerra, a Ordem Mundial até então instaurada pelo Imperialismo havia sido aniquilada e as transformações drásticas afetaram a nova estrutura, os posicionamentos dos Estados foram mudando e se adaptando de acordo com os novos movimentos políticos e econômicos da agenda internacional, baseados em um comportamento de âmbito mundial, não mais regional.

A Europa iria se reerguer aos poucos, fraca economicamente e destruída fisicamente, os grandes Estados estavam buscando fôlego para seguir, mas assistiam um novo cenário surgir e uma nova realidade tomar conta do sistema mundial.

[...] estava ficando claro que o equilíbrio de poder global após a guerra seria totalmente diferente daquele que a precedeu. As antigas grandes potências - França, Itália - já estavam eclipsadas. A oferta alemã pelo domínio na Europa estava em colapso, assim como a oferta do Japão no Extremo Oriente e no Pacífico. A Grã-Bretanha, apesar de Churchill, estava desaparecendo. O

mundo bipolar, previsto com tanta frequência no século XIX e no início do século XX, havia finalmente chegado; a ordem internacional, nas palavras de DePorte, agora mudou "de um sistema para outro." Apenas os Estados Unidos e a URSS contavam, ao que parecia; e dos dois, a "superpotência" americana era muito superior. (KENNEDY, 1987, p. 357)²

Quando nos referimos ao impacto da guerra para a França, um dos Estados foco deste estudo, a Segunda Guerra Mundial a deixou muito debilitada tanto nacional quanto internacionalmente, a invasão alemã a Paris deixou consequências que refletiriam na próxima década, porém a retomada futura do país por Charles de Gaulle iria retomar a busca por sua posição na Ordem Mundial. Iremos abordar a questão da França no decorrer do trabalho, porém percebemos que o impacto da Segunda Guerra foi de tão grande proporção que o país precisou de um tempo para se reestabelecer.

Conforme mencionado por Paul Kennedy, manter o cenário pré-Guerra seria insustentável, essa afirmativa corresponde exatamente à expectativa de cenário ideal para a paz conforme o pensamento realista. Um mundo onde dois Estados estão acima dos demais, têm conhecimento um do outro e a ação de uma das partes pode causar uma destruição em proporções globais, que significaria a perda para os dois lados, portanto a *paz belicosa*, mencionada por Aron, apresentaria a melhor estrutura da Ordem Mundial.

O balanço entre essas potências garantiria, portanto, a paz no sistema internacional anárquico. Na obra “The Rise and Fall of the Great Powers”, escrita em 1987, Kennedy associa o crescimento das despesas militares que as grandes potências possuem atrelado a sua queda política e econômica. O investimento para manter o *status quo* das grandes potências, leva em determinado momento ao seu próprio declínio, outros fatores podem incidir, mas o autor afirma essa hipótese e aponta que esse movimento pode ocorrer com os Estados Unidos.

Por fim, o Sistema Internacional passou pela mudança de Ordem Multipolar, após a crise bélica, para uma Ordem Bipolar que duraria mais de 40 anos e as duas potências, Estados Unidos e União Soviética, foram as exponenciais em detrimento dos demais Estados. A Guerra Fria (1947 – 1991), como ficou conhecido o período, teve seu início marcado com o discurso

² Texto original: “[...] it was becoming clear that the global balance of power after the war would be totally different from that preceding it. Former Great Powers – France, Italy – were already eclipsed. The German bid for mastery in Europe was collapsing, as was Japan’s bid in the Far East and Pacific. Britain, despite Churchill, was fading. The bipolar world, forecast so often in the nineteenth and early twentieth centuries, had at last arrived; the international order, in DePorte’s words, now moved “from one system to another.” Only the United States and the USSR counted, so it seemed; and of the two, the American “superpower” was vastly superior.”

de Harry Truman durante sessão no congresso do dia 12 de março de 1947 com o nome de “Recommendation for Assistance to Greece and Turkey”³.

O discurso que marcou a política externa dos Estados Unidos da América contrária aos avanços e ideologia da União Soviética decorreu de uma solicitação de auxílio para a Grécia devido a eleição do governo monárquico em 1946, porém forças britânicas conseguiram a manutenção do sistema contra investidas comunistas que se transformaram em uma guerra civil. Como os britânicos não conseguiram manter o investimento foi necessário pedir o apoio aos demais, é onde o papel americano toma forma e se posiciona em frente a União Soviética que apoiava os movimentos comunistas.

O discurso do presidente Truman é claro e explícito quanto ao seu posicionamento, todos os pontos apresentados envolvem as principais questões de defesa de um Estado, desde a segurança nacional como o primeiro ponto a ser apresentado até a expansão da liberdade a outros povos. Os argumentos utilizados enfatizaram que a União Soviética seria de fato uma ameaça externa que poderia implicar em novas ameaças ao Estado, podendo invadir o território e até mesmo expandir o regime contra a democratização dos demais Estados (LOHBAUER, 2005, p. 100).

A gravidade da situação com que o mundo se confronta hoje exige que eu compareça a uma sessão conjunta do Congresso. A política externa e a segurança nacional deste país estão envolvidas. [...]
Consideramos como as Nações Unidas podem ajudar nesta crise. Mas a situação é urgente, requer ação imediata, e as Nações Unidas e suas organizações relacionadas não estão em posição de estender a ajuda do tipo que é necessária. [...]
Os povos de vários países do mundo tiveram recentemente regimes totalitários forçados contra sua vontade. [...]⁴

O discurso que buscava assistência financeira não apenas para a Grécia, mas também para a Turquia, onde a inimizade de Josef Stalin (1878 – 1953), primeiro ministro da URSS,

³ Disponível em: <https://www.americanrhetoric.com/speeches/harrystrumantrumandocctrine.html> Acesso em: 10/12/2020.

⁴ Texto original: “The gravity of the situation which confronts the world today necessitates my appearance before a joint session of the Congress. The foreign policy and the national security of this country are involved. [...] We have considered how the United Nations might assist in this crisis. But the situation is an urgent one, requiring immediate action, and the United Nations and its related organizations are not in a position to extend help of the kind that is required. [...] The peoples of a number of countries of the world have recently had totalitarian regimes forced upon them against their will. [...]”
Disponível em: <https://www.americanrhetoric.com/speeches/harrystrumantrumandocctrine.html> Acesso em: 10/12/2020.

com os turcos existia, porém com a fragilidade turca, construção de bases estavam sendo forçadas voltadas para a segurança soviética (LOHBAUER, 2005, p. 106).

A expansão soviética surgia como uma sombra que ameaçava a conquista de novos territórios, inicialmente focados na expansão europeia, porém a intenção buscava ser de proporção global. Dessa maneira, os EUA declararam a oposição ao regime da União Soviética, primeiro com o discurso do presidente seguindo com a proposta americana da liberdade contra a opressão e o terror.

No momento atual da história mundial, quase todas as nações devem escolher entre modos de vida alternativos. Muitas vezes, a escolha não é livre. Um modo de vida é baseado na vontade da maioria e se distingue por instituições livres, governo representativo, eleições livres, garantias de liberdade individual, liberdade de expressão e religião e liberdade da opressão política. O segundo modo de vida é baseado na vontade de uma minoria imposta à força sobre a maioria. Baseia-se no terror e na opressão, uma imprensa e rádio controlados, eleições fixas e supressão das liberdades pessoais.⁵

Ao tratar sobre a ameaça de liberdade de cada Estado, o discurso automaticamente define que a opressão está associada ao regime soviético autoritário, que impediria a liberdade de cada indivíduo, enquanto o regime americano e a expansão capitalista que iria seguir nos próximos anos seria atrelada à total liberdade, na democracia e no poder aquisitivo.

A sensação de liberdade atrelada a política democrática e o poder econômico condenava tudo aquilo que fosse contrário como o “terror da opressão”. A política externa foi reforçada também pela expansão econômica e baseada no auxílio de recuperação dos Estados destruídos na Segunda Guerra, e foi o Plano Marshall o executor desse papel visto a necessidade assistida na Europa. Esse plano ofereceu um volume de investimentos destinados a reconstrução das cidades e suas edificações e indústrias, no auxílio para alimentação e na produção de alimentos.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, a capacidade material e psicológica da Europa para forjar uma ordem mundial estava praticamente esgotada. Todos os países da Europa continental, com exceção da Suíça e da Suécia, tinham sido ocupados por tropas estrangeiras em determinado momento. A economia de todas as nações encontrava-se em grandes dificuldades. Tornou-se óbvio

⁵ Texto original: “At the present moment in world history nearly every nation must choose between alternative ways of life. The choice is too often not a free one. One way of life is based upon the will of the majority, and is distinguished by free institutions, representative government, free elections, guarantees of individual liberty, freedom of speech and religion, and freedom from political oppression. The second way of life is based upon the will of a minority forcibly imposed upon the majority. It relies upon terror and oppression, a controlled press and radio, fixed elections, and the suppression of personal freedoms.”

Disponível em: <https://www.americanrhetoric.com/speeches/harrystrumantrumandocctrine.html> Acesso em: 10/12/2020.

que nenhum país europeu (incluindo a Suíça e a Suécia) era capaz de dar forma a seu próprio futuro. (KISSINGER, 2015, p. 65)

Podemos mencionar que na economia durante períodos de crise, quem possui o poder aquisitivo consegue ampliar seus investimentos. A política externa americana soube muito bem se aproveitar dessa situação e crescer através da propagação da liberdade e dos incentivos econômicos. Porém, a investida americana não visava apenas sua expansão, como também a contenção das influências e crescimento da URSS. A movimentação soviética seguia contra os preceitos americanos nas relações internacionais, inclusive contra a exclusividade de armamento atômico.

O alinhamento do discurso americano tinha um fundamento propagandista de seu regime, o que era feito também pelo discurso soviético. As contradições de regime e ideologia eram narradas por cada lado com uma retórica que favorecia o narrador e atrelava o regime oposto ao medo e opressão. Essa narrativa atrelada aos apoios financeiros e militares eram persuasivas para que os demais Estados se posicionassem.

Ameaça e perigo, portanto, são a tônica do imaginário erigido na guerra discursiva entre os estadistas. Então, inauguraram-se as bases da construção mental sobre a qual o mundo iria viver nas décadas seguintes: a ameaça comunista, para o caso das democracias liberais; e a ameaça imperialista do capital e da guerra, para o caso do socialismo soviético. Restava às nações, em suas políticas, agir dentro desse escopo imagético, protegendo-se e resguardando-se contra os perigos iminentes de cada lado na conjuntura bipolar. Sugiram, assim, o discurso da segurança e as políticas que, em nome desta, justificavam as mais diversas demonstrações de hegemonia em ambos os lados do globo. (ARRAES, 2019)

A disputa restrita ao discurso e a expansão ideológica tinha como seus principais aliados as tecnologias militares e os incentivos financeiros. De um lado a tecnologia americana das bombas atômicas dava uma grande vantagem, porém era objetivo da URSS se igualar no desenvolvimento de armas, portanto construir seu próprio arsenal nuclear.

Consolidado em 1948 o Bloco Soviético, temos no ano de 1949 acontecimentos que foram consolidando o cenário bipolar e a divisão global. Em abril foi criada a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que era uma aliança militar na contenção da expansão da União Soviética (DOHANI & VEIGA, 2004), segmentando a Europa e fazendo nas relações internacionais a mesma movimentação do plano Marshall.

Segundo Paul Kennedy “a Aliança da Otan fez militarmente o que o Plano Marshall tinha feito economicamente: aprofundou a divisão da Europa em

dois campos” (1989, p. 362). Dessa forma, a institucionalização da Aliança fez com que a América do Norte estivesse associada à defesa da Europa, fortalecendo também os argumentos de preservação dos valores democráticos e da liberdade, diferentes da postura do bloco socialista. (PEREIRA e ALENCAR, 2004, 85)

Novamente, os quesitos de referência entre democracia e liberdade seguiam como primordiais. No mesmo ano de 1949 a expansão comunista domina Pequim com a Revolução Popular de Mao Tsé-Tung e em agosto, a URSS fez o teste de detonação da sua bomba nuclear. O receio americano da posse de armamento nuclear da sua potência inimiga se concretiza, pois eles seriam o segundo Estado a fazer a demonstração desse tipo de armamento. A exclusividade do armamento americano se desfez, portanto, a ameaça de destruição global aumentara.

A bipolaridade que surgiu do confronto entre o mundo liberal, defendido pelos Estados Unidos, e o mundo socialista de economia planificada, representado pela URSS, definiu uma nova ordem mundial apoiada na dissuasão, no equilíbrio de poder e nas esferas de influência. Nesse sentido, a estratégia era ampliar espacialmente o poder de influência de cada uma das superpotências (“espaço é poder”), manter um permanente equilíbrio de forças militares (“corrida armamentista”) e, sobretudo, apoiar-se na dissuasão como forma de defesa (“destruição mútua assegurada”). Tratava-se da era da Guerra Fria, da divisão dos espaços de influência, numa espécie de acordo tácito entre as duas superpotências (LESSA e GONÇALVES, 2007, p. 146).

De fato, essas três características viriam a dominar o cenário dentro dos próximos anos. A conquista de espaço baseadas na expansão de filosofias e economias em novos territórios, o desenvolvimento de armas cada vez mais potentes e que fossem equivalentes ao poder do outro e por fim, um movimento de dissuasão com probabilidades de destruição global.

A bipolaridade da Ordem Mundial permitia que as duas grandes potências dividissem o globo com seu espectro de poder e influência. O conhecimento do seu adversário, de uma maneira geral, era restrito a apenas um, portanto, a garantia de paz defendida pelos realistas se manteria no entrave entre essas duas potências.

A Ordem Mundial bipolar não seria garantidora da estabilidade do Sistema Internacional, os Estados até então enfraquecidos pela guerra vinham se recuperando e se posicionando através dos anos. A recuperação das economias e de seus territórios permitiam a reformulação das suas políticas externas. Mesmo sobre a sombra das grandes potências, a movimentação existia e consistia no posicionamento de cada um dos Estados dentro do Sistema Internacional. As memórias remanescentes do período do pré-Guerra dos antigos Imperialistas não iriam desaparecer em tão curto período.

1.2 A Consolidação da Guerra Fria, conflitos e tensões dentro dos blocos

A bipolaridade trouxe duas novas potências para o cenário do pós-Segunda Guerra, EUA e URSS, cada qual com sua ideologia e sistema. A propaganda de expansão e a busca de novas influências eram constantes e os investimentos financeiros e o apoio militar às grandes armas na conquista de novos territórios.

Devemos nos questionar como o impacto dessas relações irão afetar não apenas o conflito da Guerra da Lagosta que iremos abordar, mas essas relações têm o impacto direto na dinâmica de como os Estados se relacionavam e, principalmente, quais as possíveis consequências de cada ato. O período que iremos abordar, entre 1961 e 1963, coincide diretamente com a crise dos mísseis de Cuba, deixando, portanto, o continente americano como o alvo do maior momento de tensão provido na Guerra Fria.

A movimentação dentro dos blocos era algo frequente e ficou expressiva durante os anos de 1950, período no qual a Guerra Fria tomou de fato proporções globais e se consolidou como um conflito dissuasivo. O alinhamento a uma das duas potências era determinante na postura dos Estados dentro da Ordem Mundial, pois estar ligado a uma das potências significaria ter o apoio dentro de determinadas questões internacionais e até mesmo a segurança nacional. A formação dos blocos estava constantemente atrelada à proteção militar e alinhamentos econômicos.

Portanto, estar dentro de um bloco significaria seguir com a sua ideologia, seus preceitos e de uma determinada maneira ser submisso as decisões da grande potência, uma vez que ao consideramos a expansão de poder de destruição atrelado às grandes potências, se trata de uma relação de dominação por dissuasão.

Um outro ramo intrincado da teoria das relações internacionais é o das medidas de poder. Não obstante, durante a Guerra Fria, as bases do poder pareciam claras. O que os EUA e a URSS tinham, diferentemente dos demais, era uma enorme capacidade de destruição dada pelos arsenais nucleares. De uma certa forma, isto os tornava inexpugnáveis a ameaças militares externas e, ao mesmo tempo, temidos pelos países não-nucleares. A vantagem nascia não só de uma capacidade militar superior, mas também de um uso deliberado de recursos, econômicos e tecnológicos, para fins estratégicos. (FONSECA JR, 1995, p. 130)

Cada bloco expandia seu poder com o apoio econômico e militar com uma dose de respeito e medo dos demais Estados, ou mesmo conveniência necessária para um auxílio na

crise e apoio militar enquanto enfraquecidos no pós-guerra, porém os Estados não ficaram estáticos à dominância das grandes potências nos anos que seguiram.

Enquanto os EUA seguiam pelo seu regime democrático e na busca da contenção da expansão socialista que estaria levando o regime ditatorial e opressivo aos outros Estados, a URSS seguia com o discurso inverso. A análise dos discursos constantemente apresentava o lado oposto com grande teor de descrença, opressão e gerando o medo nas populações.

A Guerra Fria instaurada teve em seu período inicial um posicionamento restritivo entre os países, as alianças eram rígidas e não permitiam as interações entre uma potência ou outra, principalmente pelas decisões das lideranças que buscavam o extremo separatista. Porém, uma série de fatores passou a mudar o Sistema Internacional no decorrer dos anos de 1950, um deles foi o falecimento em 1953 de Josef Stalin⁶.

Stalin esteve à frente da URSS desde em 1927, nesse período ele atuou rigidamente com a consolidação econômica ao Estado, militarizou sua população e usou de artimanhas como a propaganda e perseguições aos contrários para findar a estrutura de seu governo autoritário. Sua presença dentro do Sistema Internacional foi incisiva assim como com sua população. Mesmo com a atuação junto aos EUA na Segunda Guerra Mundial, a contradição de suas filosofias era evidente e não seria possível que essa parceria prosseguisse com o fim da guerra.

O período após sua morte foi diretamente ligado as denúncias de seus crimes contra a própria população e pela perseguição que causava para a manutenção do regime, como mencionado por Hobsbawn, “Stalin dirigiu seu partido, como tudo mais ao alcance de seu poder pessoal, pelo terror e o medo” (HOBSBAWN, 1995, p. 302). O período governamental de Stalin criou uma política particular conhecida como Stalinismo, de maneira que o movimento posterior ao seu falecimento foi um processo de “Desestalinização”, que consistia na desmistificação da imagem de Stalin e de todo o sistema que ele havia criado.

Esse processo tinha como maior intenção a promoção da “coexistência pacífica” em relação a potência americana, portanto mesmo com regimes antagônicos a convivência poderia existir. Assim, houve inclusive uma abertura com líderes de outros países, incluindo os EUA. Porém, o alinhamento de coexistência das potências não seria o fim da Guerra Fria e não amenizaria os momentos de tensão.

Dentro desse cenário de reajuste das políticas alguns eventos ocorreram, como o caso da Conferência Afro-Asiática de Bandung em 1955, que teve a presença de vinte e nove países,

⁶ Josef Stalin foi um ditador soviético de 1927 até 1953, revolucionário comunista ligado ao pensamento leninista do marxismo.

sendo eles da África e Ásia. Eles buscavam a promoção de políticas de cooperação econômica e cultural e oposição aos regimes de neocolonialismo e ao colonialismo. Nessa conferência foi definido “os famosos “10 pontos sobre a promoção da paz e cooperação mundial”, também conhecidos como 14 “Princípios de Bandung”, e que incorpora tanto princípios da Carta das Nações Unidas quanto princípios do Acordo de Panchasheel” (ESPÓSITO, 2020, p.14).

Esse bloco seria distinto dos participantes dos blocos capitalistas e socialistas, pois não estariam associados a um ou outro. Seriam os países do Terceiro Mundo e eles não entrariam dentro da contenção das grandes potências e dentro de seus acordos restritivos de economia e militar, pelo menos era o que buscavam dentro do Sistema Internacional. Essa visão ao olhar das potências não foi realizada, uma vez que esses Estados passaram a ser o palco das investidas.

Os Estados, sendo eles recém formados ou buscando sua independência de seu colonizador, que se aplicariam ao chamado Terceiro Mundo, eram mais suscetíveis as necessidades financeiras e protecionismo militar. O movimento de descolonização passou a ser mais intenso no pós guerra, uma vez que as antigas potências não tinham o vigor anterior e a configuração do Sistema Internacional havia mudado.

No Egito temos um exemplo claro de como os confrontos se dariam dentro da Guerra Fria e sem embate direto entre as grandes potências. Colônia britânica até 1952, o Egito era um recém independente dentro do cenário internacional e tinha em seu território o Canal de Suez estrategicamente posicionado, ligando o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho. A solicitação feita pelo presidente egípcio de apoio financeiro aos EUA para a construção da represa de Assuã não foi aceita, principalmente pelo fato do presidente ser contrário a Israel que era aliado americano, portanto Nasser⁷ nacionalizou o Canal de Suez e fechou a via de saída de Israel para o Mar Vermelho (FERRER & MATOS, 2006).

Essas movimentações geraram desconforto para os acionistas e, principalmente para Israel que ficou sem sua linha de comunicação. Houve a intervenção militar vinda da França, Grã-Bretanha e Israel que eram todos aliados americanos, portanto, a crise dentro do cenário internacional foi a oportunidade de apoio soviético ao Egito. A investida militar que visava também derrubar o presidente egípcio foi impedida pelos americanos. A crise do Canal de Suez apresenta características da Guerra Fria e do Sistema Internacional, pois houve o conflito indireto entre as duas grandes potências, mesmo considerando que “nenhuma das superpotências iria de fato querer apertar o botão nuclear” (HOBSBAWM, 1995, p. 181)

⁷ Gamal Abdel Nasser presidente do Egito de 1954 até sua morte em 1970, revolucionário e contrário a Israel.

representou o reforço da possibilidade de uso das tecnologias nucleares e, por fim, a soberania perante os imperialistas.

Não está claro em que momento os velhos impérios compreenderam que a Era dos Impérios acabara definitivamente. Sem dúvida, em retrospecto, a tentativa da Grã-Bretanha e da França de reafirmar-se como potências imperiais globais na aventura de Suez em 1956 parece mais condenada ao insucesso do que evidentemente parecia aos governos de Londres e Paris, que planejaram junto com Israel uma operação militar para derrubar o governo revolucionário do coronel Nasser, no Egito. O episódio foi um fracasso catastrófico (exceto do ponto de vista de Israel), tanto mais ridículo pela combinação de indecisão, hesitação e inconvincente desfaçatez do primeiro-ministro britânico, Anthony Eden. A operação, mal lançada, foi cancelada por pressão dos EUA, empurrou o Egito para a URSS, e acabou para sempre com o chamado “Momento da Grã-Bretanha no Oriente Médio”, a época de inquestionada hegemonia britânica naquela região instaurada a partir de 1918. (HOBSBAWM, 1995, p. 175)

A nova dinâmica mundial fez com que os Estados se transformassem em peças de um jogo de xadrez com dois jogadores ávidos na disputa. O espectro de poder soviético crescia à medida que novos Estados se viam sem amparo americano ou mesmo por se alinhar a um regime totalitário direcionado a criação de um sistema nacionalista.

Essas investidas soviéticas e americanas tinham como intuito a expansão de sua rede de influências e a propagação de suas ideologias e regimes, portanto, o continente americano pela proximidade geográfica com os EUA era de extrema importância estar sob o controle dessa potência, pois a manutenção da segurança nacional era fundamental.

Conforme mencionado por Isabel Ferreira Nunes, a América do Sul estava dentro da esfera de contenção americana, principalmente devido aos “processos de descolonização em curso naquela região, facilitaram a disseminação da ideologia comunista entre os governos dos estados sul e centro americanos” (NUNES, 1996, p. 152).

Por se tratar de América do Sul, podemos ressaltar que o Brasil manteve uma afinidade com os EUA em vários governos, recebendo incentivos financeiros e assinando acordos como o Acordo Militar Brasil-EUA de 1952⁸ (ABREU, 2010). No entanto, em 1961, a influência externa passou a mudar como consequência da política externa independente do governo de

⁸ Acordo chefiado por Getúlio Vargas e Harry Truman buscando a defesa do hemisfério ocidental, o acordo garantia fornecimento de material norte-americano para as Forças Armadas brasileiras em troca de minérios como urânio e areias monazíticas que seriam utilizados para a construção de armamento nuclear pelos EUA. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-militar-brasil-estados-unidos-1952> Acesso em: 10/02/2021.

João Goulart que iremos tratar adiante, pois foi justamente nesse período que ocorreu a Guerra da Lagosta e as questões de Política Externa que serão tratadas mais à frente.

Além desses conflitos entre Estados que eram apoiados pelas potências, que acabavam por manter a disputa ativa, ambos os blocos sofreram com tensões e conflitos internos ocasionados por discordância dessa nova ordem ou mesmo por imposições. O discurso americano que apoiava os regimes democráticos e a liberdade teve reflexos dessas tensões, ainda mais por fomentar uma discussão a respeito do que seria, portanto, essa liberdade defendida. A liberdade estaria restrita à submissão e não contestação dos EUA como uma potência e à necessidade do apoio econômico e militar que eles ofereciam?

Pelo lado do Bloco Soviético (derivado do Pacto de Varsóvia), também conhecido como Bloco de Leste, pois estavam mais localizados na Europa Central e o Leste, que também possuía Estados fora do continente Europeu, como é o caso de Cuba e Vietnã do Norte, essa tensão também existiu. Devido a extensão e complexidade desse assunto que difere do objetivo deste trabalho não iremos nos ater às tensões desse Bloco.

Ao falarmos sobre a aliança do lado americano e a expansão dos moldes conforme citado acima, da defesa da liberdade e democracia, temos os grandes imperialistas europeus que haviam enfraquecido com a Segunda Guerra.

A ambição e desejo desses países de seguirem como fortes potências não havia alterado no decorrer dos anos. A ânsia de retomar seu local na Ordem Mundial era sentida de acordo com as movimentações. Em 1952 temos a primeira bomba de hidrogênio detonada pelos Estados Unidos, porém temos na Inglaterra a primeira detonação de um dispositivo nuclear.

No entanto, quando a Guerra Fria ainda não estava totalmente formalizada, o governo trabalhista de Clement Attlee (1945-51) tentou codificar os interesses do país com a Estratégia dos Três Pilares (1). Revelada em 1948, afirmava que a segurança da Commonwealth se baseava em três eixos - a defesa do Reino Unido, a proteção das linhas de comunicação marítima do império e a segurança do Oriente Médio como eixo defensivo - e que estes deveriam fundamentar o planejamento da defesa do país. Essa estratégia serviu de base para o desenvolvimento do Documento de Política de Defesa (1950) e do Documento de Estratégia Global (1952). Ambos recomendavam acelerar o rearmamento convencional devido à ameaça latente na Europa, desenvolver a arma atômica para dotar-se de uma dissuasão independente e se tornar a terceira potência na Guerra Fria e aumentar os gastos militares para 10 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) para garantir o cumprimento desses planos. Também sublinhavam a importância do guarda-chuva nuclear americano para aliviar as deficiências defensivas do país, a necessidade de se comprometer com a defesa da Alemanha, a obrigação de manter uma presença militar na Europa e a conveniência de coordenar planos de contingência e o envio de forças britânicas com a recém-criada OTAN. Embora o Reino Unido tenha detonado seu primeiro dispositivo nuclear em 1952, nem o rearmamento

convencional produziu os resultados esperados (os materiais feitos localmente eram caros e não atendiam aos padrões da época), nem tampouco se poderia manter a meta de gastos planejada para satisfazer as ambições imperiais do país em uma conjuntura marcada pela crise econômica e a configuração do estado de bem-estar.⁹ (PIELLA, 2017, p. 20)

Como podemos notar, o custo dos Estados para buscar acesso a novas tecnologias foi um aliado para a Ordem Mundial Bipolar, principalmente para os Estados Unidos. Além do custo, a corrida armamentista tinha que estar de acordo com os planos e estratégias governamentais. A Inglaterra, como parte da OTAN, e apoiando os Estados Unidos reconheceu que seria muito custoso se manter como uma terceira potência mundial, portanto, quando a Guerra Fria foi de fato consolidada fez uma revisão do seu posicionamento.

De acordo Kenneth Waltz, em seu livro “Theory of International Politics” (WALTZ, 1983, p. 70), podemos citar o caso dos Estados europeus que anteriormente viam que a perda de um seria o ganho do outro como um jogo de soma zero, porém no mundo bipolar começaram a observar que entre eles não haveria sentido ocorrer alguma guerra uma vez que eram sombras dessas superpotências.

Essa movimentação ocorreu com diversos Estados durante todo o período da Guerra Fria. A Política Externa de cada país, seja ele de uma antiga potência ou mesmo de um terceiro mundo, designava seu comportamento dentro do Sistema Internacional. Novamente citando Waltz, os Estados perceberam que a segurança de cada um seria dependente das grandes potências o que poderia motivar uma união, porém seria extremamente complicada devida as diferenças históricas (WALTZ, 1983).

A França se enquadrava dentro dessa perspectiva, uma vez que foi uma potência, mas ainda não havia se reerguido totalmente para se posicionar dessa maneira até o governo do General de Gaulle. Como iremos versar sobre o episódio da Guerra da Lagosta que envolveu

⁹ Texto original: “Sin embargo, cuando la Guerra Fría todavía no se había formalizado completamente, el Gobierno laborista de Clement Attlee (1945-51) intentó codificar los intereses del país con la Three Pillar Strategy (1). Revelada en 1948, esta exponía que la seguridad de la Commonwealth se asentaba sobre tres ejes —la defensa del Reino Unido, la protección de las líneas de comunicación marítimas del imperio y la seguridad de Oriente Medio como pivote defensivo— y que estos debían fundamentar el planeamiento de la defensa del país. Esta estrategia sirvió como base para la elaboración del Defence Policy Paper (1950) y el Global Strategy Paper (1952). Ambos recomendaban acelerar el rearme convencional por la amenaza latente en Europa, desarrollar el arma atómica para dotarse de una disuasión independiente y convertirse en la tercera potencia de la Guerra Fría e incrementar el gasto militar hasta el 10 por 100 del Producto Interior Bruto (PIB) para garantizar la consecución de estos planes. También subrayaban la importancia del paraguas nuclear americano para paliar las carencias defensivas del país, la necesidad de comprometerse con la defensa de Alemania, la obligación de mantener la presencia militar en Europa y la conveniencia de coordinar los planes de contingencia y los despliegues de fuerzas británicas con la recién creada OTAN. Aunque el Reino Unido detonó su primer ingenio nuclear en 1952, ni el rearme convencional produjo los resultados esperados (los materiales de fabricación local eran costosos y no alcanzaban los estándares de la época) ni tampoco podía mantenerse el objetivo de gasto previsto para satisfacer las ambiciones imperiales del país en una coyuntura marcada por la crisis económica y la configuración del estado del bienestar.”

Brasil e França, devemos considerar esse conflito não apenas como uma análise *per se* de seus acontecimentos históricos, iremos analisar de maneira política e estratégica o posicionamento de ambos os Estados de acordo com a Ordem Mundial e suas perspectivas de política exterior para atuação no Sistema Internacional.

Dentro das reflexões que iremos realizar acerca dos conflitos dentro do próprio Bloco Ocidental, maneira como são chamados os países da OTAN e os que estão dentro da Aliança com os Estados Unidos, será necessário adentrar quais os motivos e intenções que levaram os Estados a buscar romper ou mesmo tornar-se uma potência junto a Ordem Bipolar.

Para ampliar sua influência, o alinhamento militar e determinada “submissão” eram de praxe praticados através da dissuasão das duas grandes potências, EUA e URSS. Ao se alinhar com um dos lados, o posicionamento dos demais países deveria negar o outro, dentro de quaisquer circunstâncias, e a difusão de ideologias ou propaganda do regime opositor em âmbito nacional deveria ser freada. Essa estratégia permeou em ambos os lados durante todo o período.

Portanto, a oferta americana de integração contra a grande ameaça comunista da URSS permitiu não apenas um apoio protetivo da aliança militar defensiva (KISSINGER, 2015), mas também o auxílio econômico que muitos Estados estavam precisando com o final da guerra de uma maneira geral. O incentivo econômico não tinha por si só apenas a intenção de fomentar outras economias, fortalecer os Estados prejudicados, mas também a ampliação do mercado americano dependia desse apoio.

Uma vez que a economia americana estava em expansão se fazia necessário alcançar novos mercados e assim como as mercadorias circulavam, o ideário americano seguia imbuído nessas aquisições. O período de 1946 até 1973 ficou conhecido como a “Era de Ouro” do Capitalismo, que favoreceu, de fato, seu principal precursor, os Estados Unidos.

Dada essa condição, não devemos considerar que os Estados que entraram em conflito dentro do Bloco Ocidental tenham uma ideologia diferente da que estava inserida, tanto em termos de democracia quanto comercial. Percebemos que a divulgação desse estilo de vida, da inserção do *american way of life*, e até mesmo da expansão da ideologia do *self made man* podem ter influenciado uma década e, conseqüentemente, os direcionamentos da política externa de cada Estado.

Uma possível análise da influência dessas expansões precisa de um novo tópico para ser tratada, porém, ao buscarmos a compreensão da política externa americana podemos perceber que nada é feito pelo simples acaso, e sim pela percepção e direcionamento estratégico que foram se formatando no pós-Segunda Guerra.

[...] em duas posturas contraditórias de política externa. Primeira, a de que os Estados Unidos melhor atendem aos seus valores aperfeiçoando a democracia em casa e servindo, assim, de farol para o resto da humanidade; segunda, a de que os valores americanos impõem aos Estados Unidos a obrigação de promovê-los no mundo inteiro. Dividido entre a nostalgia de um passado limpo e o desejo de um futuro perfeito, o pensamento americano tem oscilado entre o isolacionismo e o engajamento, embora predomine, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a realidade da interdependência. Ambas as escolas de pensamento — a dos Estados Unidos como farol e a dos Estados Unidos messiânico — partem de que a normalidade é uma ordem internacional global baseada na democracia, no livre comércio e na obediência internacional das leis. [...] de certa forma, estimulou mesmo a crença americana de que a história pode ser deixada de lado, e se o mundo realmente deseja a paz, deve aplicar as receitas morais americanas (KISSINGER, 2015, p. 16).

Ao analisar a obra de Kissinger, percebemos quando ele afirma que os Estados Unidos foram o maior influenciador no decorrer do século XX, não apenas em relação a interferir nos demais Estados e nas suas políticas externas, mas também na propagação de seus valores. Conforme mencionado pelo autor, “as receitas morais americanas” foram propagadas e disseminadas, por engajamento do próprio Estado.

Um ponto que devemos mencionar, é que Kissinger serviu na Segunda Guerra Mundial e após 1960 atuou no governo americano como conselheiro de relações exteriores, portanto, mesmo tendendo a uma defesa natural de seus interesses e decisões, sua obra é de extrema importância para as Relações Internacionais. No seu livro “Diplomacia” ele menciona que a estratégia e a diplomacia americana não são atividades unificadas.

[...] os americanos têm, tradicionalmente, visto a diplomacia e a estratégia como atividades separadas. Do ponto de vista convencional dos militares americanos, primeiro eles obtêm um resultado, depois os diplomatas assumem; nenhum diz ao outro como atingir seus objetivos. Na guerra limitada, se as metas militares e políticas não forem sincronizadas desde o início, há sempre o perigo de se fazer demais ou de menos. Fazer demais e deixar que o elemento militar predomine apaga a linha divisória da guerra total e tenta o adversário a forçar a mão. Fazer de menos e permitir que o lado diplomático domine tem o risco de submergir o objetivo da guerra em táticas de negociação e a propensão para aceitar o impasse (KISSINGER, 2015, p. 573).

As definições militares, portanto, são de execução do objetivo de acordo com a necessidade que eles julgam correto enquanto a questão dos ajustes e negociações são funções diplomáticas que os militares não irão intervir. O objetivo, esse sim é o mesmo, os meios que são separados.

Compreender esse campo é de extrema importância, uma vez que o cenário internacional na Guerra Fria é de grande tensão diplomática, uma ação militar poderia gerar resultados destrutivos de enorme proporção, portanto, as decisões drásticas devem ser tomadas com cautela, tanto o que envolve o outro lado quanto para estabilizar as tensões internas dos seus aliados.

Essa tensão existia e deveria ser acompanhada para que não ganhasse amplitudes ainda maiores dentro do cenário internacional. Ao analisarmos até mesmo a questão da pesca como causador da Guerra da Lagosta, podemos observar que a ausência de delimitação dos territórios marítimos por um tratado internacional gerou alguns conflitos anteriores a Guerra da Lagosta.

A falta de consenso sobre a extensão das águas territoriais gerou, vez por outra, graves incidentes entre países que mantinham boas relações. Em 1956, o governo norte-americano apreendeu barcos pesqueiros peruanos, sob alegação de que estavam dizimando cardumes junto às costas do Oceano Pacífico. Tal episódio ficou conhecido como "Guerra do Salmão". Logo, outro conflito repetiu-se com barcos pesqueiros japoneses. No ano de 1958, Inglaterra e Islândia travaram a "Guerra do Bacalhau", que culminou com troca de tiros de canhão. Logo seguiu-se a "Guerra do Arenque", onde a Guatemala reclamava pela incursão em suas águas de barcos noruegueses. O Brasil não escapou das investidas de pescadores profissionais estrangeiros. Presenciou-se, em 1963, a "Guerra da Lagosta", acontecida com a França. [...] Todo o episódio centrou-se em torno da seguinte discussão: franceses argumentavam que estavam pescando fora do mar territorial e brasileiros contra-argumentavam que, embora nosso mar territorial fosse de 3 milhas marítimas, eles estavam pescando na plataforma continental. (CARVALHO, 1999, p. 114)

As delimitações marítimas serão analisadas nos próximos capítulos, porém ao citarmos a “Guerra do Bacalhau” vemos que é um conflito entre aliados, uma vez que os EUA estavam instaurados na Islândia e a Inglaterra era seu principal aliado. Portanto, as questões internas dos blocos deveriam ser constantemente vistas e questionadas.

Cada Estado iria apresentar sua política externa na Ordem Mundial e seus desenvolvimentos armamentistas eram vistos e acompanhados pelas embaixadas ao redor do mundo considerando que a ameaça real partia do bloco oposto, porém ameaças de surgimento de novas potências deveriam ser consideradas dentro do próprio bloco.

Kissinger, no livro “Diplomacia” (KISSINGER, 2015) demonstra como essa relação afetou Inglaterra e França, por exemplo. Macmillan, que era primeiro ministro da Inglaterra pós Churchill reconheceu que o país não era mais uma grande potência, portanto é mais seguro uma parceria forte com os EUA. Porém, no caso francês, com o comando de Gaulle, a busca pela

independência tornou-se o alvo, pois o general não deixou de ver a França como a grande potência que uma vez havia sido.

A movimentação francesa decorreu na década de 1960, período inclusive que iremos acompanhar a Guerra da Lagosta, com a pretensão de ser a líder da Europa, e conforme ditos do período “era moda acusar o presidente francês de ilusões de *grandeur*” (KISSINGER, 2015, p. 726) que refletiam seu desejo de ver uma França como potência novamente.

Além da França, o Brasil partia como um aliado ao governo americano e esse conflito iria apresentar, além das suas relações com a França, como sua política externa iria se portar dentro do Sistema Internacional e suas estratégias políticas, e por via de fatos, militares, na proteção do seu território.

Portanto, o cenário de conflitos entre EUA e URSS seguiam nas ameaças nucleares através de embates indiretos entre Estados que buscavam sua independência ou mesmo apoio para se colocar perante o Sistema Internacional, o Terceiro Mundo, em paralelo a expansão soviética trouxe um ponto de grande tensão em 1959 com a Revolução Cubana que viria a culminar na crise dos mísseis de 1962.

1.3 Brasil e França na Guerra Fria - Políticas Externas Independente

O Sistema Internacional passara por grandes mudanças entre os anos de 1940 até 1960, a reorganização e a imposição de uma mudança multipolarizada para uma bipolar fizeram com que estruturas se alterassem e que conflitos surgissem. O processo de descolonização ocorreu em diversas partes do mundo como reflexo da queda dos grandes impérios como potências.

A independência de novos Estados permitiu uma flutuação de influências e uma distribuição de acordos e protecionismos financeiros e militares com o intuito da expansão da influência das duas potências. Porém, como mencionamos acima o conflito entre os Estados continuaram a existir, seja eles aliados das potências ou os países dentro do Terceiro Mundo.

O conflito da Guerra da Lagosta envolvendo França e Brasil está dentro desse contexto, a França é parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) desde sua constituição em 1949, cujo principal participante é os EUA. A OTAN é um acordo de aliança militar que constitui um sistema de defesa coletiva, portanto todos os Estados participantes devem auxiliar militarmente a uma ameaça externa. O Brasil, por sua vez, teve seu alinhamento próximo aos EUA e, conforme mencionado anteriormente, assinou um acordo militar, porém o governo brasileiro para a apresentar um novo direcionamento para a política externa que iremos tratar

nesse tópico. Quais os posicionamentos de Brasil e França nos anos de 1961 até a eclosão do conflito da Guerra da Lagosta?

Importante ressaltar que os laços que uniam Brasil e França vêm sendo traçados no decorrer da história, muito mais pela admiração brasileira pelas “civilidades francesas” como podemos observar no período da *Belle Époque*¹⁰, período entre o final do século XIX e início do século XX, onde as cidades brasileiras seguiam os ritmos, desenhos e desejos sociais e arquitetônicos provindos de Paris¹¹.

Porém, o século XX foi um século de grandes mudanças e na sua metade praticamente todo seu contexto havia sido alterado. As duas grandes guerras que afetaram a primeira metade do século mudaram todo o contexto e a estrutura do Sistema Internacional. O avanço da tecnologia e a velocidade das comunicações e dos meios de transporte também foram impactados.

O Brasil e a França que seguiram na segunda metade do século não teriam a mesma posição que começaram, a economia brasileira que despontava com o café já não tinha mais essa expressão e a França não era mais uma potência e dentro desses cenários iremos compreender a dinâmica de suas políticas externas.

Iremos falar inicialmente da França, tratada como *Le grandeur* por seu presidente Charles de Gaulle¹² o que seria um reflexo da sua política externa e das pretensões que a república teria na segunda metade do século, um novo papel dentro do cenário Internacional esquecendo a derrota na Segunda Guerra Mundial e o retorno a ser uma potência mundial como foi em grande parte de sua história (LESSA, 2000).

O posicionamento de De Gaulle se refletia na expressão francesa de grandiosidade perante os demais Estados, conforme mencionado por Hobsbawm no mito de que "a França eterna jamais aceitara a derrota" (HOBSBAWM, 1995, p. 132). A busca pelo posicionamento internacional como uma possível potência seria a perseguição francesa na segunda metade do

¹⁰ A *Belle Époque* ocorreu no Brasil entre o final do século XIX e início do XX. Ela se deu devido a diversos fatores, porém com ênfase ao fator econômico. O enriquecimento de determinadas regiões do país, em grande parte devido ao café, permitiu uma interação ainda maior com o Velho Continente e principalmente com a França. Os moldes da educação francesa permaneceram e moldaram uma geração. Geração essa que visava as novidades e modernidades vindas da Europa com o que anteriormente poderia lhe faltar, poder aquisitivo. O eurocentrismo permeava dentro do cotidiano brasileiro, nada mais moderno e elitista do que os afagos franceses no dia a dia. Dentro desse contexto, com as influências sociais que estavam se descolando das métricas da Igreja, com as inovações tecnológicas que temos um contexto de modernidade.

¹¹ Não fora apenas os fatores econômicos que conectaram os dois países, a disseminação da literatura e arquitetura foram amplamente absorvidos na sociedade brasileira.

¹² General Charles de Gaulle foi presidente da França de 1959 até 1969, lutou na Segunda Guerra ao lado da resistência contra a invasão alemã.

século XX, porém a organização interna também deveria ser considerada uma vez que o país precisava passar por uma reorganização e reestruturação.

Ao final da Segunda Guerra a França estava abalada e a missão de De Gaulle era trazer novamente a França ao povo francês, e mesmo que pareça redundante a expressão, a identidade do cidadão francês havia sido impactada, eles estavam vulneráveis, e isso inevitavelmente afetaria uma geração.

Ninguém sentiu mais essa necessidade que Charles de Gaulle. Nos anos 1960, no auge da sua permanente controvérsia com os Estados Unidos, era moda acusar o presidente francês de ilusões de *grandeur*. Seu problema era, na realidade, precisamente o oposto: como devolver identidade a um país mergulhado numa sensação de fracasso e vulnerabilidade. Ao contrário dos Estados Unidos, a França não era fantasticamente poderosa; ao contrário da Inglaterra, não via na Segunda Guerra Mundial a experiência edificante, moralmente aperfeiçoadora. Poucos países labutaram como a França, após perder a maior parte dos jovens na Primeira Guerra Mundial. Os sobreviventes da catástrofe viam que a França não suportaria outra provação daquelas. A Segunda Guerra Mundial foi o pesadelo que virou realidade, e o colapso da França, em 1940, um desastre militar e psicológico. Malgrado a França ter saído da guerra tecnicamente entre os vitoriosos, os governantes franceses sabiam muito bem que ela fora salva por esforços alheios. (KISSINGER, 2012, p. 727, 728)

Por conta do contexto interno, o nacionalismo é uma das grandes frentes da política externa, voltada para a grande França que um dia havia sido e contestando a ordem do Sistema Internacional que estava inserido, pois reconhecia que a França tinha todo o potencial para estar novamente atuando como uma potência mundial.

O posicionamento de De Gaulle tinha um foco muito estratégico como podemos observar em 1961 durante a Crise de Berlim, no episódio envolvendo os EUA e a URSS existiam chances da eclosão de um conflito, porém seria gerado pelos EUA e não pela França.

Outro ponto que podemos citar é que durante toda a história os confrontos entre Alemanha e França foram constantes, em duas guerras a França não conseguiu sozinha derrotar a Alemanha, portanto o ideal seria ver uma Alemanha enfraquecida e desestabilizada. O risco que isso envolve estava na possível aliança com a URSS, de maneira que poderia fortalecer seu inimigo histórico. Ao apoiar a unificação alemã, reconhecendo seu poder militar e econômico, estaria colocando a França em uma posição de liderança política para a Europa e defendendo a identidade europeia (KISSINGER, 2012).

Durante o período da Guerra da Lagosta, de 1961 até meados de 1963, a França passou por uma reestruturação interna, que pode ser exemplificada com a criação em 1963 da

Delegação para o Planejamento Regional e Ação Regional (DATAR), que representaria uma intervenção estatal para a organização e distribuição da riqueza econômica, com infraestrutura para o desenvolvimento das áreas urbanas e das zonas rurais¹³.

Em 1960 a França de maneira independente criou e testou uma arma nuclear, de tal maneira que foi o quarto país a possuir o armamento, portanto ficando atrás apenas de EUA, URSS e Reino Unido. A posse dessa tecnologia faria da França uma preocupação para as potências, diferente do que oferecia o Reino Unido, uma vez que já havia demonstrado o desinteresse na produção devido ao alto custo.

Imbuído da expressão: “o céu é o limite”, de Gaulle não ficou atrás da corrida espacial, para tal, em dezembro de 1961 ele criou uma comissão para o Centro Nacional de Estudos Espaciais, colocando a França dentro da corrida e com uma política determinada para a construção de um lançador e em veículos de testes para a força nacional com o intuito de armas de dissuasão¹⁴.

O processo de descolonização na África vinha afetando diretamente as políticas francesas desde 1956, o peso da manutenção das colônias após a Segunda Guerra ficou muito pesado para o governo francês, e por consequência para seu povo. A França fez algumas alterações para uma política de mais autonomia e algumas concessões, porém ficaram apenas como colônias aqueles que não viam como se manter sem a presença da metrópole. Os que possuíam um certo grau de autonomia econômica buscaram a independência. Em 1960, treze territórios deixaram de ser colônias francesas e, em 1962, foi a vez da Argélia.

A Argélia vinha em um movimento de independência desde 1954, o grande problema dessa região estava no volume de colonos europeus que ali viviam. O uso da tortura pelas forças do Estado levou ao fim a Quarta República, de maneira que quando de Gaulle assumiu na Quinta República reconhecia que a independência estava próxima (HOBBSAWM, 1995). O território argelino passou a fazer parte dos conflitos indiretos entre as potências, com grande interesse da URSS, através de Cuba, que buscava uma relação próxima a que possuía no Egito, o que foi negado pelo governo da Argélia que não buscava outra dependência como possuía com a França.

Com a descolonização a França passou a ter mais relações com países do Terceiro Mundo, incluindo da América Latina, e passaria a ser o interlocutor da confirmação da

¹³ Disponível em: <https://francearchives.fr/en/commemo/recueil-2013/39409> Acesso em: 15/02/2021.

¹⁴ Disponível em: <https://francearchives.fr/en/commemo/recueil-2011/39051> Acesso em: 15/02/2021.

independência dos territórios que quisessem se inserir, portanto a política francesa tomou um posicionamento de “notável propensão ao bilateralismo” (LESSA, 2000, p. 54).

A política exterior da França sob a Quinta República, que se inaugurou com o de Gaulle, constituiu, pois, a mais ousada interpretação da herança ancestral que tradicionalmente ilumina a política internacional daquele país, cujo ideário foi efetivamente atualizado para comportar a radicalização da noção de independência nacional, o redimensionamento da vocação universalista e a adaptação da missão civilizatória à perda do império colonial e à guerra de influências culturais característica do embate entre as superpotências. (LESSA, 2000, p. 55)

O início da década de 1960 não foi um período de fácil condução, além de todas as questões internas de reorganização as questões externas estavam tensas e em outubro de 1962 eclodiu a crise dos mísseis de Cuba. A França garantiu o apoio aos EUA, portanto o aviso de alerta estava aceso para qualquer intervenção, esse ponto iremos abordar no terceiro capítulo para que possamos analisar o período da Guerra da Lagosta.

No outro lado do Atlântico, o Brasil vinha se organizando dentro do ambiente democrático, Vargas apresentou uma política externa que variava entre o “entreguismo” e o nacionalismo, porém ele buscava o desenvolvimento brasileiro e foi através dessa base que o presidente posterior, Juscelino Kubitschek¹⁵, pôde construir sua política externa (MANZUR, 1999).

Os objetivos mais evidentes da política externa no governo de Juscelino Kubitschek foram vencer o subdesenvolvimento e superar a pobreza; para tanto, considerava-se necessário buscar capitais e tecnologia estrangeiros pela via da cooperação internacional, ampliar os mercados brasileiros e lutar para que os preços internacionais das matérias-primas e produtos agrícolas acompanhassem os dos produtos industrializados. Isso significava que o meio mais eficaz de atingir o desenvolvimento seria a política externa, e Kubitschek procurou construir um consenso em torno dela por intermédio da instrução da sociedade. (MANZUR, 1999, p. 51)

Juscelino buscou o apoio americano para seguir com as questões internas brasileiras e para tal, alegou a contenção da expansão do comunismo nos territórios da América do Sul. Portanto, a atenção americana que estava voltada apenas para o apoio europeu passou a ter interesse pelo apoio dentro de seu continente. O Brasil apostou em acordos bilaterais, principalmente com os EUA, porém para estabilização de preços de produtos primários

¹⁵ Juscelino Kubitschek foi presidente do Brasil de 1956 até 1961 e ficou conhecido com o slogan “50 anos em 5” e pela construção da cidade de Brasília.

aproveitou do relaxamento entre as relações de EUA e URSS para negociar com os soviéticos (MANZUR, 1999).

Os anos que seguiriam ao governo de Juscelino foram de grandes mudanças em relação à política externa e na instabilidade presidencial. Foi no governo de Jânio Quadros que episódio da lagosta se iniciou, em 1961, porém ele renunciou em agosto de 1961 tendo assumido em janeiro do mesmo ano. No entanto, nesse curto período pôde trazer uma nova perspectiva de política externa formulada por Francisco Clementino de San Tiago Dantas¹⁶ que viria a guiar o país nos próximos anos.

Esta nova orientação é considerada pela literatura especializada como um divisor de águas no campo da formulação da política externa e da atuação diplomática nacional e ficaria conhecida como “Política Externa Independente” (PEI). Intimamente associada com o ideário do desenvolvimentismo, cujas procedências remetem ao Estado Novo (1938-1945), ao segundo período presidencial de Getúlio Vargas (1951-1954) e ao governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960), a PEI - que se estenderia pelo curto governo de Jânio Quadros (1961) e pelo de seu sucessor, João Goulart (1961-1964) - teve como seus principais pilares, de um lado, a afirmação da autodeterminação dos povos e da não-intervenção como princípios de organização do sistema de Estados, e de outro lado, a intenção de defender um grau de autonomia para o Brasil em suas relações diplomático-comerciais a fim de buscar as parcerias necessárias para um desenvolvimento econômico e social que não ficasse atrelado ao ritmo das economias avançadas. (FREIXO & RODRIGUES, 2016, p. 10)

Toda a preocupação com a política exterior era de grande importância, uma vez que a crise interna havia se instaurado e os EUA não estavam mais absorvendo os volumes de exportação brasileira. Além disso, as cobranças do FMI, o crescimento da dívida externa, a inflação que não conseguia ser controlada e a ausência de investimentos estrangeiros colocavam o país em uma situação ainda mais crítica (VISENTINI, 2016).

A PEI marcou o curto governo de Jânio Quadros, pois foi implantada em seu período e mudou o posicionamento brasileiro perante o Sistema Internacional. A postura de não se ater a um dos blocos se aproximava muito com o posicionamento francês, que se opunha a hegemonia do seu bloco, porém era aliado dele devido a um inimigo comum. No caso brasileiro, o direcionamento comercial era o primordial e buscava negociação com ambos os Estados. (VISENTINI, 2016). A PEI era baseada em cinco princípios fundamentais:

- a) defesa da paz, da coexistência pacífica e do desarmamento geral;

¹⁶ Francisco Clementino de San Tiago Dantas foi um chanceler brasileiro que atuou nas relações com a URSS, China comunista, seu discurso sobre não se opor ao isolamento de Cuba refletiu dentro da Ordem Mundial.

- b) apoio aos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos, dentro da estrita obediência ao Direito Internacional;
- c) suporte à emancipação dos territórios ainda não autônomos sob qualquer designação jurídica;
- d) autonomia na formulação de projetos de desenvolvimento econômico e na implementação de ajuda internacional;
- e) ampliação dos mercados externos para a produção brasileira através de facilidades alfandegárias em relação a América Latina e a intensificação do comércio com todos os países, inclusive os da comunidade socialista. (VISENTINI, 2016, p. 18).

O grande fator de mudança da PEI brasileira foi de não ser uma política externa reativa, como era até então, o Brasil refletia exatamente o que era visto no Sistema Internacional. A mudança de postura para um posicionamento ativo, sendo uma “nova forma de o Brasil se ver e se ver no mundo” (GONÇALVES, 2016, p. 87).

Com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, quem assumiu foi seu vice João Goulart¹⁷ que estava em trânsito para uma viagem para o Leste Europeu e para a o Oriente. Teve que retornar e foi preciso assumir o regime como parlamentarismo, uma vez que as tensões poderiam gerar uma guerra civil (ABREU, 2010).

João Goulart tinha um desafio imenso na reestruturação econômica do país que se via desestabilizado, sua figura de tendências de esquerda também gerava um desconforto em relação aos EUA que depois da Revolução Cubana de 1959 ficou mais atento as questões da América Latina. Foi na crise dos mísseis que o posicionamento de João Goulart, que seguiu de acordo com a PEI, deixou o presidente americano em contragosto conforme veremos documentações no terceiro capítulo.

Foi no período de João Goulart na presidência que a Guerra da Lagosta teve seu ápice de tensão. Para tratar com especificidade iremos abordar no próximo capítulo a Guerra da Lagosta por visões temáticas acerca da sua motivação inicial do fator econômico, desenvolvimento jurídico e legal e o posicionamento militar de ambos os Estados, para que possamos no terceiro capítulo desenvolver as análises políticas e estratégicas da Guerra da Lagosta dentro do contexto do Sistema Internacional e as tensões que ocorreram dentro do mesmo período.

¹⁷ João Belchior Marques Goulart foi presidente do Brasil de 1961 até 1964 atuando de acordo com a PEI foi contrário à invasão de Cuba e deposto pelos militares em 1964.

2 A GUERRA DA LAGOSTA

War is sweet to those who have not experienced it.
Desiderius Erasmus

A frase acima é atribuída a Desiderius Erasmus (1466 – 1536), conhecido como Erasmo de Roterdã, teólogo e filósofo. Conhecido por suas viagens na Europa e por ser um dos precursores da reforma protestante, principalmente por conta do livro “O Elogio da Loucura” (1511). Porém, como podemos enquadrar essa citação ao tema do nosso trabalho? Esse é o desafio proposto para iniciar esse segundo capítulo.

Reforçando o título dessa dissertação iremos apresentar uma análise político-estratégica ao episódio “Guerra da Lagosta”, que ocorreu no Nordeste brasileiro durante os anos de 1961 até 1963 entre Brasil e França. E conforme visto no capítulo anterior, todo o movimento que reflete a postura de um Estado está atrelado ao Sistema Internacional e é regido de acordo com a Ordem Mundial vigente.

Um episódio de estranhamento entre dois Estados na Guerra Fria era capaz de trazer consequências para todo o cenário internacional de proporções que poderiam atenuar entre as mais brandas até as mais graves em cenário bélico, até inserindo as duas grandes potências da época no contexto, mesmo sendo conflitos dentro de um único bloco, como temos o nosso episódio. Porém, a estabilidade total e ausência de conflitos é uma utopia. Assim como as relações humanas possuem conflitos, as relações entre as entidades internacionais irão possuir.

No livro “*The Sociology of War and Violence*” escrito por Malesevic ele apresenta a discussão sobre o conflito e de fato confirma que o conflito é inevitável. Temos em contrapartida o livro “*Cultural Variation in Conflict*”, Björkqvist e Fry, no qual os autores não enxergam o conflito como algo inevitável, porém, para eliminá-lo, precisaria ser entregue às pessoas o que elas necessitam e não encontramos exemplos viáveis desse cenário.

No entanto, ao ampliarmos ao âmbito dos Estados e levando em consideração que eles são movidos pelo desejo do poder e constantemente ambicionam mais do que possuem, um reflexo de como é a natureza humana, evitar o conflito por esse meio se torna pouquíssimo provável, a não ser que um dos lados ceda aos desejos do outro.

A Guerra da Lagosta foi um conflito entre França e Brasil que envolveu diversas questões, desde econômica, jurídicas e políticas. A França sendo parte da OTAN e o Brasil buscando sua posição dentro do cenário internacional, se viram em uma disputa relacionada a pesca de lagosta no território brasileiro, cada qual agindo de acordo com sua própria intenção e pretensão, atuando de acordo com o posicionamento de sua política externa e movimentos

dos seus Ministros de Relações Exteriores e, quando necessário o envolvimento para alinhamentos presidenciais. E para reforçar o lado brasileiro, na busca da defesa do território nacional e da fauna, com natural resistência, divergência e investidas seriam notáveis dentro da manutenção da Ordem.

O episódio ficou marcado nas linhas da história por ter envolvido não apenas questões diplomáticas, mas por ter sido designado esforços da Marinha do Brasil e da França, uma voltada para a defesa e proteção do território brasileiro enquanto outra voltada para a proteção dos lagosteiros que efetuavam a pesca no Nordeste brasileiro. O conflito bélico não ocorreu, porém, a movimentação política e social foi uma marca na sociedade da época, tanto a brasileira quanto a francesa.

Para que possamos seguir com o nosso trabalho iremos apresentar a Guerra da Lagosta por algumas visões para que seja possível compreender a dinâmica, atores e interesses para que por fim, possamos fazer as devidas análises.

1. 2.1. O valor da Lagosta e a questão econômica

Conhecida por ser um dos pratos mais requintados e exclusivos da culinária mundial, a fama da lagosta veio crescendo e se consolidando através dos anos. De acordo com Elisabeth Townsend no livro “*Lobster: A Global History*”, assim como diversos alimentos, a lagosta foi introduzida no cardápio devido a facilidade para a pesca e a necessidade de alimento, e a relação entre o homem e o crustáceo provém de muitos anos, na Europa se comia lagosta desde a Idade da Pedra, como uma comida secundária.

A autora menciona que, com a expansão marítima europeia, o consumo de peixes e frutos do mar cresceu, pois, além de prover a alimentação da tripulação dos navios, também era vendida nos portos. Nas Américas, o crustáceo era considerado em alguns países como um alimento primário por ser fonte de proteína, o consumo mais frequente nessa região fez com que os imigrantes europeus passassem a admirar também a iguaria.

Lentamente, os norte-americanos começaram a apreciar esse crustáceo às vezes abundante. Ainda assim, na Europa, as lagostas, que eram consumidas desde a Idade da Pedra na costa, tornaram-se um símbolo de status para os ricos à medida que se tornavam menos abundantes e mais caras para transportar para o interior. Como prova de seu consumo e de seu valor, foram considerados temas tanto por artistas quanto por escritores. Mas seu consumo foi limitado até que os avanços tecnológicos os tornassem mais facilmente disponíveis para a população em geral. (TOWNSEND, 2011, p. 35)

Podemos considerar, portanto, que a lagosta ganhou status no decorrer dos anos muito acompanhado pelo gosto europeu, uma vez que os americanos viam como um alimento incorporado a alimentação praiana, porém sem os requintes e preparação dos pratos. O mais relevante para nosso estudo é que, de fato, a lagosta dentro do contexto mundial ganhou fama e, principalmente, mercado especializado e exclusivo.

A expansão capitalista que ocorreu na década de 1950 e seguiria no decorrer da Guerra Fria intensificou a cultura do consumo. “Os Anos Dourados” de acordo com Eric Hobsbawm, não foi uma época de crescimento americano, “considerando o tamanho e avanço da economia americana, seu desempenho de fato durante os Anos Dourados não foi tão impressionante quanto a taxa de crescimento de outros países, que partiram de uma base bem menor” (HOBSBAWM, 1995, p. 253).

Portanto, os outros Estados (e podemos considerar a Europa como entusiastas desse crescimento) passaram a ter economias com grande crescimento, tornando o poder aquisitivo da população maior do que o necessário para se sustentar, de tal forma que a aquisição de novas tecnologias como equipamentos elétricos para as casas ou mesmo automóveis tiveram seu período de ascensão. E como uma via do Capitalismo, quanto maior a exclusividade de determinado item, maior seu valor, temos a lagosta como um item que ganhara ainda mais adeptos para seu consumo.

A culinária passa a se desenvolver nesse período, a ausência de alimentos ocorrida durante a guerra havia passado e a oferta por alimento passou a ser grande, de forma que os restaurantes passaram a ter um maior número de clientes e oferecer iguarias e pratos exclusivos para uma maior quantidade de pessoas.

Jantares da alta classe deveriam ter lagosta no cardápio, algo que segue bem em linha com os dias atuais, pois refletem o poder aquisitivo daqueles que estão oferecendo o jantar. Comer uma lagosta reflete diretamente em atingir um status social de poder econômico.

Figura 1: Propaganda do whisky americano Calvert.



Fonte: <https://www.etsy.com/listing/531063196/1956-calvert-reserve-blended-whiskey> Acesso em: 02/01/2020.

Nada melhor no gosto americano ... Calvert.
 Na grande tradição do whisky americano.
 Você age como um gracioso anfitrião da melhor maneira americana quando serve Calvert. Porque Calvert tem um gosto descontraído. Um sabor vencedor. E uma cordialidade tão americana quanto um aperto de mão.
 Peça por Calvert na próxima vez que você estiver em um bar ou loja de bebidas, Sirva Calvert - é uma casa com vida boa.¹⁸

A imagem do Whisky Calvert é de 1956 e demonstra com precisão a associação entre a lagosta a um produto buscando agregar valor e até mesmo indicar aos consumidores que um bom anfitrião serve esse whisky em jantares, pois um bom jantar segue à risca um jantar de

¹⁸ Texto Original “Nothing finer in American taste... Calvert. In the great tradition of American whiskey. You play the gracious host in the best American manner when you serve Calvert. Because Calvert has an easygoing taste. A winning flavor. And a heartiness as American as a handshake. Call for Calvert next time you’re at a bar or liquor store, Serve Calvert – it’s at home with good living”.

luxo conforme a imagem. Podemos notar que ao mencionar uma recepção para um bom jantar, o prato que deve ser servido é a lagosta.

E dentro desse contexto temos, portanto, a lagosta brasileira. A flora e fauna brasileira é de grande variedade, um país de proporções continentais tem consigo um clima tropical e uma costa extremamente extensa. São mais de sete mil quilômetros de extensão com um ecossistema riquíssimo. Porém, a pesca da lagosta no Brasil passou a ser um ponto de interesse econômico nos anos de 1950.

Temos como referência a dissertação de mestrado de Túlio de Souza Muniz pela Universidade Federal do Ceará que tem como título “O Ouro do Mar”, no seu trabalho o autor versa sobre o surgimento da indústria de pesca da lagosta no estado do Ceará atrelada ao *Modus vivendi* dos pescadores ribeirinhos.

Conforme mencionado pelo autor, a pesca segue como a atividade econômica intermitente no território brasileiro, uma vez que com a maioria da população estando próxima do litoral a necessidade da pesca se faz constante. A pesca da lagosta seguiu dentro desse contexto de sobrevivência ribeirinha por muitos anos e teve sua visualização por volta de 1950, pois nessa década a indústria de pesca é instaurada e é posteriormente fortalecida na década de 1960 (MUNIZ, 2005).

A figura por trás dessa implantação da indústria da pesca da lagosta foi um americano, a dissertação afirma que o empresário Davis Morgan, que foi oficial da marinha americana, quem trouxe técnicas que permitiram a pesca em grande escala. O conhecimento sobre o crustáceo e do potencial de mercado foram um ponto para o oportunismo do empresário que buscou atender o mercado do seu país em um primeiro plano.

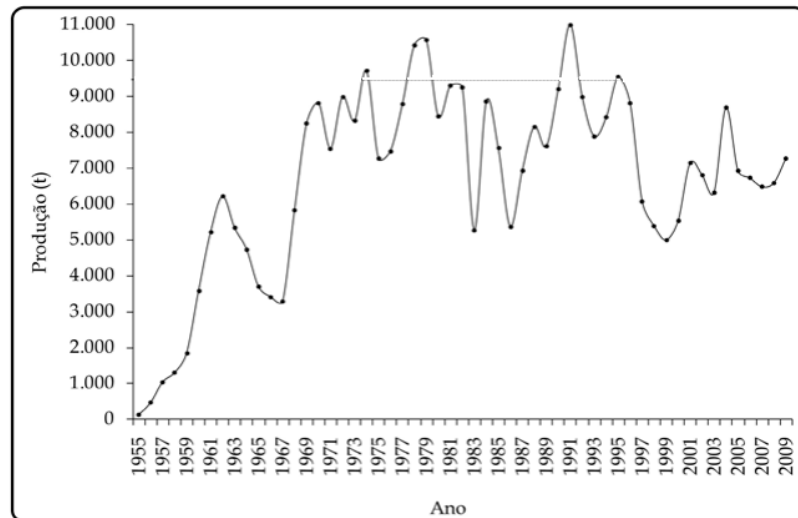
[...] “sujeito misterioso” foi personagem central da História que modificou não somente um segmento do mercado, mas também a vida e o cotidiano de milhares de trabalhadores e de suas famílias. [...] O americano incentivou a utilização de um equipamento de pesca tradicional (o gérére) na captura de lagosta, e abastecia de gelo as praias que se dedicavam à pesca de lagosta, recolhendo o produto num intervalo máximo de dois dias. Na época não havia energia elétrica nas praias do interior do Ceará [...] Todas as narrativas colhidas nesta pesquisa concordam ao dizer que, antes da chegada de Morgan, não havia pesca da lagosta em larga escala voltada ao mercado nacional ou internacional. Antes de 1955 a lagosta também não aparece nos balanços de itens exportados pelo Ceará, publicados mensalmente nos jornais da época (MUNIZ, 2005, p. 33).

Temos, portanto, uma figura que movimentou o mercado da pesca da lagosta em território brasileiro. O mercado brasileiro até então com baixa demanda não pode observar nessa

situação a oportunidade que teria de expansão, a visão de mercado do americano acerca dessa atividade do governo brasileiro permitiu que o aumento da pesca fosse realizado e sua exportação, por conseguinte. A compra da lagosta através dos ribeirinhos era feita por um valor extremamente baixo e a exportação era feita como uma iguaria de luxo.

Para comprovarmos que a atividade da pesca da lagosta teve um aumento significativo, podemos considerar o gráfico abaixo que reflete o histórico da produção de lagosta.

Figura 2: Histórico da produção de lagostas



Histórico da produção de lagostas das espécies *Panulirus argus* e *Panulirus laevicauda* destacando os picos de produção no período de 1955 a 2010, no Brasil.

Fonte: Avaliação do defeso aplicado à pesca de lagosta no Nordeste do Brasil. (SILVA, 2011, p. 30).

Conforme observamos no gráfico a produção começa a tomar escalas em 1957 e torna-se bem mais expressivas no período da Guerra da Lagosta, entre os anos de 1961 e 1963, de forma que a produção de lagostas nesse período atingiu um pico na região até então desconhecido nos registros, causando possíveis impactos no ecossistema e mostrando um crescimento econômico enorme da atividade.

Morgan também fazia a exportação de lagosta viva via aérea para os EUA, porém sua atividade ficou restrita, pois uma vez sendo estrangeiro sua atividade no país poderia ser apenas de pesquisa e não de exploração. De acordo com o Decreto nº28.80 de 8 de novembro de 1950 a exploração de recursos nacionais a estrangeiros era possibilitada apenas com concessão do Governo Federal, fazendo com que a atividade praticada pelo americano fosse ilegal.

Porém, Morgan foi até o Rio de Janeiro e conseguiu autorização para a pesca e as narrativas mudaram em relação a sua atividade, passaram a ser de uma figura estrangeira ilegal

a um empresário visionário atuando na implantação de uma nova atividade econômica. Segundo Muniz, a atividade foi duramente criticada por um jornal na época mencionando a exploração e a pesca praticamente predatória, sem o retorno ou intervenção do governo (MUNIZ, 2011).

Sua relação com a lagosta brasileira trouxe a grande indústria para o Nordeste, mudou a relação de trabalho associada aos pescadores locais e até mesmo a “atividade econômica também veio a suprir a ausência do Estado no que diz respeito à assistência social” (MUNIZ, 2011, p. 65).

Outro ponto que podemos observar do gráfico é que ele apresenta a produção registrada, o que não contabiliza a pesca dos lagosteiros franceses, uma vez que ela não estava atrelada ao pagamento de impostos. Portanto, o mercado passou a uma demanda maior e conseqüentemente notamos isso na produção brasileira. A indústria instaurada no Nordeste brasileiro teve nesse período um crescimento significativo nas exportações, mesmo com a pesca dos lagosteiros franceses o mercado continuou a demandar.

Lessa reforça que em 1956 houve um impulso na pesca através da implantação de empresas de aprimoramento da lagosta para envio do item congelado e não apenas vivo como feito por Morgan, dessa maneira aumentando ainda mais a amplitude de mercado para ser vendido, portanto, o volume de exportação.

O monitoramento do rápido surgimento do Brasil como um grande fornecedor no mercado mundial, adicionado ao fato de que o mercado consumidor francês estava longe de encontrar o seu ponto de saturação e a França era, além de um dos grandes produtores do crustáceo, um dos maiores importadores, fizeram com que os armadores bretões voltassem a sua atenção para os bancos lagosteiros brasileiros. (LESSA, 2000, p. 177)

A figura do empresário David Morgan terá participação inclusive durante os anos do conflito entre Brasil e França decorrentes da pesca francesa no Nordeste brasileiro sem autorização. E de fato, foram as vertentes econômicas que trouxeram ao litoral brasileiro os barcos franceses, portanto podemos considerar que o fator econômico foi o motivacional para ocasionar a Guerra da Lagosta.

O mercado francês, de acordo com Lessa, era o maior produtor mundial de lagosta e o segundo maior em consumo, ficando atrás apenas dos EUA. Para manter sua produção em alta e atender todo o mercado eles possuíam uma frota de cinquenta barcos que efetuavam esse tipo de pesca principalmente na Bretanha. Porém, a pesca sem regulação fez com que as regiões que estavam habituadas a exercer a pesca ficassem escassas, o que levaria à exploração de outras áreas.

Em razão do esgotamento dos bancos do litoral da Bretanha e atentando-se para o crescimento vertiginoso da demanda pelo produto nos mercados europeus e em especial no mercado francês, passou-se a examinar as possibilidades de aprovisionamento de lagostas vivas e congeladas em outras fontes, dando-se preferência às regiões dotadas de bom potencial de exploração e com pequenos parques pesqueiros instalados. Por conseguinte, estavam imediatamente excluídas as áreas de pesca dos países participantes do rol de maiores produtores [...] Na América, [...] via-se a existência de aparatos legislativos amplamente restritivos à atuação de estrangeiros [...] (LESSA, 2000, p. 176).

A estratégia de ampliação de locais de pesca teve que contar com diversos fatores, porém era necessária a continuação para que pudessem movimentar o grande mercado francês. Esse movimento de busca de novos territórios que decorreu nos anos de 1950 e seguiu na próxima década acabou gerando uma pesca predatória na África, “sobretudo ao largo das costas do Senegal, da Guiné e da Mauritânia, onde atuava grande parte da frota especializada da Bretanha, levou rapidamente ao esgotamento dos bancos lagosteiros da região” (LESSA, 2000, p. 176).

Com a motivação de atender a demanda do mercado e ampliar o lucro, conforme o sistema inserido do capitalismo, os pescadores franceses buscaram novas alternativas para seguir com a pesca predatória, uma vez que não tinham a preocupação da renovação do ecossistema.

Uma vez que a exportação brasileira mostrava sinais de crescimento ano após ano, os lagosteiros franceses viram como uma oportunidade a pesca em território brasileiro e chegaram no ano de 1961 sem as devidas autorizações para sua chegada e investidas.

Ao considerarmos o posicionamento francês na pesca extrativa podemos citar novamente Hobsbawm e em como a postura da “Era do Ouro” não visava a proteção ao meio ambiente ou recursos naturais, possuía “a ideologia de progresso dominante tinha como certo que o crescente domínio da natureza pelo homem era a medida mesma do avanço da humanidade” (HOBBSAWM, 1995, p. 256).

Devemos considerar também outro ponto, o quanto uma atividade é tão lucrativa a ponto de dois países, que até então cultivavam laços de uma relativa “amizade” e influências, pelo menos do lado francês com o Brasil, chegar a um ponto do conflito envolvendo suas beligerâncias?

O aumento das exportações para o governo brasileiro representava, além dos empregos gerados, um aumento no recolhimento de impostos na saída do item do Brasil. Portanto, a ilegalidade nesse ponto geraria ao Brasil um impacto direto em suas arrecadações e contas.

Os lagosteiros do Brasil, por sua vez, declaram que a França não pode – com objetivos comerciais – importar legalmente lagostas do Brasil, pois estas seriam taxadas a 32% *ad valorem*, de acordo com as determinações do Mercado Comum Europeu, afora o pagamento de impostos e taxas para saída do Brasil. Com o sistema de pesca que vinham utilizando, os barcos bretões levavam a lagosta como produção francesa, não pagando impostos aqui nem a taxa do MCE para entrada na França. Denunciaram ao Governo que os franceses lhes haviam proposto o transbordo do produto em alto mar, com o qual a situação permaneceria a mesma para os franceses, e os brasileiros não teriam de pagar impostos e receberiam dólar para a troca no mercado livre, ao invés de 460 cruzeiro, como ocorre nas transações legais (BRAGA, 2004, p. 123).

As informações coletadas dos jornais por Braga no decorrer do seu livro nos apresentam ainda outras questões que alinham esse interesse na lagosta não apenas limitado ao campo dos negócios, mas também ao político. Caso do “Deputado estadual de Pernambuco, Múcio Bandeira de Melo, afirmou que o cônsul francês em Recife, Sr. Marcel Morin, estaria ligado às empresas lagosteiras francesas” (BRAGA, 2004, 126).

Não muito diferente, o público e o privado se encontram em âmbito brasileiro, de maneira que o Senador Barros de Carvalho se defendeu em entrevista ao dizer que não havia tratado sobre esse assunto com o Presidente e que sua visita na embaixada da França, por vez acompanhado do empresário David Morgan referido dono de companhia lagosteira, também não havia conversado sobre a pesca dos lagosteiros franceses (BRAGA, 2004).

O Senador disse mais que, como Senador e interessado nos problemas da região, foi procurado, há cerca de um mês, início de fevereiro, por amigos e pessoas interessadas na pesca da lagosta, entre as quais o Sr. David Morgan, cuja firma, a Verdes-mares, é a maior exportadora do crustáceo, no montante de 1,5 milhão de dólares em 1962. Está ele já 16 anos no Brasil e é um entendido no assunto. Para esclarecimento da questão, disse o Senador: fomos ao Itamaraty [...] fomos informados que uma comissão de lagosteiros franceses [...] entendimento com as empresas brasileiras para formação de sociedades, e mesmo sobre o transbordo de carga. [...] com o mesmo propósito fui à Embaixada da França, também acompanhado do Sr. David Morgan, para obter esclarecimentos pelo lado francês. [...] nada tratamos sobre a compra da carga dos barcos franceses, nem tampouco fui depois, só ou acompanhado do Sr. David Morgan, tratar da questão com o Presidente da República, como noticiado em um matutino (BRAGA, 2004, p. 130).

Portanto, o interesse pela resolução do conflito envolve diretamente a questão privada, os empresários que estão se sentindo lesados pelo lado brasileiro pela ameaça da pesca ilegal de uma indústria crescente e do lado francês por anunciar que estaria dentro de seus direitos a

pesca nessa região, portanto os lagosteiros estavam dispostos a cobrar uma reparação dos seus investimentos e expectativas de lucro. Qual seria o Estado a arcar com essa situação?

Concluimos que a visão econômica foi o fator motivacional para que a Guerra da Lagosta fosse instaurada e dada como um conflito, a alta demanda do mercado francês e novos mercados em expansão, a busca pela produção incessante dos lagosteiros e o retorno lucrativo do crustáceo foram os pontos cruciais para a travessia do Atlântico pela França.

Nesse ponto, o Brasil se via não somente lesado por questões econômicas que afetavam diretamente a região do Nordeste extremamente dependente da pesca como fonte de renda, mas preservar e garantir a soberania nacional e o respeito das demais nações dentro do contexto global.

2. 2.2. A questão jurídica

O mundo se moldou após a Segunda Guerra Mundial dentro do cenário da Guerra Fria e a iminência de uma nova guerra e até mesmo a potencialidade de destruição gerou uma necessidade de regulamentação dentro do Sistema Internacional. As limitações territoriais precisavam ser definidas e ajustadas para que a redução de conflitos e desentendimentos fossem minimizados. A grande questão é como isso poderia ser implantado sem gerar tensão e obter concordância entre os Estados.

A inclusão de instituições regulatórias no Sistema Internacional foi uma saída desde a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) quando foi criada a Liga das Nações, organização que buscava a manutenção da paz no Sistema Internacional. A Liga das Nações falhou e a Segunda Guerra ocorreu, portanto se fazia necessária a criação de uma instituição diferente.

A Organização das Nações Unidas foi criada em 1945 com 51 Estados membros e seu objeto principal é de manutenção da paz e da segurança internacional¹⁹ conforme mencionado no Capítulo 1, e com o tempo outras funções foram sendo inclusas na organização. Porém, o seu papel como órgão regulador é de extrema importância dentro do cenário internacional.

Definições relacionadas ao mar começaram a ser ainda mais evidentes devido à expansão da pesca e das ameaças externas, assim, reconhecer qual o espaço que cada Estado pode exercer seu poder jurídico e legal e, principalmente, expandir sua segurança territorial era uma necessidade real e constante.

¹⁹ Disponível em: <https://www.un.org/es/sections/what-we-do/maintain-international-peace-and-security/index.html> Acesso em: 04/12/2020.

Conforme mencionado no capítulo 1, a citação de Carvalho nos mostra realmente que a pesca vinha apresentando questões problemáticas em outros países, dentro e fora do bloco dos Aliados, e a não limitação desse território poderia causar impactos entre os Estados inclusive entre as potências inimigas.

Ele cita barcos pesqueiros peruanos pescando em território americano (Guerra do Salmão), o caso a Guerra do Bacalhau (1950 – 1970) entre Islândia e Inglaterra e a Guerra do Arenque onde barcos noruegueses chegavam a Guatemala para pescar, e por fim temos a Guerra da Lagosta, abordada nessa dissertação.

Essas movimentações tiveram seu reflexo dentro da ONU na tentativa de regulamentar os oceanos e seus usos. Como todos os grandes acordos e convenções, a comoção e reajustes solicitados fariam parte das negociações para, por fim, ter o resultado. Não foi diferente das Convenções sobre o Direito do Mar que ocorreram em 1958 na cidade de Genebra na Suíça. Devido a temporalidade de nosso estudo iremos nos ater a estas convenções de 1958, pois eram as vigentes no momento.

Essas discussões por áreas de pescas resultaram em definições internacionais de delimitação dos direitos dos países costeiros, além da definição dos conceitos utilizados como: Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental. Até então, muitos alinhamentos eram feitos de acordo com cada Estado e não em escala mundial. Mesmo não conclusiva e gerando diversos debates sobre o tema, a evolução do Direito do Mar tem como paralelo direto a ascensão de conflitos relacionados ao mar.

Para servir como base jurídica deste estudo, portanto utilizaremos os seguintes documentos internacionais: Convenções sobre o Direito do Mar de 1958 de Genebra, sendo os itens específicos da Convenção sobre o Alto Mar, Convenção sobre a Plataforma Continental e a Convenção sobre Pesca e Conservação dos Recursos Vivos do Alto Mar. De acordo com Wagner Menezes no livro “O Direito do Mar” foram celebradas as quatro convenções que haviam sido discutidas:

[...] 1) mar territorial e zona contígua; 2) plataforma continental; 3) alto -mar; e 4) pesca e conservação dos recursos vivos do alto -mar. No crédito da Conferência, pode ser imputada a consolidação de vários aspectos relacionados com o sistema jurídico das águas interiores, o mar territorial e o alto -mar, ao mesmo tempo em que produziu interessantes elementos de desenvolvimento progressivo que se consolidaram mais tarde, como os relativos à zona contígua e à plataforma continental. Cabe destacar, entretanto, a ausência do acordo sobre a extensão do mar territorial a mais de três milhas, ou sobre o estabelecimento de direitos exclusivos de pesca fora de tal espaço. Apesar disso, as quatro convenções entraram em vigor nos anos 1960. (MENEZES, 2015, p. 30)

A Convenção de 1958 será o principal material de apoio para ilustrar as determinações de uso do mar para a aplicabilidade da pesca e o posicionamento de cada Estado dentro do Sistema Internacional. Ao pensarmos nas tensões existentes dentro de uma ordem global bipolar, o alinhamento feito em uma Convenção internacional tem grande impacto na Ordem e busca atingir o maior número de signatários para buscar a paz.

Além da Convenção teremos o apoio da ampla literatura nacional e internacional acerca do tema, que será utilizada no decorrer do capítulo para complementar este embasamento jurídico.

Em termos jurídicos e legais, a nossa discussão começa pelas denominações das áreas delimitadas em que o conflito ocorreu. A discussão acerca do tema no Brasil é riquíssima e temos diversos autores que irão auxiliar dentro dessa jornada.

Quais as alegações de Brasil e França que findaram o conflito? De acordo com o Comandante Claudio da Costa Braga no Livro “A Guerra da Lagosta” de 2004, a França “sustentava o direito da “pesca” da lagosta a costa brasileira, apoiando-se na Convenção de Genebra, de 29 de Abril de 1958, apesar de não haver sido assinada nem pela França e nem pelo Brasil” (BRAGA, 2004, p. 15) de maneira que a pesca é permitida “quando fora do mar territorial dos países costeiros” (BRAGA, 2004, p. 15), a zona que os lagosteiros franceses estavam era fora do mar territorial, portanto nossa discussão segue para as delimitações da plataforma continental.

Do lado brasileiro, justifica o autor, era utilizado como argumentação o fato da União deter todos os recursos da Plataforma Continental, de acordo com o “Decreto nº 28.840, de 08 de novembro de 1950” (BRAGA, 2004, p. 16). De acordo com a legislação brasileira de 1950, no Decreto nº 28.840 ficou descrito que:

Art. 1º Fica expressamente reconhecido que a plataforma submarina, na parte correspondente ao território, continental e insular, do Brasil se acha integrada neste mesmo território, sob jurisdição e domínio, exclusivos, da União Federal.

Art. 2º O aproveitamento e a exploração de produtos ou riquezas naturais, que se encontram nessa parte do território nacional, dependem, em todos os casos, de autorização, ou concessão federal.

Art. 3º Continuam em pleno vigor as normas sobre a navegação nas águas sobrepostas à plataforma acima referida, sem prejuízo das que venham a ser estabelecidas, especialmente sobre a pesca nessa região.²⁰ (DECRETO Nº 28.840, 1950)

²⁰ Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/451482/publicacao/15637339> Acesso em 12/01/2021.

Portanto, o Brasil tinha sua legislação interna de acordo com o que muitos países vinham apresentando. Partia da jurisprudência que outros Estados apresentaram seus regimentos internos na garantia dos seus direitos marítimos. Para os fins da análise definiremos conceitualmente, dentro das Convenções sobre o Direito do Mar de 1958, quais são as definições de Mar Territorial e Plataforma Continental. Mesmo Brasil e França não sendo signatários, o Sistema Internacional estava sendo regido por essas determinações e sob olhares constantes das grandes potências.

A definição do mar territorial foi importante para estabelecer os limites jurídicos de exercício dos plenos poderes de jurisdição do Estado e de seu domínio, nos quais ele soberanamente pudesse exercer seu papel de polícia, guarda e segurança, aplicar suas leis de forma plena e executar medidas adjudicatórias; também, para definir os limites exploratórios dos recursos marinhos, sem qualquer intervenção de outro Estado ou da comunidade internacional. Ao definir o mar territorial, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar seguiu o entendimento consuetudinário de alguns Estados, estabelecendo que ele se estenda a partir da linha de base, ou seja, da linha de baixa-mar ao longo da costa, conforme definido por cartas marítimas de grande escala, até um limite que não ultrapasse doze milhas marítimas. Essa extensão é definida por uma linha em que cada um dos pontos fica a uma distância do ponto mais próximo da linha de base igual à largura do mar territorial (MENEZES, 2005, p. 92).

Conforme observamos, o mar territorial permite ao Estado jurisdição total da região, inclusive dos espaços aéreos, subsolo e leito do mar (MENEZES, 2005). Dessa maneira, percebemos que os franceses alegavam estar além dessa demarcação em terras brasileiras de mar territorial, fato reconhecido pelo Brasil, porém a questão decorria sobre estarem dentro da plataforma continental.

O ambiente de interesse francês seria, portanto, o da pesca dentro da plataforma continental. De acordo com as Convenções sobre o Direito do Mar de 1958 no “Artigo 2º parágrafo 1. O Estado ribeirinho exerce direitos soberanos sobre a plataforma continental com o fim da sua exploração e da extracção dos seus recursos naturais”²¹. Portanto, dentro da plataforma continental o leito do mar e subsolo ficam sob soberania do Estado ribeirinho para sua exploração. Podemos definir a plataforma continental de acordo com Zanella no livro “Manual de Direito do Mar”:

²¹ Disponível em: <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/dl44490D.pdf>
acesso em: 10/01/2021.

O espaço terrestre – os continentes – não está diametralmente assentado sobre os fundos marítimos de modo abrupto, mas sobre uma plataforma, como regra, de ligeira inclinação. Neste viés, o território de um estado normalmente se prolonga mar adentro e não desaparece de imediato com os oceanos. Este prolongamento natural, cuja profundidade varia de 130 a 200 metros em média, se denomina Plataforma Continental. Após este, tem-se início o talude continental (também denominado de escarpa continental ou rebordo oceânico), que pode ser entendido como uma zona de declive abrupta que leva às grandes profundidades da região abissal (ZANELLA, 2017, p. 289).

Portanto, até a profundidade de 200 metros seria parte do território ribeirinho a exploração e extração dos seus recursos naturais. De acordo com a obra “*Lobsters: Biology, Management, Aquaculture and Fisheries*” (SPANIER & LAVALLI, 2013) não temos no Brasil espécies de lagostas que vivam em profundidade superior aos 200 metros, o que corresponde a profundidade máxima da plataforma continental.

A chegada dos franceses foi através de um pedido de pesquisa na região, porém dentre as referências utilizadas, alguns pontos nos chamam atenção em relação aos primeiros fatos que levam a decorrência do conflito, pois de acordo com Lessa na sua tese “A Parceria Bloqueada” a comissão francesa chega ao Brasil em fevereiro de 1961 com “uma missão preparatória composta de cinco armadores e industriais de Douarnenez” (LESSA, 2000, p. 178).

De acordo com Costa Braga no livro “A Guerra da Lagosta” a chegada da delegação francesa pediu autorização para “três barcos lagosteiros franceses *Lonk-Ael, Gotte e La Tramontane*” (BRAGA, 2005, p. 26).

Podemos considerar que a frota que chegou ao Brasil é superior ao mencionado pelo primeiro autor, sugerindo que a alguns desses armadores não teriam funções explícitas ou mesmo autorização para atuar na região, portanto qual seria o motivo da travessia do Atlântico? Portanto, assim como o Brasil, diversos países criaram seus próprios decretos após o anúncio do presidente Truman em 1945, e até mesmo a França aprovou uma regulamentação semelhante (BRAGA, 2005) e reforçada pelas Convenções sobre o Direito do Mar, conforme mencionamos acima, a autorização se fazia necessária e a França reconheceu esse fato.

A intenção francesa vinha sendo investida através da pretensão de “realizar pesquisas sobre a pesca de lagosta em águas extraterritoriais” (BRAGA, 2005, p. 27). Para evitar questões diplomáticas foi concedida a permissão inicial, porém necessária a presença de um integrante do corpo da Marinha de Guerra nas embarcações para acompanhar a pesquisa e inclusive os resultados (BRAGA, 2005). A constatação dos integrantes da Marinha, portanto, foi que a pesca não tinha intuíto de pesquisa e estava sendo utilizada a pesca de arrasto (BRAGA, 2005, p. 27).

Vale reforçar que em 1961, período que essa delimitação do mar territorial mensurada em milhas até então não havia uma definição acordada entre todos Estados, até mesmo as Convenções sobre o Direito do Mar “definiam apenas a chamada “linha de base” a partir da qual se delimita o mar territorial, sem definir uma distância em milhas náuticas” (MORE, 2012, p. 83). A aprovação cedida aos franceses quando solicitado a autorização de pesquisa foi liberada pelo Contra-Almirante Augusto R. Dias Fernandes (LESSA, 2000).

A liberação que contaria com o oficial da Marinha de Guerra tinha como prerrogativa “que atuaria como testemunha do respeito às águas territoriais, expressamente fixadas por Fernandes em *quatro milhas* marítimas” (LESSA, 2000, p. 178).

Atualmente esse limite é de 12 milhas náuticas de acordo com a Convenção do Direito do Mar de Montego Bay de 1982, portanto o conflito se deu dentro do território que passaria a ser considerado como mar territorial e com uma grande fonte de recursos marinhos.

As investidas francesas, após a primeira passagem investigativa, passaram a ser mais constantes, pois a produtividade que puderam ter dentro da área que foi considerada como plataforma continental atendeu a busca por novas fontes do recurso. A grande questão foi em conter as novas solicitações, uma vez que as negativas iriam gerar desconfortos diplomáticos.

Além dos fatores diplomáticos, a comoção regional dentre as associações e da imprensa nacional, os navios franceses tinham uma capacidade muito maior do que realmente a pesca realizada pelos pescadores ribeirinhos.

Equipados com túneis de congelamento, a capacidade de processamento dessas unidades (e, por extensão, de captura) aumenta consideravelmente, uma vez que a cada tonelada congelada corresponde três de pesca, tendo em vista que a parte do crustáceo que se aproveita no processo de congelação corresponde a um terço do peso do animal vivo. A duração da campanha se encontraria, portanto, aumentada na mesma proporção (LESSA, 2000, p. 183).

Com a capacidade de pesca extremamente superior e vendo como uma ótima oportunidade a exploração do território brasileiro, as investidas francesas passariam a ser ainda mais intensas e constantes. Porém, os limites expressos anteriormente em relação ao mar territorial foram uma das pressões sofridas dentre essa questão, a instrução do Estado Maior da Marinha foi para transferir para 12 milhas a zona de pesca reservada e a Federação das Colônias de Pescadores de Pernambuco reforçava o Decreto nº 28.840 de 1950 (LESSA, 2000, p. 183).

Essa é a prerrogativa defendida pelo Brasil e contrária pelo lado da França, que alegava que poderia estar pescando o crustáceo por não se tratar de um recurso da plataforma

continental. Por outro lado, o pedido inicial de pesquisa na região da plataforma continental feito pela França demonstra que tinham o conhecimento da jurisdição brasileira nesse espaço.

Parece, assim, que o Governo francês se tinha dado conta de que, ao pedir licença para seus barcos pescarem a título de pesquisa nas costas nordestinas, sem contestar o direito de o Brasil regulamentar a pesca sobre sua plataforma continental, tinha reconhecido implicitamente a soberania brasileira sobre os recursos lagosteiros, e procurava agora reverter a consequência daquele reconhecimento (RAFFAELLI, 2003, p. 365).

Além desse ponto, seria, em termos jurídicos, a grande questão da pesca na plataforma continental apenas a delimitação? Na verdade, a plataforma continental é um ambiente em que a pesca pode ocorrer, porém a lagosta sendo um crustáceo, pode ser pescada? Seria o crustáceo parte dos recursos do leito do mar e, portanto, de extração exclusiva do território ribeirinho?

Na opinião do Governo brasileiro, os seres que vivem em contato permanente com a plataforma continental estavam incluídos na definição de “recursos naturais”. Por isso, o Brasil considerava a lagosta um recurso da plataforma continental (termo que tinha ultrapassado o de “plataforma submarina”), já que, com sua carapaça e sem nadadeiras, ela vive em contato permanente com o solo; pode dar pequenos saltos, mas volta sempre ao contato com o fundo do mar. O canguru desloca-se aos altos, mas volta sempre ao contato com o solo. Em outras palavras, canguru não voa. O mesmo sucede com a lagosta: ela não nada e é bem diferente, neste ponto, das espécies natatórias. Ademais, como se verá adiante, a discussão sobre a definição dos recursos naturais da plataforma continental, havida no curso da Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1958, apoiava a interpretação brasileira (RAFAELLI, 2003, p. 366).

Essas questões, apresentadas pelo Brasil, geraram até devolutivas inusitadas e uma das célebres frases desse episódio dita pelo Comandante Paulo de Castro Moreira da Silva: “Ora, estamos diante de uma argumentação interessante: por analogia, se a lagosta é um peixe porque se desloca dando saltos, então o canguru é uma ave” (BRAGA, 2005, p. 17). A questão para delimitação em relação a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar teve sua resolução apenas em 1982 em Montego Bay, na Jamaica.

Porém, ainda nos anos de 1960, a França alegava que o crustáceo não deveria ser considerado como um recurso da plataforma continental e não iria desistir dessa argumentação, “Governo francês não considerava ter fundamento no Direito Internacional que a lagosta fosse classificada como um recurso natural da plataforma continental” (BRAGA, 2004, p. 32). A sugestão de um acordo entre os Estados, *modus vivendi*, foi elaborada pela França e teve sua contrapartida do lado brasileiro.

O governo brasileiro acreditava que, se a precisão que se pretendia incluir no texto da Convenção de Genebra fazia referência separadamente aos crustáceos e às espécies natantes, é porque queria distinguir os primeiros das segundas. De outro lado faria alusão apenas às espécies que nadam, aí incluídos desde logo os crustáceos. Sustentava então o Itamaraty que a supressão da referência a crustáceos e espécies nadantes, ocorrida no Plenário da Conferência, deveu-se a iniciativa do Delegado de El Salvador que, baseado em estudo da Organização das Nações Unidas para a Agricultura – FAO, demonstrou constituírem os crustáceos recurso natural da plataforma. Aprovada em Plenário a proposta do representante salvadorenho no tocante à retirada da menção aos crustáceos, tornava-se desnecessária a manutenção do resto da sentença, uma vez que não se pensava em considerar os peixes como recurso natural da plataforma continental. O Itamaraty concluiu por considerar que a Convenção de Genebra inclui, pois, os crustáceos entre os recursos da plataforma continental (LESSA, 2000, pp. 197-198).

As medidas solicitadas pela França foi apresentada através da Nota 232 de 30 de julho de 1962 com as seguintes sugestões: levar a questão para a arbitragem, alegando o acordo bilateral entre Brasil e França de 1909; ou que chegassem a um *modus vivendi* de forma que os navios franceses iriam ceder parte de sua pesca a entidades brasileiras e viriam navios limitados e reforçam a proteção biológica dos recursos alto-mar (BRAGA, 2004).

A devolutiva brasileira foi feita apenas no final de dezembro do mesmo ano, discordando das premissas francesas e reforçando a questão da arbitragem, por se tratar de um assunto da Convenção do Direito do Mar não deve se restringir a uma questão entre dois Estados.

As questões jurídicas apontam esses impasses, é o crustáceo um recurso da plataforma continental que deve ser explorado apenas pelo Estado ribeirinho? Ou a sua pesca pode ocorrer por outro Estado? De qual maneira essa questão foi, por fim, solucionada entre os dois Estados que acabou não gerando um conflito bélico? Esse ponto iremos tratar no terceiro capítulo, quando analisarmos as demais influências globais no conflito.

Compreendemos que o fator econômico foi o motivacional para a sequência de investidas francesas na pesca da lagosta na costa nordeste brasileira, o impacto seguido pela ausência de jurisdição internacional e o mesmo pelo esclarecimento dos recursos da plataforma continental foram os fatores cruciais que fizeram com o que conflito seguisse.

Seguiremos na nossa análise com a participação da Marinha do Brasil perante o conflito tanto no posicionamento estratégico, seu arsenal e preparação, quanto no posicionamento perante a proteção do território nacional.

3. 2.3. A questão militar

Apresentamos como se deu o conflito e quais os interesses envolvidos e como a ausência da legislação pode dar margem a debates de grande proporção. Porém, o que faz desse conflito diferente dos diversos conflitos diplomáticos que já ocorreram é o fato do envolvimento militar de ambas as partes.

Historicamente, o Brasil é um país pacífico e com pouco envolvimento em grandes conflitos, o que difere ao pensarmos sobre a França. A construção da sociedade civil francesa veio de uma revolução, sua relação com a Inglaterra tendeu a conflitos por anos e todas as tensões europeias que ocorrem por séculos tiveram contato e envolvimento com a França.

Sabemos que essa comparação, por questões históricas e geográficas, não é possível. Porém, o Brasil teve uma trajetória muito menos no decorrer do século XX no que se refere aos envolvimento bélicos. A tomada de Paris durante a Segunda Guerra Mundial teve um grande impacto na população e designou a França que o Brasil encontrou nos anos de 1960 sob o comando do General Charles De Gaulle.

Ao mencionarmos De Gaulle, não podemos antecipar a discussão sobre as políticas e disposição de ambos os Estados que iremos tratar no capítulo três, pois as particularidades e posicionamentos travam as questões político-estratégica da Guerra da Lagosta e a sua análise deve ser dedicada.

Para tal, o envolvimento das Forças Armadas dentro desse conflito o torna único na análise e podemos através dele levantar questões relacionadas ao posicionamento tanto brasileiro, quanto francês.

O conflito se deu por conta de lagosteiros franceses que estavam pescando no Nordeste dentro da Plataforma Continental brasileira, fato que entrou no entrave legal em relação a condição do crustáceo, ser ou não, recurso vivo da Plataforma. Porém, o conflito não aconteceu em um curto período em vista de demais problemas consulares.

Desde a primeira investida em 1961 no mês de fevereiro com a chegada de três barcos lagosteiros solicitando autorização de pesquisa sobre os viveiros de lagostas que eram praticados na região (BRAGA, 2004), seu desenvolvimento ocorreu no decorrer desses dois anos, se intensificou e findou em 1963 ao fechar o mês de fevereiro.

O período mais intenso das discussões veio de fato no carnaval de 1963 e contou com a mobilização da Marinha do Brasil (MB) e da Forças Aéreas Brasileiras (FAB). Inegável que a participação da FAB foi de extrema importância no decorrer do evento, porém nesse estudo

iremos buscar o posicionamento da MB e, principalmente, por se tratar em um conflito no âmbito marítimo.

A liberação da pesquisa pelos barcos franceses gerou certa preocupação, pois a riqueza da região era de conhecimento geral, portanto foi indicado pelo Contra-Almirante Augusto Roque Dias Fernandes que cada navio tivesse um representante da Marinha de Guerra e ficasse além de quatro milhas marítimas (LESSA, 2000). Abaixo temos a nota de rodapé escrita por Lessa sobre a questão das quatro milhas:

Vê-se que o Comandante do Terceiro Distrito Naval cometeu um engano de grandes proporções, verdadeiramente imperdoável para o encarregado das atividades de supervisão da movimentação costeira: o mar territorial brasileiro à época estava fixada em 3 milhas marítimas (estabelecido pela Circular N° 92 de 31/08/1850, baixada pelo Ministério da Guerra), com uma área de reserva de pesca de outras 12, segundo quadro sinóptico dos mares territoriais e das zonas adjacentes apresentado à Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Genebra, 1958), da qual resultaram as quatro Convenções sobre o Direito do Mar, que caíram em desuso (LESSA, 2000, p. 179).

Por outro lado, ele solicita o envio de um representante da MB, portanto os resultados das pesquisas seriam compartilhados e evitaria a pesca extrativa. Após a primeira investida o número de solicitações para a “pesquisa” da lagosta na Plataforma Continental brasileira cresceu demasiado, e a França foi alertada sobre a negativa dessas licenças. Em setembro, os pescadores sinalizaram que 40 barcos estariam vindo para o Brasil e que providências deveriam ser tomadas para evitar.

Em setembro de 1961 foi direcionada para a MB a ordem de apreensão nos portos de navios estrangeiros que estivessem com carga, porém em novembro a resposta do Chefe do Estado-Maior da Armada Almirante-de-Esquadra Ary dos Santos Rongel pediu para o Ministério das Relações Exteriores esclarecimentos junto a Embaixada da França, para que fossem tomadas as atitudes que deveriam para respeitar as leis brasileiras (BRAGA, 2004).

O apresamento de um barco francês marca o início de 1962, porém ele foi liberado e a França enviou questionamentos sobre o fato, portanto as ações da MB entrariam constantemente nas cobranças diplomáticas e no desenrolar jurídico que ambos estavam envolvidos. Outros lagosteiros estavam na região do Rio Grande do Norte e seguiam sendo observados (BRAGA, 2004).

Em março de 1962, novamente foi solicitado pelo Chefe do Estado-Maior da Armada ao Ministério das Relações Exteriores um entendimento diplomático com a França para que o território brasileiro fosse respeitado e a pesca extrativa interrompida (BRAGA, 2004).

Percebemos que, mesmo com os apresamentos, a MB vinha sinalizando sobre o que poderia ocorrer devido as investidas de diversos navios lagosteiros na região nordeste e pedia a interferência e reforço do Ministério das Relações Exteriores.

A preocupação real sobre constantes apresamentos de navios e cargas viria a se tornar um problema ainda maior, além do fato de que o termo de não retornar à pesca nessas regiões assinado após o apresamento não estava sendo honrado. A devolutiva francesa veio através do cônsul dizendo que estavam assinando um termo coagidos pela liberdade (BRAGA, 2004).

Portanto, cumpre a MB o papel que havia sido direcionado, a inspeção das áreas e a proteção da soberania. Mas de qualquer maneira, percebia que o papel de policiamento da região não era um impeditivo para que mais navios chegassem e partissem levando consigo as cargas que os lagosteiros ribeirinhos não conseguiam obter.

Em negociações com os franceses, por fim, em 12 de janeiro de 1963 o Brasil apresentou uma proposta de *modus vivendi*, porém foi rejeitada. Seria difícil alinhar algum acordo com os franceses, uma vez que estavam habituados a explorar os recursos de diversas regiões sem o pagamento de impostos ou mesmo de alinhamentos jurídicos (LESSA, 2000).

Barcos franceses estavam a caminho do Brasil antes mesmo do *modus vivendi* assinado, durante as negociações foram informados da vinda dos lagosteiros e a situação mudou para o lado brasileiro, a ausência de respeito francesa causou um grande mal-estar nas relações dentro do Itamaraty (LESSA, 2000).

No dia 8 de fevereiro uma nota foi divulgada pelo Itamaraty com a autorização da pesca da lagosta para os seis lagosteiros que estavam chegando, previamente autorizadas anteriormente por João Goulart através da solicitação do Embaixador Baeyens (BRAGA, 2004). E essa decisão aumentou ainda mais a insatisfação social, noticiada por ênfase pelos jornais brasileiros e a manifestação dos sindicatos de pesca.

Mesmo com toda a disposição da MB a extensão do litoral brasileiro, em específico a região Nordeste, é grande e de difícil monitoramento em sua completude. Era sabido, desde as primeiras incursões da pesca de arrasto e negado pelos navios, porém a confirmação dos pescadores pelo sumiço dos seus covos de pesca provou essa questão.

Em dezembro de 1961/janeiro de 1962, a Marinha de Guerra localizou seis barcos franceses e conseguiu apreender um deles, com uma carga de 45 toneladas de caudas e de covos, que o barco havia recolhido com as redes de arrasto, confirmando-se assim a sua atividade ilegal. O navio foi recolhido a Natal e, surpreendentemente, foi liberado com carga e tudo, três dias depois, por ordens superiores dos órgãos de fiscalização, sem que aplicassem qualquer sanção ou cobreassem qualquer taxa aduaneira sobre o carregamento, que, a

cerca de dois (2) dólares o quilo, representaria um montante de, aproximadamente, 90 mil dólares só de taxas para o Estado (BRAGA, 2004, p. 68).

A menção acima foi um dos questionamentos dos pescadores que estava indignado com a pesca não punitiva que vinha sendo praticada pelos franceses, e não pelo demérito da Marinha do Brasil nesse caso, pois ela cumpria com sua obrigação. As ordens superiores quem não detinham ou direcionavam a apreensão da carga e dos navios de acordo com o que deveria ser feito.

Em fevereiro de 1963 uma jangada brasileira teve um choque com um lagosteiro francês, a notícia rapidamente esteve nos jornais e a ameaça de ataque aos ribeirinhos gerou medo para ir até o mar para a pesca. Em nota oficial, foi divulgado que apenas os seis barcos tinham autorização de pesca e qualquer outro que estivesse na região seria apresado, pois estava restrita as autorizações até o final das negociações entre os Estados do *modus vivendi*. No dia 18 do mesmo mês a autorização dada aos seis lagosteiros foi retirada, com o intuito de acalmar os ânimos nacionais e as severas críticas ao governo (BRAGA, 2004).

No decorrer das negociações seguiu a MB dentro das suas obrigações e desígnios conforme recebia as ordens vindas de camadas superiores ao governo, porém o ápice da tensão entre os dois Estados aconteceu no Carnaval de 1963, quando a França decidiu desviar um navio de guerra que estava em operação na costa da África para acompanhar os lagosteiros que estavam na costa brasileira.

Os elementos do conflito aberto estavam postos. O Quai d'Orsay julgava que este ato derradeiro seria o único capaz de fazer o Itamaraty aceitar a arbitragem sobre o fundo da questão. Além disso, o envio de belonave não se apresentava, para o governo francês, como ato de hostilidade ou de pressão armada, uma vez que se acostumara a fazer os seus barcos de pesca se acompanharem de uma unidade de guerra da Marinha Nacional. Especificamente, o navio destacado para o Brasil foi o contratorpedeiro leve *Tartu*, que recebera instruções precisas para se ater em alto mar, inclusive fora das águas adjacentes à plataforma continental e reunir em torno de si os barcos lagosteiros (LESSA, 2000, p. 217).

A opinião pública, muito apoiada pela imprensa, fez com que essa informação tomasse proporções de comoção nacional. O Ministro da Marinha, Almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano deu ordem para mobilizar a Marinha de Guerra imediatamente no dia 22 de fevereiro de 1963 (LESSA, 2000). Era uma sexta-feira de Carnaval e os militares da Esquadra estavam de férias, por conta do feriado, quando todos foram chamados de imediato. Com a ausência de

meios de comunicação rápidos buscou-se jornais, emissoras de televisão e rádio e até mesmo jipes circulando na baixada fluminense para efetuar a convocação (BRAGA, 2004).

Em parceria com a FAB as forças foram direcionadas para o Nordeste para que pudessem seguir com a determinação. O Presidente João Goulart seguiria para o Rio Grande do Sul para passar o Carnaval enquanto a MB organizava as forças em “situação essa nada confortável” (BRAGA, 2004, p. 81). A movimentação da MB foi de envio do que fosse possível dentro das condições que tinham, tanto que o Contratorpedeiro Pará, teve falta de pessoal e problemas mecânicos não podendo acompanhar os demais (BRAGA, 2004).

De acordo com Braga diversos pontos foram obstáculos para a MB, toda a munição disponível foi disponibilizada nos navios, não havia pontos para reabastecimento de óleo combustível, os Distritos Navais não conseguiriam prestar os devidos apoios logísticos e reparos, se fosse necessário. A produção de água para alimentação e reserva também foi um ponto crítico em diversos navios, houve na comunicação ausência de sinais próprios para alinhamento de estratégia e até mesmo os equipamentos deveriam ser revistos para que a comunicação fosse melhor, além da inquestionável superioridade da frota francesa (BRAGA, 2004).

Ao observarmos os pontos mencionados como um espaço marítimo tão extenso igual ao do Brasil apresentamos uma grande falha de cobertura de sua extensão, uma vez que os navios e munição estariam direcionados ao Nordeste todo o restante da costa estaria. Ao defender a soberania em uma determinada região foi exposta a fragilidade em relação as demais.

De fato, essa exposição fez com que os investimentos fossem direcionados para a MB e até mesmo a nacionalização dos seus itens, uma vez que a utilização dos navios transferidos pelos Estados Unidos gerou um desconforto no seu uso devido a acordos internacionais.

O referido caso com o governo francês nos anos 1960 evidenciou a questão da defesa do patrimônio marítimo brasileiro. E a atitude francesa produziria na Marinha do Brasil uma reação bastante clara, sendo esse incidente um alerta à Força Naval brasileira para a necessidade premente de possuir meios navais compatíveis com suas atribuições e com o máximo de nacionalização possível, haja vista que no citado acontecimento, o governo dos Estados Unidos não viu com simpatia o emprego de navios de origem norte-americana que haviam sido transferidos para o Brasil em função do acordo de cooperação militar de 1952 (AMARAL, 2013, p. 113).

Os Estados Unidos da América chegaram a notificar o através do seu Adido Naval em uma audiência extra com o Chefe do Estado-Maior da Armada para solicitar o retorno de dois

Contratorpedeiros, pois de acordo com a Lei do Senado americano o uso que foi concedido impede que sejam utilizados contra aliados por conta da OTAN.

Em contrapartida o governo brasileiro reforçou a assinatura no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) em que existe a solidariedade e cooperação dos países da América frente a ameaças (BRAGA, 2004). Em termos de forças, era fato que os EUA buscavam manter sua relação com a França sem conflitos.

O ministro da Marinha determinou a criação de um Grupo-Tarefa, que deveria ser composto de um cruzador e quatro contratorpedeiros. Eles deveriam suspender imediatamente rumo ao Recife. Num segundo momento, deveriam incorporar a esse GT outro cruzador e outros contratorpedeiros, contratorpedeiros de escolta e submarinos. Além disso, todas as Organizações Militares (OM) de apoio logístico da Marinha e o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ)⁹ deveriam ficar a postos 24 horas por dia (BRAGA, 2004).

Seguiu, portanto, a MB com as suas determinações e estratégias alinhadas. O protagonismo de todo o desenvolvimento do conflito se deu pela MB atuando na defesa do território brasileiro e de seus recursos naturais de acordo com o seu dever. De tal maneira, a mobilização e ação demandou esforços e expôs algumas debilidades, porém não afetou o posicionamento da MB em relação às suas estratégias marítimas e conhecimentos navais.

Por estratégia marítima entendemos os princípios que regem uma guerra em que o mar é um fator importante. A estratégia naval é apenas aquela parte dela que determina os movimentos da frota, quando a estratégia marítima determinou que papel a frota deve desempenhar em relação à ação das forças terrestres; pois nem é preciso dizer que é quase impossível que uma guerra possa ser decidida apenas pela ação naval. Sem ajuda, pressão naval só pode funcionar por um processo de exaustão. Seus efeitos devem ser sempre lentos, e tão irritantes tanto para nossa própria comunidade comercial quanto para os neutros, que a tendência é sempre aceitar termos de paz que estão longe de ser conclusivos. Para uma decisão firme, é necessária uma forma de pressão mais rápida e drástica. Uma vez que os homens vivem na terra e não no mar, grandes questões entre as nações em guerra sempre foram decididas - exceto nos casos mais raros - pelo que seu exército pode fazer contra o território inimigo e a vida nacional ou então pelo medo do que a frota torna possível para o seu exército fazer. A preocupação primordial, então, da estratégia marítima é determinar as relações mútuas de seu exército e marinha em um plano de guerra. Quando isso for feito, e não antes disso, a estratégia naval pode começar a trabalhar na maneira pela qual a frota pode desempenhar melhor a função que lhe foi atribuída (CORBETT, 2105, p. 16)²².

²² Texto original: "By maritime strategy we mean the principles which govern a war in which the sea is a substantial factor. Naval strategy is but that part of it which determines the movements of the fleet when maritime strategy has determined what part the fleet must play in relation to the action of the land forces; for it scarcely needs saying that it is almost impossible that a war can be decided by naval action alone. Unaided, naval pressure can only work

A citação de Corbett nos apresenta uma visão que atrela a estratégia naval a uma parte da estratégia marítima, e essa é parte determinante dentro de um contexto de guerra e deve andar junto com as determinações da estratégia terrestre. A pressão naval, se utilizada sozinha, só tem como resultado uma constante pressão, e no caso da Guerra da Lagosta, seguiu dessa maneira, portanto, podemos considerar que a estratégia naval da MB foi instruída para atuar seguindo as orientações de Corbett.

As estratégias buscam utilizar de maneira mais eficaz os seus artefatos e, conforme vimos, em geral as resoluções de conflitos acabavam ocorrendo por vias não-marítimas, o que ocorreu também no caso da Guerra da Lagosta, uma vez que a finalização se deu por vias diplomáticas, porém o posicionamento da MB deu toda a visibilidade necessária para o conflito, uma vez que a pesca sem controle por estrangeiros comprometia a soberania nacional.

De tal maneira, conforme podemos encontrar no livro *Introdução à História Marítima Brasileira*, a prática utilizada pela MB no conflito foi a prática de *deterrence* ou dissuasão. Nessa prática, o objetivo final é desencorajar o inimigo para que ele se sinta inibido ao tentar agir de alguma maneira perante a possível destruição que pode sofrer.

Na crise da década de 1960, chamada de Guerra da Lagosta, por exemplo, a França enviou navios de guerra, em tempo de paz, para proteger seus barcos de pesca, que capturavam lagostas na plataforma continental brasileira. O governo brasileiro determinou que diversos navios da Marinha do Brasil se dirigissem para o local da crise, mostrando que o País estava disposto a defender seus direitos, se necessário com o emprego da força. Logo os navios franceses retornaram e o conflito de interesses voltou para o campo da diplomacia – de onde nunca deveria ter saído. A persuasão naval exercida pelo emprego do Poder Naval brasileiro foi de coerção deterrente, porque inibiu o apoio que intencionalmente os franceses pretendiam dar a seus barcos de pesca (MARINHA DO BRASIL, 2006, p. 165).

No caso da Guerra da Lagosta, a vantagem de apenas um navio de guerra francês estar na costa brasileira, estar dando apoio a cinco lagosteiros e não ter nenhum ponto de apoio

by a process of exhaustion. Its effects must always be slow, and so galling both to our own commercial community and to neutrals, that the tendency is always to accept terms of peace that are far from conclusive. For a firm decision a quicker and more drastic form of pressure is required. Since men live upon the land and not upon the sea, great issues between nations at war have always been decided—except in the rarest cases—either by what your army can do against your enemy's territory and national life or else by the fear of what the fleet makes it possible for your army to do. The paramount concern, then, of maritime strategy is to determine the mutual relations of your army and navy in a plan of war. When this is done, and not till then, naval strategy can begin to work out the manner in which the fleet can best discharge the function assigned to it.”

próximo o suficiente permitiu com que a MB apresentasse todas as suas forças através da dissuasão.

Sabemos que a Guerra da Lagosta não teve um conflito bélico, pois a resolução do conflito se deu por vias diplomáticas. A administração do conflito e posicionamento da MB seguiu de acordo com as estratégias navais e seu posicionamento foi efetivo perante a parte que lhe coube do conflito.

De fato, o papel da marinha teve também importância nas questões diplomáticas, pois além da França como o inimigo direto, o uso dos navios no conflito despertou a atenção dos americanos que viam este acontecimento como uma ruptura dentro do seu próprio bloco capitalista.

Voltamos, portanto, à frase que inicia nosso capítulo de Erasmus de Roterdã e temos algumas percepções para que possamos associar ao nosso tema. O episódio ficou marcado como o grande conflito da marinha brasileira e não teve baixas, as relações entre França e Brasil ficaram estremecidas, porém não foram rompidas ao final e a diplomacia conseguiu conter os ânimos de ambos os lados.

Chamar o episódio desse conflito como Guerra da Lagosta, é de fato uma exacerbação da palavra guerra, principalmente após as duas grandes guerras do século XX. E em um conflito, arriscado como o foi, por um lado França com um poder nuclear e uma histórica marinha de guerra, e do outro o Brasil com uma grande costa exposta e armamentos insuficientes, a Guerra da Lagosta teve em seu final um posicionamento militar exemplar em frente as diversidades encontradas, porém uma exposição negativa dentro do cenário internacional devido as debilidades.

3 A PARTICIPAÇÃO DA IMPRENSA, A CRISE DOS MÍSSEIS E OS TELEGRAMAS DOS EUA

Os anos de 1960 começaram em uma intensidade muito ritmada pelas mudanças na década anterior. O remodelamento do Sistema Internacional no pós guerra e as tensões criadas entre as duas potências tiveram um relaxamento após a morte de Stalin, porém esse relaxamento em uma primeira instância não trouxe a estabilidade. Pelo contrário, as divisões e posturas dos Estados e dos novos Estados permitiam que as duas potências reforçassem sua rivalidade através de influências em conflitos externos ao seu território.

A expansão da ideologia oposta através do globo era uma constante, principalmente pelo lado soviético que buscava novas alianças, em relação ao lado americano cujo poder econômico extravagante permitia a expansão de acordos bilaterais que garantia certa estabilidade com países fora da OTAN, como no caso o Brasil.

Na América Latina não havia Estados de expressão que pudessem gerar determinada preocupação em relação a expansão soviética até meados dos anos de 1950. Foi a Revolução Cubana em 1959 que trouxe para a América um Estado aliado a URSS. O ápice da tensão foi a crise dos mísseis em 1962 que iremos abordar nesse capítulo, pois esse acontecimento determinou grande parte da preocupação americana em relação à América do Sul.

Para o enriquecimento da análise iremos utilizar as documentações disponíveis online através de documentos confidenciais trocados durante o período do conflito da Guerra da Lagosta, além de teses que versam sobre o assunto, apresentando a política externa dos governos brasileiros e franceses durante o período e os posicionamentos dos seus respectivos presidentes.

4. 3.1 A participação da imprensa no conflito – a criação da Guerra da Lagosta.

Todos os dias conflitos são debatidos e alinhados entre os Estados, porém a intensidade que é determinada a cada um dos conflitos varia de acordo com seu grau de importância em relação a posição de determinado Estado e até mesmo de como a imprensa irá se portar em relação a esse fato.

O poder da imprensa de formadora de opinião pública está atrelado ao fato de que um grande volume de pessoas será atingido com um tempo cada vez menor através dos anos, como podemos notar atualmente com o grande volume de informações sendo transmitidas ao vivo em todo o globo. Na década de 1960 esse papel ficava a cargo dos rádios, jornais e revistas que

circulavam pela população. A televisão era um meio já difundido, porém não chegava ao alcance de todas as classes sociais como os demais.

No conflito da Guerra da Lagosta percebemos grande influência da imprensa como um personagem importante no conflito, de tal maneira encontramos menções sobre a imprensa em grande parte dos trabalhos que versam sobre o tema e até mesmo como fonte nas trocas de informações governamentais. O papel da imprensa, sendo ele tímido ou exacerbado, condiz na repercussão social de determinado acontecimento e com o conflito da Guerra da Lagosta não foi diferente.

O grande volume de material gerado por esse conflito tanto na imprensa brasileira quanto na imprensa francesa merece um trabalho dedicado apenas a esse tema. A riqueza de informações e as análises políticos sociais que podem ser extraídas devem ser levadas em consideração na condução do conflito. Nesse trabalho iremos apenas direcionar uma pequena passagem de alguns pontos importantes e a formatação do conflito como a “Guerra da Lagosta”.

O apoio ou a contradição em relação ao evento tomavam formas de acordo com a tensão diplomática e o direcionamento das notícias. Longe da velocidade da informação digital da atualidade, os jornais impressos apresentavam as notícias do front e intensificavam seus discursos ideológicos através de cada tomada e acontecimento.

Em relação a Guerra da Lagosta, o conflito foi considerado como uma “hipérbole cunhada pela imprensa brasileira” (MUNIZ, 2013, p. 345) para uma Guerra sem pólvora, porém de grande exaltação social. Foi a disseminação das informações atreladas a um discurso nacionalista que criou grande parte da tensão sobre a potencialidade do conflito, pois era reconhecido que um conflito bélico entre Brasil e França não seria bem visto dentro do Sistema Internacional e os impactos para os brasileiros em termos militares seriam bem expressivos.

As reportagens da imprensa regional sobre a lagosta começam com os investimentos americanos no decorrer da década de 1950. Exemplo citado por Muniz no artigo “A “Guerra da Lagosta”: m para o Golpe Militar de 1964 e suas Abordagens na Imprensa Regional”, o jornal “O Democrata” se posicionava contra as investidas da iniciativa privada liderada por Morgan, conforme citado anteriormente. As atividades do empresário eram criticadas principalmente pelo fato da pesca ter um direcionamento específico para o mercado estrangeiro.

Os anos imediatamente seguintes à Segunda Guerra são também os de emergência da “Guerra Fria”, que por décadas opôs o “Ocidente”, representado pelo capitalismo, ao “Leste”, tendo à frente a União Soviética. Essa disputa teve reflexos no estabelecimento da indústria da pesca da lagosta no Brasil, o que se constatou nas páginas de O Democrata, periódico ligado ao Partido Comunista Brasileiro, que circulou em Fortaleza por cerca de 20

anos, até 1964. Desde o início das atividades de Morgan, O Democrata veiculou acirrada campanha contrária ao americano, sob pretexto de estar defendendo ‘interesses nacionais’ contrariados por um ‘gringo’ (“estrangeiro”, na gíria brasileira). Em sua edição de 26-06-1957, numa matéria sobre sessão da Assembleia Legislativa, constava o seguinte relato sobre as atividades de Morgan: “Morgan se completa: quase 800 mil quilos de lagosta em um ano. Estão levando quase de graça. O deputado Almir Pinto pede intervenção do governo”. (MUNIZ, 2013, pp. 349-350)

O discurso nacionalista do jornal questionava a implantação da indústria privada na extração de bens nacionais que estão na riqueza da fauna presente no litoral brasileiro. Além de mencionar o volume da pesca e a ausência de tributação justa em relação a exportação dessa pesca e a inclusão do nome de um deputado, relacionando a sua postura contrária a pesca pelo americano e a ideologia nacionalista. Dessa maneira, a identificação pelo tema e a associação a alguns nomes propagaria o pensamento do jornal através dos seus leitores, os tornando ávidos contestadores da situação.

O conflito, assim como as notícias, se intensificou no decorrer do tempo e encontramos menções, conforme descritas acima, desde a instalação da indústria de pesca iniciada no Nordeste brasileiro por Morgan até o auge do conflito com o maior ápice de tensão durante o Carnaval de 1963. As menções discretas dos primeiros eventos foram sendo substituídas por capas de jornais e preocupações entre os sindicatos e a sociedade.

Dentre os conflitos internos as questões entre ideologias de esquerda e direita perpetuavam através das divulgações de notícias e as contradições feitas ao presidente João Goulart. O apoio ou a condenação de cada ato era revertido em páginas mescladas entre fatos e opiniões, a fim de infiltrar as tendências aos leitores.

Utilizando nosso objeto de estudo, a Guerra da Lagosta, conflito entre Brasil e França, é um conflito em que não houve ataque bélico por ambas as partes, conseqüentemente nenhuma bala de canhão foi atirada ou mesmo de festim. A tensão entre as negociações diplomáticas que se seguiam fez com que a movimentação da marinha francesa viesse ao Brasil, direcionada pela alegação francesa como um movimento costumeiro de proteção dos lagosteiros de seu país, enquanto o Brasil direcionou todos os seus esforços da Marinha do Brasil para o Nordeste a fim de proteger a soberania nacional.

A presença do navio francês foi considerada uma ameaça a soberania nacional, mas a hipótese de considerar um embate bélico com a França detentora de armas nucleares não deveria existir na concepção brasileira. Era sabido da superioridade militar dos franceses e das intenções de De Gaulle em apresentar a França como grande novamente, mas não de buscar uma guerra com o Brasil devido a pesca de crustáceos.

A preocupação de fato da possibilidade de uma guerra variou com muita distinção entre os jornais. A expressão “guerra”, conforme estamos mencionando com as ressalvas anteriores, passou a ser utilizada por volta de fevereiro de 1963, e essa nomenclatura não havia sido mencionada por políticos oficialmente, a expressão foi divulgada pela imprensa reforçando a “hipérbole” de Muniz em sua tese.

Utilizar a terminologia guerra não foi acidental, pois havia um objetivo por trás dessa alusão que seria abordar com um caráter que o termo é imbuído de grande tensão. A imprensa utilizou dessa oportunidade para nomear suas matérias e chamar a atenção do leitor. Relacionar guerra com mortes e destruição é parte do imaginário como uma causa e consequência, ainda mais resabiados após duas grandes guerras no decorrer do século cujos impactos foram desastrosos.

A guerra surge-nos como uma luta armada, fundamentalmente entre Estados, não englobando outras formas de violência que não a militar enquanto irreconciliável com a paz, sendo a paz e a guerra duas noções que se excluem mutuamente; submetida a convenções que marcam o seu começo (declaração de guerra) e o seu termo (armistício ou tratado de paz); respeitando, no seu desenrolar, regras de direito e de honra; e mesmo como última *ratio regum*, seria uma ruptura temporária do equilíbrio de forças que, tendo sido capazes de estabelecer a paz, não são suficientes para a manter. (SOUZA, 2005, p. 94)

Ao tomarmos como base o “Dicionário de Relações Internacionais” temos, portanto, o termo descrito como uma oposição para a paz. Ambos os conceitos não podem coexistir dentro do mesmo ambiente, pois são contrapontos de que se existe a guerra não haverá paz. Para nos guiar dentro da argumentação da imprensa em relação ao uso do conceito de guerra nos faz necessário utilizar do parâmetro de uma incitação à violência entre os Estados.

No conceito de guerra há que considerar três elementos essenciais. O primeiro é o da guerra ser concebida como uma manifestação da violência colectiva. Este é o seu meio, e para muitos autores, desde Clausewitz a Raymond Aron, passando por todos os marxistas, é mesmo esta a sua característica fundamental, não se devendo designar por guerra um conflito em que a violência colectiva, física e armada, entre as partes, não ocorra efetivamente. (SOUZA, 2005, p. 94)

Da mesma maneira que o termo guerra estava sendo utilizado para a apresentação do conflito, no início o espaço a ela dedicado dentro dos jornais não tinha tamanha expressão, pois eram notas pequenas com um resumo relativamente curto do que se esperaria para um impacto de uma guerra, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial. A percepção para o leitor

era chamar a atenção para a notícia, mas não a ponto de fomentar um alarde nacional, pois pelos meios governamentais não houve tal declaração.

Utilizando do acervo virtual da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, pudemos acompanhar algumas dessas matérias e como estavam dispostas as informações. Dentre os jornais temos duas notícias contendo no título “Guerra da Lagosta”, sendo a primeira da edição 02970 do jornal “Tribuna da Imprensa” (RJ) do dia 09-10/02/1963 com o seguinte título: “Declarada a Guerra da Lagosta Entre o Brasil e a França”²³.

A França, declarou ontem a guerra da lagosta ao Brasil. Um navio de guerra francês deverá partir, a qualquer momento, para o Atlântico Sul para rebocar cinco navios lagosteiros da França, agindo atualmente em costas brasileiras. Há aproximadamente um mês, a Marinha brasileira apreendeu três navios franceses, na costa pernambucana. As embarcações foram levadas para Recife e somente receberam ordens de voltar à França depois de pagarem uma pesada multa. (TRIBUNA DA IMPRENSA (RJ), 1963, p.4)

Devemos considerar que o jornal Tribuna da Imprensa era de propriedade de Carlos Lacerda e fazia oposição ao governo de João Goulart (ABREU, 2010), portanto críticas e notícias de impacto eram direcionadas para evidenciar falhas governamentais.

Ao apresentar a notícia de que a França havia declarado guerra contra o Brasil, o jornal estava mencionando que um Estado que possuía armamentos nucleares e um grande poderio militar tinha intenções de combate. Portanto, a intenção era deslegitimar a figura presidencial, sugerindo a questão do que poderia ser tão grave a ponto de chegarem a uma declaração de guerra.

A matéria ocupa apenas um pequeno espaço na página 4 e não é o destaque do jornal naquele dia, pois evidentemente não havia provas oficiais da declaração de guerra vinda da França. Na verdade, a situação era a oposta, a França não queria entrar em embates com o Brasil, devido a todo o contexto de descolonização e as pressões do Sistema Internacional, a França não iria dedicar esforços ou poderio militar para essa situação.

21/FEV/1963 – quinta-feira

O jornal “Paris Press” noticiou que o Primeiro-Ministro Georges Pompidou ficou irritado com a insistência da Deputada Ploux para que se enviasse um navio de guerra a fim de proteger os lagosteiros franceses na costa brasileira. Segunda a Agência de notícias, Pompidou deu a seguinte resposta: “Há duas semanas estou dedicando meia hora por dia a este caso dos pescadores de lagostas. O Brasil não possui bombas atômicas, nós temos muito poucas. Não queremos certamente declarar guerra. De qualquer forma,

²³ Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_02/12345 Acesso em: 01/02/2021.

um guarda-costas francês, atualmente em Dacar, rumará para o Brasil” (BRAGA, 2004, p.76)

Notamos que não era intenção da França atacar o Brasil dentro do atual contexto do Sistema Internacional e da disposição de armas nucleares, porém a França não hesitaria no uso se fosse preciso de acordo com a declaração do Primeiro-Ministro. Essa informação que chegou no dia 21 de fevereiro refletia apenas uma ação já tomada, que era o envio do navio de guerra para acompanhar os lagosteiros. Localizamos também o jornal Diário de Notícias (RJ) no dia 13 de fevereiro de 1963 uma das primeiras menções com o título da matéria de: “Guerra da Lagosta”.

[...] Há cerca de um mês, um navio de guerra brasileiro apreendeu três navios pesqueiros franceses na costa pernambucana. Êsses navios foram levados para o pôrto do Recife e somente após o pagamento de uma pesada multa puderam regressar à França. Noticia-se neste momento que um navio de guerra francês deverá partir para o Atlântico Sul a fim de escoltar cinco barcos pesqueiros franceses que atualmente operam ao longo da costa do Brasil. O assunto é dos que merecem as maiores atenções e cuidados do nosso govêrno, no sentido de que se delimitem as zonas interditas à pesca nos mares costeiros do nosso país. (DIARIO DE NOTÍCIAS (RJ), 1963, p. 4)

Devemos considerar dois pontos nessa citação, o primeiro é sobre o próprio jornal que no seu posicionamento político apoiava o governo de João Goulart (ABREU, 2010), portanto não iria fazer duras críticas em relação as tomadas de decisões do governo e nesse caso apenas mencionou a importância da atenção para esse assunto. O segundo fato é que oficialmente a informação do envio do navio de guerra francês chegou ao governo brasileiro apenas no dia 20 de fevereiro de 1963:

20/FEV/1963 – Quarta-feira

Acaba hoje a autorização especial, dada aos lagosteiros franceses, para a captura da lagosta. [...]À tarde, o Embaixador francês no Brasil dirigiu-se ao Itamaraty, para informar ao Governo brasileiro da decisão do Presidente da França de enviar um navio de guerra, a fim de proteger os barcos pesqueiros franceses que se encontravam pescando lagosta na plataforma continental brasileira. (BRAGA, 2004, p.73-74)

A informação extra oficial havia chegado antecipadamente aos meios de comunicação e a divulgação foi imediata. O pedido inicial de um navio para acompanhar os lagosteiros partiu dos próprios armadores, que de acordo com o jornal “Le Monde” iriam solicitar a proteção ao governo francês após o insucesso das negociações no dia 04 de fevereiro (BRAGA, 2004).

Do outro lado do Atlântico a imprensa também fazia sua parte, talvez não com tanta intensidade em relação a esse conflito em específico, uma vez que o período na França mantinha tensões entre diversos outros assuntos e a questão da lagosta no Brasil era mais um confronto pesqueiro que a França vinha enfrentando.

O assunto foi tema de reportagens em diversos jornais franceses, devido ao grande volume de informações iremos utilizar apenas uma fonte para relatar a tratativa do assunto. Portanto, como fonte iremos nos ater aos arquivos do jornal “Le Monde” e as notas em relação ao conflito da Guerra da Lagosta em 1963.

Um breve resumo do conflito é detalhado no dia 23 de fevereiro com o seguinte enunciado “Um navio de guerra é enviado para proteger os barcos de lagosta bretões que operam na costa nordeste do Brasil”²⁴ (LE MONDE, 1963). Nessa matéria eles mencionam as questões das interpretações jurídicas em relação a extensão da plataforma continental e se a lagosta é ou não parte da plataforma. Além disso, caso as concessões solicitadas pela França fossem levadas ao Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia era receio do Brasil que isto poderia abrir precedente para que outros Estados entrassem com a mesma solicitação para a pesca da lagosta.

Dois dias após a notícia segue uma reportagem que menciona João Goulart enquanto estaria indo pegar o voo para ir até sua fazenda de que estaria “certo que uma solução amigável seria encontrada” (LE MONDE)²⁵ e que “as relações entre os dois países sempre foram as mais amistosas possíveis” (LE MONDE, 1963)²⁶.

De acordo com a fala do jornal, a postura do presidente brasileiro é de que a situação está sob controle e que não há por que se preocupar, em contrapartida menciona que navios da Marinha Brasileira estiveram à procura do navio francês Tartu e não o localizaram até a data.

Para finalizar a matéria, em tons de que o assunto não é tratado com seriedade pelo Brasil, a matéria propõe que a população brasileira só pede para que não atrapalhe o carnaval, mencionando que: “Não é até as canções do carnaval em preparação que não evocam lagosta.

²⁴ Texto original: “On navire de guerre est envoyé pour protéger les langoustiers bretons opérant au large de la cote nord-est du Brésil”

Disponível em: https://www.lemonde.fr/archives/article/1963/02/23/on-navire-de-guerre-est-envoye-pour-protoger-les-langoustiers-bretons-operant-au-large-de-la-cote-nord-est-du-bresil_2229653_1819218.html Acesso em: 01/02/2021.

²⁵ Texto original: “certain qu'une solution amicale serait trouvée”.

Disponível em: https://www.lemonde.fr/archives/article/1963/02/25/l-ambassadeur-du-bresil-a-remis-au-general-de-gaule-un-message-du-president-goulart_2228250_1819218.html Acesso em: 03/03/2021.

²⁶ Texto original: “Les relations entre les deux pays ont toujours été le plus amicales possible.”

Disponível em: https://www.lemonde.fr/archives/article/1963/02/25/l-ambassadeur-du-bresil-a-remis-au-general-de-gaule-un-message-du-president-goulart_2228250_1819218.html Acesso em: 03/03/2021.

Um deles pede que o crustáceo nade, rasteje ou dance, por favor, mas que não atrapalhe as festas tradicionais” (LE MONDE, 1963)²⁷.

A solicitação da retirada do navio Tartu pelo governo brasileiro foi mencionada como uma imposição para a continuação das negociações no dia 01 de março, porém o jornal francês menciona que a postura do Brasil não é tão pacífica.

Por outro lado, a rádio "Jornal do Brasil" comunicou que o almirante Toscano, comandante do 3º distrito do Recife, havia declarado que embarcaria em qualquer barco francês de lagosta que voltasse a pescar nas águas da plataforma continental brasileira. Segundo a mesma rádio, vários navios de guerra brasileiros são esperados em Recife, onde já estão três destróieres. (LE MONDE, 1963)²⁸

Um artigo postado no dia 27 de fevereiro de 1963 no jornal “Le Monde” apresenta a visão de um professor da Faculté Libre de Droit de Paris (Faculdade Livre de Direito de Paris) em que apoia a França na pesca e ainda menciona que a posição brasileira, assim como de outros países da América Latina, “fizeram a exorbitante pretensão de anexar a "plataforma continental" junto às suas costas e de exercer aí com plena soberania o monopólio da pesca”²⁹. É notável a postura de que a França tinha por direito a pesca da lagosta e que a postura do Brasil era apenas de ceder ao invés de questionar e gerar todo o conflito, a ausência da regulação internacional permitia essas interpretações e posicionamentos.

Cada jornal transmitia a intensidade e a complexidade que compreendia do conflito, como por exemplo a capa do jornal “Diário de Notícias” do Rio de Janeiro no dia 22 de fevereiro de 1963 que cita: “Goulart Pede a De Gaulle Que Ouça o Brasil: Não Toque Nas Lagostas” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1963). As citações sobre o tema passaram a ser recorrentes nos jornais e em colunas.

²⁷ Texto original: “Il n'est pas jusqu'aux chansons du carnaval en préparation qui n'évoquent la langouste. L'une d'elles demande que le crustacé nage, rampe ou danse s'il lui plaît, mais qu'il ne vienne pas troubler les réjouissances traditionnelles.”

Disponível em: https://www.lemonde.fr/archives/article/1963/02/25/l-ambassadeur-du-bresil-a-remis-au-general-de-gaulle-un-message-du-president-goulart_2228250_1819218.html Acesso em: 03/03/2021.

²⁸ Texto original: “D'autre part, la radio "Jornal do Brasil" a annoncé que l'amiral Toscano, commandant le 3e district à Recife, avait déclaré qu'il ferait arraisonner tout langoustier français qui reviendrait pêcher dans les eaux du plateau continental brésilien. Selon la même radio plusieurs bateaux de guerre brésiliens seraient attendus à Recife où se trouvent déjà trois contre-torpilleurs.”

Disponível em: https://www.lemonde.fr/archives/article/1963/03/01/les-bresiliens-demandent-le-retrait-du-tartu-avant-de-poursuivre-les-negociations-sur-les-droits-de-peche_2216623_1819218.html Acesso em: 03/03/2021.

²⁹ Texto original: “ont émis la prétention exorbitante d'annexer le " plateau continental " proche de leurs côtes et d'y exercer en pleine souveraineté le monopole de la pêche.” Disponível em: https://www.lemonde.fr/archives/article/1963/02/27/la-convention-de-geneve-et-le-plateau-continentale_2228059_1819218.html Acesso em: 03/03/2021.

A tensão que foi criada entre o final de fevereiro e começo de março não passou despercebida nem mesmo pelo Vaticano, que em um artigo de Federico Alessandrini no jornal “L’Osservatore della Domenica” menciona o conflito e o envio de navios de guerra e torce para que seja resolvido dentro da base diplomática. Porém, se posiciona em dois sentidos, primeiro ao não concordar como o crustáceo sendo parte da plataforma continental e, segundo, em acreditar ser excessiva a solicitação do Brasil de considerar a plataforma continental 100 milhas náuticas.

Impossível que o bom senso não se afirme inspirando um compromisso honroso tanto para Paris quanto para Brasília, porque, é claro, não há necessidade de pensar em reconhecer aos crustáceos dos mares americanos o direito democrático de auto-rendição aos europeus ou para cantinas europeias do novo mundo. Existe um acordo entre os dois países, que é invocado pelos brasileiros, para o dizer por analogia, embora na realidade se trate de possíveis campos de petróleo. Esse acordo atribui ao Brasil o que pode ser considerado um ás em sua base continental. E por isso mesmo, como dissemos no início, é importante conhecer os hábitos e costumes das lagostas; são animais ligados, da vida à morte - natural ou prematura - a um único ambiente? Ou, em vez disso, devem ser contados entre os migrantes? Na realidade, a questão não deve ser colocada nestes termos; é evidente, de fato, que o direito de pescar é uma coisa, a busca de petróleo outra. Uma faixa de águas continentais de cem milhas pode ser proporcional à vastidão do Brasil; mas é evidente que a reclamação é excessiva; admitido, constituiria um sério precedente para todos os pescadores que, com o despovoamento dos mares em casa, se veem obrigados a aventurar-se em águas cada vez mais distantes, arrastando as grandes redes que riscam o fundo. Este tipo de pesca não é possível em grandes profundidades e é, portanto, inevitável que as embarcações se aproximem razoavelmente das costas. A nossa esperança é que se chegue rapidamente a um acordo amigável porque realmente não parece que as lagostas se somam às muitas maças da discórdia que perturbam o mundo e os homens. (L’OSSERVATORE DELLA DOMENICA, 1963, p. 5)³⁰

³⁰ Texto original: “E’ impossibile che il buon senso non si affermi ispirando un compromesso onorevole sia per Parigi che per Brasilia, perché, naturalmente, non è il caso di pensare di riconoscere ai crostacei dei mari americani il diritto democratico di autocedersi per le mense europee o per quelle del nuovo mondo. Esiste un accordo tra i due paesi, che viene invocato dai bra-siliani, a dir così per analogia, sebbene in realtà riguardi eventuali giacimenti di petrolio. Questa intesa assegna al Brasile quanto può considerarsi asso allo zoccolo continentale di sua spettanza. E proprio per questo, come si diceva cominciando, è importante accertare gli usi e i costumi delle aragoste; si tratta di animali legati, dalla vita alla morte — naturale o prematura che sia — ad un unico ambiente? O sono Invece da annoverarsi tra i migratori? In realtà la questione non dovrebbe porsi in questi termini; è evidente, infatti, che il diritto di pesca è un conto, la ricerca del petrolio un altro. Una fascia di acque continentali di cento miglia può essere proporzionata alla vastità del Brasile; ma è evidente che la pretesa è eccessiva; ammessa, costituirebbe un serio prece-dente per tutti quei pescatori che, dallo spopolamento dei mari di casa, sono costretti ad avventurarsi in acque sempre più lon-tane, trascinando le grandi reti che raschiano il fondo. Un tal genere di pesca non è possibile nelle grandi profondità ed è, perciò, inevitabile che i pescherecci si avvicinino ragionevolmente alle coste. Il nostro augurio è che si trovi rapidamente un accordo ami-chevole perché non sembra davvero il caso che ai tanti pomi della discordia che turbano il mondo e gli uomini si aggiungano persino le aragoste.”

Disponível em: https://www.osservatoreromano.va/it/osservatore-della-domenica/pdfreader.html/odd/pdf/OsservatoreDellaDomenica_19630303_09.pdf.html Acesso em: 07/03/2021.

Podemos considerar, portanto, que a amplitude do conflito teve repercussão e preocupações internacionais. O posicionamento do Vaticano indica que esse seria mais um conflito dentro do cenário internacional que não seguia tranquilo, e ainda mais que a lagosta não deveria ser um ponto que geraria tamanha discórdia perto do que vinham acompanhando.

Portanto, podemos considerar que o papel na formação da opinião pública e na criação da “Guerra da Lagosta” esteve diretamente ligado a imprensa, pois a postura da imprensa tanto nacional quanto internacional foi quem impulsionou o conflito para além das discussões por vias diplomáticas.

O papel da imprensa trouxe a evidente questão do nacionalismo e dos posicionamentos favoráveis ou avessos ao governo, mas acompanhou de maneira próxima as movimentações de ambos os Estados.

Através da imprensa podemos acompanhar e compreender a visão de diversos Estados sobre o assunto e quais as expectativas acerca da resolução, considerando também a visão de cada canal de comunicação uma vez que os posicionamentos possuíam viés ideológico de acordo com o direcionamento editorial.

Ao considerarmos o período em que o Sistema Internacional estava passando, pela extrema tensão devido à crise dos mísseis em outubro de 1962 e a ameaça da expansão comunista que seguia como uma sombra em solos americanos, um conflito belicoso entre Brasil e França não seria nem um pouco interessante, principalmente para os EUA.

3.2 A crise dos mísseis, a ameaça comunista, Goulart e a Guerra da Lagosta

O Sistema Internacional estava definido em relação a bipolaridade entre EUA e URSS, porém, as tensões internas de cada bloco ditavam mudanças e posicionamentos. O mundo não deixou de se movimentar para que as duas potências se resolvessem, pelo contrário, a sensação de mudança era cada vez maior, o que gerava um cenário de instabilidade constante.

Essa instabilidade e as tensões levaram as duas potências a uma corrida armamentista e, com a expansão de seu poder bélico, a ameaça constante de uma guerra nuclear se intensificava de acordo com o aumento de tensão entre as “guerras terceirizadas” das potências. Além disso, a corrida armamentista ocasionada pela intenção de propagação do poder gerava pontos de estresse no Sistema Internacional e desconfianças constantes. Essa tensão não ficava apenas restrita às potências, uma vez que todos sabiam das consequências de uma possível guerra nuclear.

Conforme vimos anteriormente, podemos considerar a crise dos mísseis de Cuba de 1962 como o momento de maior tensão entre EUA e URSS durante toda a Guerra Fria. Após 1959, sob a liderança de Fidel Castro, a Revolução Cubana teve fim. Enquanto Dwight D. Eisenhower buscava destituir Castro, Castro buscou alinhamento com a URSS, o que se deu por volta de 1960 (MARTINS FILHO, 1999). O alinhamento com a União Soviética trouxe para a América um posicionamento geográfico desconhecido aos americanos, o inimigo se aproximava de um modo até então não vivenciado.

Toda a movimentação de guerras em que os EUA estavam alinhados ou atacavam se concentravam bem distantes de suas fronteiras, o que fez com que a chegada da extensão do poder da URSS aos mares caribenhos trouxesse uma grande insatisfação para o lado americano. A ameaça comunista chegava, por fim, ao continente americano e essa proximidade de Cuba ao território dos EUA representava uma ameaça de destruição física de seu território, com a possibilidade de obter grandes proporções.

Devemos ressaltar a importância da crise dos mísseis dentro do contexto do conflito da Guerra da Lagosta que segue como nosso objeto de estudo, pois além da proximidade temporal entre os acontecimentos (Crise dos Mísseis em outubro de 1962 e a Guerra da Lagosta em março de 1963) a ameaça de expansão do comunismo na América Latina gerava temores ao governo americano, portanto, tendências ou posicionamentos contrários ao indicado pelo governo americano ao Brasil ou qualquer Estado latino-americano poderiam causar grandes constrangimentos nas suas relações internacionais.

As pesquisas através do acervo documental do presidente John Kennedy, “John F. Kennedy Presidential Library and Museum”, nos permitiram encontrar documentos oficiais emitidos pelo governo americano, de caráter confidencial na época e hoje disponíveis para pesquisas, durante o período da crise dos mísseis com Cuba, e nos mesmos se evidencia a preocupação em relação à expansão do poder da URSS na América Latina.

Em alguns documentos encontramos citações ao Brasil ou mesmo relatórios descritivos sobre situações no país, portanto iremos utilizar essa documentação para que possamos apresentar as preocupações americanas em relação ao Brasil, tal como um dos pontos focais para a URSS na América Latina, e também as menções e direcionamentos dos EUA para as relações entre Brasil e França durante o período da Guerra da Lagosta.

A percepção americana sobre o interesse da URSS no Brasil é mencionada em alguns documentos, como podemos perceber em 1961 em materiais de preparo para o presidente de supostas perguntas que seriam feitas. O material descreve a pergunta, a situação porque a pergunta está sendo feita e, por fim, sugestão de pontos para resposta. A questão datada de 10

de agosto de 1961 pode demonstrar as preocupações em torno da posição brasileira devido a um aumento de cordialidade entre Brasil e URSS.

Nesse determinado momento a situação do Brasil é de buscar uma reaproximação com a União Soviética e favorável a inclusão da China Vermelha na ONU, o que seguiria contrária à tradição de cooperação com o governo americano, porém, o presidente Quadros havia sido convidado para visitar os EUA em dezembro do mesmo ano, o que indicava uma ação americana em contrapartida da postura brasileira.

O ponto de atenção é o direcionamento da resposta, na qual o Brasil está buscando se reaproximar pois tem interesses nessa aproximação e que as relações do Brasil com outros países estão dentro de sua soberania, portanto não estariam dentro da iniciativa americana. Esse posicionamento estadunidense é bem linear com o discurso de sua política, o apoio a liberdade das democracias, portanto, o fato de o Brasil manifestar interesses em manter relações com a União Soviética estaria dentro da esfera de sua soberania³¹.

A postura americana em relação à aproximação brasileira com a URSS não é totalmente independente e nem mesmo restrita como assunto de soberania brasileira. Como podemos notar em outro documento, referente a mesma entrevista, segue uma pergunta direcionada a uma determinada fala do Embaixador John Moors Cabot (que atuou no Brasil entre os anos de 1959 a 1961).

O embaixador tinha como missão alinhar o posicionamento do presidente Quadros em relação ao isolamento de Cuba, porém, com a implantação da PEI em janeiro do mesmo ano não obteve sucesso (ABREU, 2010). Manter a instauração da PEI iria contrário ao que buscava o governo americano em relação ao Brasil, pois a PEI teria como objetivo posicionar o Brasil com uma maior visibilidade e participação dentro do contexto internacional e não apenas como receptor das diretrizes do Sistema. Esse protagonismo brasileiro, por si só, poderia ser um dificultador para o governo dos EUA com o direcionamento de foco na América Latina após a crise dos mísseis de Cuba, em outras palavras, a autonomia do Brasil poderia prejudicar o planejamento estadunidense de controle da região.

Dentro da mesma entrevista temos o documento referente ao caso do embaixador Cabot, no qual o presidente Quadros havia ficado ressentido com uma de suas falas citando o Brasil como “uma nação não-comprometida” (ABREU, 2010) e a questão levantada para a conferência seria se o presidente Kennedy teria algum comentário sobre o tema após a fala do

³¹ Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/054/JFKPOF-054-017> acesso em: 05/03/2021.

embaixador, que dizia que o Brasil sendo comprometido com as democracias não poderia se manter neutro quanto às ideologias políticas³².

A posição corrente em relação ao assunto menciona como “comentários cáusticos” da imprensa brasileira, que deveriam ser considerados como comentários corrosivos com o intuito de deteriorar as relações entre o embaixador e o governo brasileiro, porém, a resposta que deveria ser dada pelo presidente seria de que o governo brasileiro negou qualquer incidente em relação a fala que supostamente havia sido compreendida como uma interferência nos assuntos internos do país.

Devemos mencionar que no mesmo mês de agosto o Embaixador Cabot foi transferido e o presidente Quadros renunciou no final do mês (ABREU, 2010). A visita, alinhada por Kennedy que deveria ser feita pelo presidente Quadros em 1961, ocorreu com o presidente Goulart em abril de 1962 com a participação do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Francisco Clementino San Tiago Dantas e o embaixador Roberto de Oliveira Campos³³.

Com o governo de João Goulart a PEI foi mantida, portanto o Brasil seguiria pela linha de não interferir nos assuntos internos de outro Estado e de acordo com a concepção do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, isso significaria se opor ao isolamento de Cuba perante os EUA. De acordo com a documentação disponível no “Wilson Center – Digital Archive – International History Declassified” sob o nome de “Relatório do anexo cultural na Embaixada Israelita, Rio de Janeiro, Smeul Benizi, 18 de Janeiro de 1962, assunto: ‘Brasil – relações cubano-latino-americanas’” (BENIZI, 1962), o posicionamento brasileiro negou o isolamento de Cuba e sugeriu uma posição de país neutro, em que apresenta a sugestão de San Tiago Dantas utilizando das bases da PEI para colocar Cuba em uma posição de neutralidade dentro de determinados parâmetros de não expansão de sua ideologia dentro do Continente.

Cuba concordaria em se tornar um país neutro (“como a Finlândia”) e os membros da OEA trabalhariam com as autoridades americanas e cubanas para criar uma lista de “obrigações”. Isso garantiria a Cuba a não ingerência em seus assuntos internos. Por outro lado, Cuba se comprometeria com certas coisas a respeito das fontes de suas armas e propaganda no continente. Viz. [Cuba] [se comprometeria] a não assinar acordos com países não-continentes [isto é, a União Soviética] e não tentaria espalhar sua ideologia no continente. Na opinião do Brasil, a concessão do status de neutro a Cuba é melhor do que qualquer outra proposta que possa interferir na política

³² Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/054/JFKPOF-054-017> acesso em: 05/03/2021.

³³ Disponível em: https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKWHP/1962/Month%2004/Day%2003/JFKWHP-1962-04-03-C?image_identifier=JFKWHP-KN-C20809 Acesso em: 10/03/2021.

interna cubana que, por sua vez, pode criar uma situação de constante desconfiança entre os países latino-americanos. (BENIZI, 1962, p.2)

Esse posicionamento não era o esperado pelo governo americano que acreditava que o isolamento seria a única possibilidade de deter a expansão comunista no continente e repreender o posicionamento de Cuba. Pelo lado brasileiro e de acordo com o documento, alguns ex-chanceleres brasileiros também não concordaram, pois acreditavam que cortar relações diplomáticas não iria afetar o princípio de não-interferência e “porque era errado se esquivar de compromissos que já haviam sido assumidos usando o pretexto de "neutralismo"” (BENIZI, 1962, p. 2).

Posicionar-se contra o isolamento de Cuba por seguir com a PEI não isentaria o país dos questionamentos americanos, os acordos firmados e os apoios comerciais americanos seriam moedas a negociar pelo posicionamento brasileiro ao não identificar Cuba como uma grande ameaça para a América, apenas como um país neutro.

A “Aliança para o Progresso” que viria como um plano de contenção para evitar os possíveis investimentos soviéticos na América Latina, buscava apoio na forma de um programa voltado para auxílio externo direcionado para reformas e desenvolvimento da América Latina. Mesmo com o constrangimento visto entre as relações Brasil e EUA devido ao posicionamento da PEI, não impediu o alinhamento do programa uma vez que era nítida a necessidade do Brasil pensar nas possibilidades de reformas (FREIXO & RODRIGUES, 2016).

A questão econômica da América Latina era o fator essencial na visão americana para “blindar” a influência soviética, pois incentivar o desenvolvimento dos países dentro do seu continente evitaria que a União Soviética pudesse oferecer incentivos principalmente voltados para resoluções de questões sociais. A Aliança para o Progresso veio dentro de uma combinação de estudos e verificações, bem embasada dentro das necessidades de cada um dos Estados de acordo com informações das chancelarias estabelecidas dentro deles.

Os estudos apresentavam pontos para desenvolvimento e reforços diretamente ligados aos principais *commodities* de cada região, a implantação teve um alinhamento extremamente dedicado para a equipe que o colocaria em expansão dentro da América Latina e do papel dos embaixadores em cada país.

No documento oficial de alinhamento do projeto da Aliança para o Progresso temos como participante o embaixador americano no Brasil no período da Guerra da Lagosta, Lincoln Gordon. Ele assumiu após o contratempo de Cabot e a posse de Goulart (ABREU, 2010). Suas

atitudes perante a política interna brasileira eram diferentes das diretrizes da política externa estadunidense, pois geravam influências e atuavam em questões domésticas constantemente.

Seu posicionamento no Brasil foi marcante e, entre seus arquivos, encontramos a documentação de implementação referente a Aliança para o Progresso e menções sobre a economia brasileira (GORDON, 1961)³⁴. Um dos pontos mencionados faz referência à questão do café como um produto de forte exportação, além de informações sobre produção, demanda, variações cambiais e preços de exportação que caíam ano após ano e estavam dentro das constantes observações e acompanhamentos.

Porém, quando a crise dos mísseis ocorreu, seu impacto geral no Sistema Internacional foi de extrema tensão e os EUA não poderiam tratar desse assunto apenas dentro da América Latina, os Aliados tiveram que ser acionados e comunicados sobre os principais pontos de tensão. De tal maneira, a França também teve que se posicionar, porém, de acordo com a OTAN, seu posicionamento já estava definido.

Os arquivos sobre a reunião em 22 de outubro de 1962 entre o general Charles de Gaulle e Dean Acheson, secretário dos EUA, traz a informação de que o presidente Kennedy havia enviado uma carta para o presidente francês mencionando que iria se pronunciar sobre o bloqueio a Cuba, e também enviou a primeira parte do discurso para apenas três Estados, sendo eles: França, Reino Unido e Alemanha Ocidental³⁵.

A descrição da reunião apresenta diversos detalhes de como os EUA iriam se portar de acordo com cada situação e como as represálias poderiam ocorrer, a presença de dois oficiais na CIA mostrava a confidencialidade do assunto e as fotos e mapas gerais para confirmar a decisão tomada por Kennedy. A convocação da França, como outra potência nuclear e aliada americana dentro do acordo da OTAN, tinha por princípios de defesa e possíveis represálias que poderiam se seguir na Europa, considerando Berlim e a proximidade geográfica da França com a União Soviética.

O General de Gaulle leu cuidadosamente a carta do presidente Kennedy e o que foi mostrado a ele do discurso; ele ouviu o que M. Acheson disse com a mesma atenção. Parece que pela primeira vez os Estados Unidos estão diretamente ameaçados, já que os mísseis que foram avistados só podem ser visando os Estados Unidos. O presidente Kennedy quer reagir imediatamente. A França não pode se opor, já que é normal um país se defender, mesmo com medidas preventivas, uma vez que está ameaçada e tem meios para se defender. [...] O único fato positivo permanece o bloqueio. [...]

³⁴ Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/LGPP/101/LGPP-101-006> Acesso em 07/03/2021.

³⁵ Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/115416> Acesso em: 08/03/2021.

Quanto à França, se uma crise estourar em Berlim, ela agirá em conjunto com seus parceiros, especialmente se existe uma guerra. O General de Gaulle não acredita que haverá uma guerra, mas pode ser difícil momentos de ameaças e contra-ameaças, o que é uma pena, porque vai aumentar a tensão. Ele aprecia a mensagem de M. Kennedy, embora seja uma notificação e não uma consulta uma vez que a decisão já foi tomada.³⁶

O sentimento do presidente francês era de que não haveria uma guerra, mas o aumento das ameaças iria alavancar ainda mais a tensão entre os países. E que nada poderia ser feito, uma vez que a estratégia americana estava definida e o compromisso dos Aliados era seguir com o acordo de cooperação de segurança. A França, mesmo seguindo sua Política Externa voltada para outros assuntos, não discordou da posição americana contra Cuba e do seu apoio caso fosse necessário.

Outro ponto para ressaltar no apoio francês é que não seguia como uma via de mão única e apenas uma aceitação do que foi proposto por Kennedy, Cuba teve um grande interesse, apoiado pela URSS, no conflito francês com a Argélia, ponto que havia sido informado em 18 de janeiro do mesmo ano da crise por Lakhdar Brahimi em missão à Cuba (BRAHIMI, 1962), portanto, De Gaulle tinha seus respectivos assuntos com Cuba dos quais poderia apresentar tensão em determinados momentos, isso sem mencionarmos a questão de Berlim diretamente com a União Soviética.

Conforme mencionado anteriormente, a postura da França em relação à sua Política Externa buscava um posicionamento de grandiosidade perante o cenário internacional como fora durante grande parte de sua história, porém, as descolonizações ocorridas no pós Segunda Guerra apresentavam certo grau de instabilidade que deveria ser corrigido.

No documento escrito por Brahimi ele menciona as seguintes palavras de Fidel Castro no caso da Argélia: “É nesta fase da luta que a Argélia mais precisa do apoio da comunidade internacional” (BRAHIMI, 1962)³⁷ e “No que diz respeito às negociações entre esta última e a

³⁶ Texto Original: “General de Gaulle carefully read President Kennedy’s letter and what he was showed of his speech; he listened to what M. Acheson said with the same attention. It seems that for the first time, the United States are directly threatened, since the missiles that were spotted can only be targeting the United States. President Kennedy wants to react immediately. France cannot object, since it is normal for a country to defend itself, even with preventive measures, once it is threatened and it has the means to defend itself. [...] The only positive fact remains the blockade. [...] As for France, if a crisis breaks out in Berlin, it will act in concert with its partners, especially if there is a war. General de Gaulle does not think there will be a war, but there could be difficult moments with threats and counter-threats, which is a pity, because this will increase tension. He appreciates M. Kennedy’s message, even though it is a notification and not a consultation, since the decision has already been taken.” pp. 3 -4.

Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/115416>. Acesso em: 08/03/2021.

³⁷ Texto original: “It is in this phase of the struggle that Algeria needs the most support from the international community.”

França, o que é mais importante tirar da França é o poder. Você não pode deixar as alavancas do controle político nas mãos dos franceses” (BRAHIMI, 1962).

O resultado na Argélia em julho foi uma vitória militar francesa, porém uma vitória política argelina. Em termos de preocupação americana para a disseminação das ideologias, Cuba se mostrou ofensiva buscando o território argelino para expansão ideológica. O caso da Argélia, conforme mencionamos anteriormente, não tomou partido pela URSS, pois o país não queria se manter atrelado a um novo tipo de “colonialismo”.

O emaranhado de informações e a rede na qual o Sistema Internacional estava sendo tecido permitia que diversos Estados estivessem interligados por diferentes situações. Alguns assuntos contidos pelas vias diplomáticas não deveriam tomar tanto espaço dentro dos assuntos internacionais quanto às tensões de levantes e possibilidades de guerras. Porém, com os ânimos aflorados e a instabilidade permeando ficaria difícil lidar com o isolamento de algumas questões.

Podemos considerar que para Brasil e França a crise dos mísseis em Cuba teve intensidade e papéis diferentes. No caso francês, o apoio aos EUA como de protocolo, enquanto no Brasil o posicionamento gerou preocupações em como o direcionamento do país poderia afetar os planos americanos para o continente.

Nos arquivos da inteligência nacional americana “A situação e perspectivas em Cuba”³⁸ o Brasil é citado algumas vezes no decorrer do documento. Na primeira citação o Brasil segue como não apoiar o isolamento de Cuba junto a outros Estados seguido pelo comentário de que Fidel Castro mantém um movimento bem organizado focado no auxílio de “reformas sociais radicais”³⁹ e se a Aliança para o Progresso não agir nesses países pode dar margem para que Castro apareça como uma única opção.

Mencionado como um dos seis países que ainda mantinha relações com Cuba, ficava claro que era unânime a condenação do comunismo como contrário ao sistema interamericano, e que Cuba iria ignorar essa questão embaraçosa para poder manter as relações com esses países para não se isolar totalmente⁴⁰.

³⁸ Texto original: “The Situation and Prospects in Cuba”.

Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/115/JFKPOF-115-004> acesso em: 10/03/2021.

³⁹ Texto original: “radical social reform”. p. 48.

Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/115/JFKPOF-115-004> Acesso em: 10/03/2021.

⁴⁰ Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/115/JFKPOF-115-004> Acesso em: 10/03/2021.

Mesmo após a crise dos mísseis a expansão da URSS na América Latina ainda era uma realidade e um temor para os EUA, conforme documento de junho de 1963 sobre Arquivos de Segurança Nacional, no qual um dos pontos mencionados é que eles tinham preocupação e esperança de que o Brasil continuasse a recusar o serviço programado entre Havana e Rio, pois caso aprovasse, o primeiro ponto seria de aumentar a capacidade de penetração de Castro nos países da América Latina dos quais o Brasil é o principal alvo (GORDON, 1963).

A revolução social ocorrida em Cuba seguiria sendo como uma ação de relativo sucesso e apenas a implantação da Aliança para o Progresso conteria essa euforia dos resultados positivos de uma revolução social, pois iria suprir as necessidades sociais. Considerando que com essa situação “permanece o perigo de que o exemplo cubano defina o padrão da revolução social iminente na América Latina”⁴¹. Os EUA utilizam de uma terminologia de urgência nessa implantação exatamente para seguir com o direcionamento do plano e conter o avanço, qualquer sinalização de sucesso com o apoio da União Soviética poderia gerar ânimos que não poderiam ser contidos de maneira pacífica.

A crise dos mísseis foi finalizada com as devidas concessões e negociações, no caso da URSS com a retirada dos mísseis, enquanto as concessões americanas eram de assumir o compromisso de não atacar Cuba e retirar mísseis da região da Turquia. Mesmo com o fim da tensão, o posicionamento americano em relação a América Latina seguiu na redenção dos espectros positivos de Cuba, conseqüentemente na contenção de influências financeiras vindas da União Soviética.

O Brasil havia cedido aos incentivos da Aliança para o Progresso em busca dos financiamentos e incentivos para desenvolvimentos internos, uma vez que as questões econômicas seguiam tão instáveis quanto as políticas. Reformas eram necessárias e a instrução de posicionamento da PEI indicaria posturas inversas ao direcionamento americano, como o caso da não intervenção em outras políticas internas ou mesmo na autonomia para implementação de ajuda internacional que estaria ligada à Aliança para o Progresso.

Com base em todo o contexto descrito acima temos, portanto, a crise dos mísseis de Cuba como o momento de grande tensão da Guerra Fria sendo resolvido sem embate bélico. O Brasil por sua vez se posicionou seguindo a postura da PEI de direcionamento ativo ao invés

⁴¹ Texto original: “remains a danger that the Cuban example will set the pattern of the impending social revolution in Latin America”. p. 67.

Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/115/JFKPOF-115-004> Acesso em: 10/03/2021.

da antiga política externa de receptividade, porém contrário ao desejo estadunidense de isolamento de Cuba.

A Guerra da Lagosta vista por esse ângulo nos permite compreender um pouco mais a tensão existente não apenas derivada entre as relações bilaterais de Brasil e França por conta do conflito, mas nos possibilita compreender que o Sistema Internacional estava interligado por uma infinidade de outros pontos, alinhamentos possíveis e constantes conflitos.

Podemos considerar que a imprensa intensificou o conflito para a Guerra da Lagosta e que pode ter funcionado devido aos ânimos mundiais estarem aflorados como um reflexo da crise dos mísseis de Cuba e das tensões geradas pela Guerra Fria. Porém, seria a Lagosta mais uma das maçãs da discórdia? Jogadas no mundo, nas relações entre os homens com o propósito de trazer ainda mais instabilidade?

Nas relações entre Brasil e EUA as lagostas passaram longe de ser uma maçã da discórdia, a relação do presidente estadunidense com Goulart não estava em seus melhores momentos após a crise dos mísseis. Kennedy percebeu que era necessário reorganizar as relações na América Latina e, para isso, o apoio do Brasil era essencial. Com cerca de 74 milhões de habitantes em 1962⁴² e com o maior território da América do Sul, o Brasil não poderia deixar de ser uma de suas principais preocupações.

Além de suas grandes riquezas naturais e as possibilidades de desenvolvimento e implantação de indústrias no seu território, o Brasil caso se aliasse com a União Soviética poderia incentivar outros Estados na América Latina. Para que isso não ocorresse, o governo estadunidense tinha um primeiro obstáculo que seria o presidente João Goulart.

A posição brasileira em 1962 foi o ponto que estremeceu a imagem do país para os americanos. Na pasta dos arquivos presidenciais com o nome de “6-2: Cuba: Cuban Crisis, 1962: Executive Committee, NSC (1 of 2 Folders)”⁴³, assim como o próprio nome se refere aos arquivos referentes a crise de Cuba, temos um documento de 11 de dezembro de 1962 que foi o memorando do Comitê Executivo de Segurança Nacional.

Nesse documento temos a descrição de uma política de curto prazo dos EUA para o Brasil com recomendações de como seguir e a descrição política e econômica do cenário brasileiro. Devemos ressaltar que, em curto prazo, essa política americana estaria diretamente atrelada ao período da Guerra da Lagosta que iria ocorrer depois de três meses da criação desse documento.

⁴² Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> Acesso em: 11/03/2021.

⁴³ Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/RFKAG/214/RFKAG-214-022> Acesso em: 11/03/2021.

Não iremos atuar na descrição desse documento com a ênfase ou riqueza de detalhes que ele nos oferece para não sair do nosso tema, porém como fonte de novas pesquisas segue com informações para novos debates e novos questionamentos. Para a continuação do nosso trabalho em busca da relação com a Guerra da Lagosta iremos utilizar apenas alguns pontos desse documento.

Contidas no documento temos as recomendações de como atuar de acordo com a situação no Brasil e quais os alinhamentos com o presidente Goulart. No documento são descritas seis recomendações que devem ser seguidas para justificar as três possibilidades de alternativas para que os EUA atuassem no alinhamento.

Seriam elas: a) Não fazer nada e permitir que a tendência atual continue; b) Colaborar com elementos brasileiros hostis a Goulart com vistas à sua derrubada; c) Buscar mudar a orientação política e econômica de Goulart e de seu governo⁴⁴. As alternativas sugeridas deveriam seguir com o critério exposto da política externa estadunidense de respeito à soberania e dos interesses domésticos do Brasil, porém essa primeira alternativa foi rapidamente descartada devido a ineficiência perante a situação.

De tal forma que, em um primeiro momento, as alternativas A e B são rejeitadas, portanto, o direcionamento é o realinhamento com a política de Goulart. Dentre as recomendações é visto com um futuro próximo, em janeiro de 1963, que Dantas irá buscar apoio nos EUA devido aos problemas críticos com o câmbio e demais questões financeiras; com a decisão do plebiscito e o retorno do regime presidencialista, Goulart vai fazer nomeações do governo; e que o prestígio e credibilidade dos EUA são altos, enquanto o da União Soviética é tido como baixo depois da crise dos mísseis, porém, isso poderia vir a mudar.

O direcionamento com o presidente Goulart segue com a habitual desconfiança em relação a sua figura, em um momento chega a mencionar que “será necessário evitar qualquer sugestão de que o Presidente Goulart é incompetente ou ineficaz”⁴⁵ e que uma conversão total não irá ocorrer e será necessário pressão em alguns tópicos específicos, dentre eles um

⁴⁴ Texto original: 1. The existing alternatives for the United States are:

a. To do nothing and allow the present drift to continue.
b. To collaborate with Brazilian elements hostile to Goulart with a view to bringing about his overthrow.
c. To seek to change the political and economic orientation of Goulart and his government.”
p. 87.

Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/RFKAG/214/RFKAG-214-022> Acesso em: 10/03/2021.

⁴⁵ Texto original: “It will be necessary to avoid any suggestion that President Goulart is incompetent or ineffective.” p. 89.

Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/RFKAG/214/RFKAG-214-022> Acesso em: 11/03/2021.

posicionamento público do presidente Goulart de questões essenciais na cooperação Brasil e EUA.

No documento está disponível também uma sugestão de discurso para ser feito para Goulart, porém não menciona quem seria o encarregado de fazê-lo, o que posteriormente é descoberto com a visita de Robert Kennedy, irmão de Kennedy e procurador-geral dos EUA, em dezembro de 1962. Nele, as menções sobre a visita do presidente brasileiro aos EUA e sobre a intenção de Kennedy de apoiar o Brasil no necessário para o desenvolvimento, além de enaltecer a relação entre os dois Estados e corrigir possíveis arestas deixadas pela não conformidade em relação a Cuba.

Pontos estratégicos são sinalizados de acordo com o grau de importância dado pelos EUA, são eles: deterioração da economia nacional, financeira e a alta inflação mensal causando tensões econômicas e sociais; deterioração da economia externa, baixa na reserva de moedas estrangeiras, déficit de pagamentos com previsão de recordes em 1963; a Aliança para o Progresso não teve a adesão esperada de acordo com o espírito de cooperação; hostilidade com investidores americanos; percepção de influência e infiltração de comunistas ou simpatizantes ao comunismo em cargos de liderança sindical e de estudantes, também no governo e cargos militares; as atitudes brasileiras perante a Organização dos Estados da América ficaram aquém do esperado para o líder da América Latina, mencionando novamente Cuba; busca brasileira por novos mercados consumidores com tendências nas relações econômicas provindas dos blocos soviéticos, concedendo acordos bilaterais com esses países; Política Externa Independente brasileira possui sinais perturbadores de neutralismo sistemático, portanto indo contra as noções de mundo livre que deveria ser a base da orientação internacional.

A postura estadunidense em relação ao Brasil pede uma mudança drástica, para isso eles sinalizam em primeiro lugar as debilidades do governo em relação às crises para sinalizar o posicionamento que os desagradava da PEI. Em todas as sugestões de negociações temos uma citação nos documentos referenciando a intenção de proximidade com o presidente Kennedy, em vários momentos são sugeridos uma aproximação e o desejo de manter próximas e alinhadas às decisões.

A conduta brasileira seguindo na linha de execução da PEI não atendia ao que era desejável pelo governo dos EUA. A soberania na política externa era vista como um ponto de independência, portanto, sem amarras nas possibilidades de alinhamento, visto isso em um momento de contenção de alianças soviéticas pelos estadunidenses, não poderia ser bem quisto.

Goulart buscava melhorar a relação com os Estados Unidos, mas acabou descobrindo que o país incentivava a campanha de desestabilização do seu governo. Mesmo assim, manteve grande confiança em que o plebiscito daria vitória esmagadora ao “não” ao regime parlamentarista — afinal os grandes líderes políticos, inclusive da oposição, queriam o retorno do presidencialismo, com vistas às eleições de 1965 — e, para tanto, precisaria contar com apoio de Kennedy, ou ao menos com o fim da atuação deste para desgastar seu governo, a fim de desempenhar suas políticas com mais tranquilidade. A posição de seu governo, [...] durante a Crise dos Mísseis foi de enfrentamento às pressões dos Estados Unidos [...] em nenhuma dessas situações seu governo acatou a vontade da Casa Branca, a despeito das fortes pressões. A posição da PEI, mesmo com sua moderação na crise de outubro, constituiu o ápice do desgaste entre os dois governos. Com a ruptura da dualidade existente no governo estadunidense entre negociação/desestabilização e Aliança para o Progresso/Doutrina da Contra insurgência — passando a ter largo predomínio na política de Kennedy o segundo elemento de cada relação em detrimento do primeiro —, as condições para o enfraquecimento do governo Goulart estavam iniciadas. Como resposta, o presidente brasileiro esvaziaria a política externa a partir da resolução da Crise dos Mísseis, esperando, assim, granjear maior apoio interno dos setores mais ao centro da vida política. (DOMINGOS, 2018, pp. 544-545)

A relação de cooperação entre ambos os Estados vinha se desgastando com o tempo, mesmo com os alinhamentos podemos considerar que Goulart relutava em conceder certos posicionamentos para garantir uma relação pacífica. Em entrevista de História Oral pós assassinato do presidente Kennedy (CAMPOS, 1964), o embaixador brasileiro em Washington no período, Roberto de Oliveira Campos, menciona a ida de Dantas para solicitar apoio ao Plano Trienal lançado no final de dezembro de 1962. No plano, Dantas deveria captar investimentos ao país para o desenvolvimento nacional, a ida para os EUA em março de 1963 é mencionada como não favorável ao governo brasileiro.

A viagem de Dantas (11 de março de 1963 com pretensão de ficar por uma semana), posterior apenas em alguns dias ao pico de tensão da Guerra da Lagosta, inclui no cenário grande insatisfação interna, não conseguindo convencer os EUA para conseguir o valor total de auxílio e ainda contou com avaliação de desempenho para a liberação dos valores, uma vez que a credibilidade brasileira gerava grande inconformismo devido às influências comunistas no governo e as reclamações por parte dos investidores estadunidenses no país (MAY, 1963, p. 20).

Apesar do reconhecido empenho feito pela administração Goulart na aplicação do Plano Trienal, o governo Kennedy não mudou seu posicionamento sobre a ajuda econômica que seria oferecida ao Brasil. Dantas tentou explicar a Bell que o condicionamento da liberação de recursos ao desempenho do governo brasileiro em metas de política econômica manteria

o clima de “intranqüilidade” no país. [...] Bell, por outro lado, insistiu na importância de fixar empréstimos com performance. Muitos dos critérios de desempenho recomendados pelas autoridades norte-americanas, porém, foram considerados inaceitáveis pelo Ministro da Fazenda, [...], Todavia, Dantas teve que ceder em outros pontos. [...]. É de se destacar a ausência de temas como crescimento econômico ou reformas sociais na análise do desempenho brasileiro, apesar de, teoricamente, o governo Kennedy defender estes princípios em sua política de ajuda à América Latina. (LOUREIRO, 2011, pp. 16-17)

Essa colocação, posterior à Guerra da Lagosta, nos indica que o fato do Brasil não ter cedido ao TIAR durante a tensão com a França conforme mencionamos anteriormente contra um Aliado dos EUA, não surgiu nenhum grande efeito dada a gravidade das demais situações. Algumas questões podem ser levantadas, como o fato de não ter refletido nas negociações devido a postura da França de retirar seus navios e lagosteiros, ou mesmo pelo conhecimento geral que não seria interessante uma guerra para o Brasil naquele específico momento.

Uma das possibilidades que podemos considerar é de que o Brasil em crise financeira e com uma previsível instabilidade social seguia com os rumos de Goulart, tanto na política interna quanto na PEI, o plano Trienal era considerado como infundado e, portanto, não tinha a credibilidade necessária para obter empréstimos ou mesmo apoio internacional, de maneira que o episódio da Guerra da Lagosta, perto de todo o contexto, não havia gerado tamanho desconforto ou mesmo comoção aos EUA.

Incidente diplomático de enorme gravidade no contexto das relações bilaterais entre a França e o Brasil, a Guerra da Lagosta assume uma importância crucial para o entendimento das concepções de gerenciamento de crises e de resolução de conflitos que tem a diplomacia brasileira contemporânea. Entretanto, o episódio passou para os anais da política exterior do Brasil como um incidente menor, no qual os aspectos anedóticos prevaleceram e foram sistematicamente lembrados para sintetizar as relações bilaterais franco-brasileiras. Com efeito, não há que se negar a existência de uma certa bizarria a caracterizar o episódio, e ela se confirma quando o incidente é examinado no contexto dos embates políticos característicos do ambiente doméstico da época. (LESSA, 2000, p. 171).

Podemos considerar, portanto, que a proporção do conflito no contexto mundial não foi suficiente para afetar as relações de Brasil e EUA aos níveis de negociação, impactando apenas nas relações bilaterais entre Brasil e França, a participação estadunidense ficou a cargo do embaixador Gordon no conflito.

Se de um lado as relações do presidente do Brasil com a União Soviética geravam desconforto, ao lado da França a relação com De Gaulle não seria de total harmonia. A

exposição do presidente De Gaulle em relação à crise dos mísseis não refletiria nas demais relações entre ambos. Considerando que a PEI brasileira foi inspirada na política externa gaulesa não era de se esperar o contrário.

[...] Embora o apoio de Washington ao projecto europeu fosse uma constante, independentemente das administrações no poder, Kennedy desejava estabelecer uma nova parceria entre os dois continentes, não só para enfrentar os perigos da Guerra Fria, mas também abraçar os desafios de amanhã. O seu discurso proferido a 4 de Julho de 1962 sinalizava a simpatia e o interesse com que Washington acompanhava o projecto europeu e o desafio que lançava aos seus aliados, para que edificassem uma nova comunidade política, de modo a renovar uma parceria transatlântica que não se limitasse unicamente a conter o perigo comunista. Esta posição americana encontrou no presidente francês, De Gaulle, o seu maior adversário, pois para o presidente francês os Estados eram e deveriam a continuar a ser os únicos actores relevantes das relações internacionais. A edificação de uma ordem internacional em que as organizações internacionais tivessem um papel relevante deparava-se com a hostilidade da diplomacia gaulesa. Neste combate entre duas visões sobre o futuro da Europa, o Presidente francês, com o seu veto, em Janeiro de 1963, à adesão inglesa, levou a melhor sobre o projecto arrojado do Presidente americano (a decisão francesa de vetar a adesão do Reino Unido surpreendeu os Estados Unidos e o Reino Unido, admirados com a ousadia do gesto do presidente francês). (ROCHA, 2014, pp. 340 – 341)

A postura do general francês seguiu conforme as diretrizes que ambicionava, para ver a França grande novamente seriam necessárias decisões políticas protecionistas além de defender a figura do Estado no Sistema Internacional sem depender das organizações internacionais. As organizações poderiam reproduzir o discurso de interesse dos seus principais participantes, desconsiderando as possibilidades dos demais, portanto não seguiria com a intenção de De Gaulle.

Dentre esse mix de acontecimentos, as relações entre Brasil e França no posicionamento das Políticas Externas se alinhavam em objetivo teórico, não em conformidade prática. De acordo com Lessa, “a deterioração das relações econômicas franco-brasileiras é um reflexo do mesmo processo verificado nas relações políticas” (LESSA, 2000, p. 164) para o período.

A criação do Mercado Comum Europeu e as exportações brasileiras de café eram temas de impasse nas relações econômicas, pois com a criação do mercado as exportações de café para a Europa tenderiam a diminuir com um favorecimento das produções. Nesse mesmo período culminou a Guerra da Lagosta, que acabou por bloquear as relações franco-brasileiras africanas (LESSA, 2000).

Comprovando a fala de Lessa acima, as documentações demonstram que realmente o conflito gerou um grande desgaste nas relações e nas intenções do presidente Goulart em

relação à França. São essas as intenções que o governo estadunidense buscava compreender, pois as relações com a União Soviética poderiam não ser a única tendência do governo brasileiro. Percebemos que a desconfiança do governo dos EUA por Goulart era motivo de observação contínua de cada passo que seu governo tenderia.

3.3 Guerra da Lagosta e a documentação dos EUA

Para frequente observação das movimentações governamentais no Brasil as correspondências para os EUA eram constantes e partiam de todas as representações diplomáticas dos EUA no Brasil enviadas via telegramas ou aerogramas e continham informações de caráter político, econômico e até mesmo psicológico. De acordo com esses documentos disponíveis na Brown University Library⁴⁶ e no John F. Kennedy Presidential Library and Museum⁴⁷ podemos mapear a descrição da Guerra da Lagosta enviada para o governo americano e as maiores preocupações e suposições acerca do tema.

Em um dos primeiros aerogramas enviados, datado em 14 de fevereiro de 1963, pelo Consulado do Recife (DELGADO-ARIAS, 1963) temos a menção pela Guerra da Lagosta e que ela faria o Brasil se levantar perante as "aventuras imperialistas francesas em águas brasileiras" (DELGADO-ARIAS, 1963, p. 4)⁴⁸. Esse aerograma ainda menciona o constrangimento do Embaixador francês em Recife que supostamente havia pedido aos capitães para sair das águas brasileiras.

Além das representações diplomáticas dos EUA no Brasil, as representações na França também enviavam informações sobre a questão mencionando que a imprensa francesa, Jornal Le Monde, estava noticiando o evento na seção de assuntos estrangeiros no dia 22 de fevereiro de 1963 (BOEHLEN, 1963) demonstrando assim preocupação francesa com o evento. No mesmo dia, um telegrama do Rio de Janeiro assinado por Gordon (o Embaixador quando não enviava a informação diretamente ao governo, era quem autorizava o envio) informava que o assunto havia sido mencionado no almoço mensal dos secretários diplomáticos pela Embaixada da França (GORDON, 1963).

Disseram que ficaram surpresos com a postura do governo brasileiro que consideraram como reação violenta e que mesmo após diversas apreensões de navios franceses, quando a

⁴⁶ <https://repository.library.brown.edu>

⁴⁷ <https://www.jfklibrary.org/>

⁴⁸ Texto original: "French imperialistic adventures in Brazilian waters".

Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:331448/> Acesso em 11/03/2021. p.04

paciência acabou e o navio de guerra francês foi enviado o Brasil entendeu como um ato de guerra. É mencionado, inclusive, novamente a visita de Bocayuva e a possibilidade de um eixo Brasília-Paris que realmente intrigava aos estadunidenses.

No dia 28 de fevereiro, novamente partindo do Rio de Janeiro, as informações que seguem são de que o Brasil irá parar por conta do carnaval, a habitual pausa no país devido a festividade só prevê retorno na quarta-feira por meio período, jornais não serão impressos na segunda e terça e os órgãos governamentais tendem a ter um menor movimento durante toda a semana. O segundo assunto a ser tratado é a Guerra da Lagosta, que ganha como nome “The Little Lobster War” pela embaixada.

Novamente, os motivos que levaram a guerra e a situação estão descritas. A nova informação é referente a troca de navios franceses, Tartu se movimenta para a chegada de Paul Goffeny, e a imprensa entende como um gesto conciliador entre os Estados. O evento é narrado como uma situação constrangedora de acordo com os jornais, pois ambos os Estados não conseguiram se encontrar uma solução para a lagosta. Além disso, essa contradição era ruim para ambos os lados, do lado brasileiro por dificultar a entrada no Mercado Comum Europeu e para a França, que precisaria do Brasil para manter sua política na América Latina.

No dia 01 de março, o telegrama da Consulado de Salvador (MATTHEWS, 1963) menciona como um caráter psicológico os efeitos da Guerra da Lagosta. O alarmismo causado pela imprensa fez com que a população local ficasse um pouco preocupada em relação a possibilidade de uma guerra e para reafirmar seis aviões estavam sobrevoando a região e chegariam mais dois para complementar a frota. Com a mesma data, telegrama saindo de Recife (DELGADO-ARIAS, 1963) menciona o aumento dos ânimos em relação ao conflito uma vez que acabara em 20 de fevereiro a concessão de pesca do presidente Goulart. Outro ponto era que os pescadores brasileiros estavam se armando, a maneira que lhes fosse possível, para enfrentar os franceses.

Fato que em 24 de fevereiro os navios franceses haviam deixado as áreas brasileiras, o Consul francês Marce Morim classificou a possibilidade de uma troca de tiros entre os dois Estados como uma “piada” (DELGADO-ARIAS, 1963)⁴⁹. Aliás, o censo de humor brasileiro foi mencionado juntamente com o espírito de carnaval, uma vez citado o oficial comandante do Terceiro Distrito Naval Almirante Toscano que disse que o conflito seria resolvido de maneira pacífica e baixa possibilidade de tiroteio. No jornal em que a notícia foi lida pelo representante

⁴⁹ Texto original: “Morin himself passed the affair off as of little consequence and described the possibility of shooting between the two navies as a “joke”.” p 2.
Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:331384/> Acesso em: 11/03/2021.

estadunidense teria ainda uma imagem de Toscano e fantasia de carnaval com a legenda: “Toscano esquece lagostas para o rei do Carnaval – Momo derrota de Gaulle” (DELGADO-ARIAS, 1963).

A imprensa era fonte constante de informações para o envio dos telegramas, alguns deles mencionam títulos e notícias nos principais meios de comunicação. Enquanto no dia 04 de março de 1963, um dos telegramas menciona uma informação sobre a mídia comunista dizendo que eles estavam insinuando que havia interesse americano e que estaria encorajando a disputa.

Oficial da Sudene informou ontem ao oficial do CONGEN que o Cônsul da França havia recebido inquérito da Embaixada da França no Rio a respeito de empresários americanos que teriam feito declarações prejudiciais a um acordo pacífico. O cônsul francês disse não ter conhecimento da presença de tais empresários e um oficial da Sudene disse ter informado que também ignorava uma fonte relatando declarações de empresários americanos em Fort Aleza, ressaltando que nenhum noticiou a imprensa local que publicou com entusiasmo cada palavra disponível sobre disputa de lagosta. Pensei que, se tais declarações feitas, certamente seriam captadas pela imprensa local. Um oficial do Consulado Geral disse ao oficial da Sudene que o CONGEN não recebeu nenhum relatório sobre a presença de exportadores americanos de lagosta, nem declarações supostamente feitas por eles.⁵⁰

Das documentações relacionadas com a Guerra da Lagosta, esse é o primeiro que menciona participação estadunidense no conflito. Porém, como podemos perceber, não temos fontes confiáveis para que pudesse ser comprovada a influência. Em telegrama do dia 05 de março de 1963 é enviado do Rio de Janeiro um telegrama mencionando que foi cobrada uma posição estadunidense sobre o assunto, a resposta seria dada após consulta com os EUA e a informação seria dada de maneira verbal e informal para não ser considerado como um posicionamento político e definitivo do Estado.

Até mesmo telegramas das forças armadas estadunidenses que estavam no Brasil foram enviados sinalizando as movimentações das forças armadas brasileiras, porém todas as expectativas eram de que a situação seria resolvida por meios diplomáticos.

⁵⁰ Texto original: “Sudene officer informed CONGEN officer yesterday that French Consul had received inquiry from French Embassy in Rio concerning American businessmen who allegedly making statements prejudicial peaceful settlement. French Consul said he unaware presence any such businessmen and Sudene officer said he informed him he also ignorant source reported statements American businessmen in Fort Aleza, pointing out that none reported local press which excitedly printing every word available lobster dispute. Thought if such statements made- would certainly been picked up by local press. Consulate General officer told Sudene officer CONGEN had received no reports concerning presence American lobster exporters nor statements allegedly made by them.” Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:355367/> acesso em: 11/03/2021.

Segunda parte: Comentário: Situação absurda, mas existe quantidade substancial das forças aéreas e navais brasileiras. Militares brasileiros extraindo cada onça de glória da "guerra da lagosta". Intenções francesas desconhecidas. Acreditam que as forças brasileiras se manobraram em posições em que seriam obrigadas usar força se franceses tentarem renovar atividades de pesca antes de atingir o acordo através de canais diplomáticos; expectativa geral a situação do Brasil será resolvida através de discussões diplomáticas.⁵¹

Mesmo com o final da tensão e com a saída dos navios franceses de águas brasileiras as informações sobre a Guerra da Lagosta seguem sendo enviadas pelas representações diplomáticas. Como podemos perceber no telegrama enviado com conversa com Pierre Fouchet, secretário encarregado pela embaixada da França em Brasília. Ele deixa a impressão ao governo dos EUA que a figura presidencial era mais autoritária do que o Ministério das Relações Exteriores, portanto suas decisões sobreporiam qualquer ministério (KEPPEL, 1963).

O Aerograma enviado no dia 29/03/1963 pelo Conselheiro de Assuntos Políticos John Keppel situado no Rio de Janeiro tem como título “Relações Brasil-França: a França oferece ao Brasil mais do que os Estados Unidos ou a União Soviética?” (KEPPEL, 1963)⁵².

O conteúdo do Aerograma fala sobre a disputa franco-brasileira da pesca da lagosta no Nordeste brasileiro e como a mídia estava utilizando dessa informação para aumentar a reflexão sobre as possíveis vantagens que um relacionamento mais próximo com a França poderia oferecer ao Brasil. Em novembro de 1962 a imprensa informou sobre o gabinete brasileiro ter enviado para Paris uma missão especial “altamente secreta” para resolver reivindicações financeiras. As pendências liquidadas iriam permitir ao Brasil solicitar assistência financeira para a França, porém a imprensa e porta-vozes pró-regime começaram a sugerir que o governo do Brasil tinha em mente algo além do empréstimo.

O conselheiro cita um exemplo do Jornal do Brasil, no qual a edição internacional sobre assuntos externos refletia normalmente as opiniões do Ministério das Relações Exteriores, no dia 28 de janeiro, em que o General De Gaulle não hesitaria em dar ao presidente Kennedy e

⁵¹ Texto original: “Part two: Comment: Situation ludicrous but there has been substantial massing of Brazilian air and naval forces. Brazilian military extracting every ounce of glory from "lobster war". French intentions unknown. Believe Brazilian forces have maneuvered themselves into position in which they would be obliged use force if French attempted renew fishing activities prior reaching agreement through diplomatic channels; general expectation Brazil is situation will be resolved through diplomatic discussions.”
Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:355360/> acesso em: 11/03/2021.

⁵² Texto original: “Brazilian-French Relations: Does France Offer Brazil More Than the United States or the Soviet Union?” p. 70-72
Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKNSF/072/JFKNSF-072-007> Acesso em: 12/12/2019.

ao Primeiro Ministro MacMillan um grande “não”. Isso, de acordo com o Jornal, é uma política externa verdadeiramente independente.

O jornal continua dizendo que talvez o Brasil, em seu zelo de seguir sua própria política externa “independente”, acabou por negligenciar o país com o qual realmente tinha mais em comum. E existem sinais evidentes do interesse especial do General De Gaulle no Brasil, era hora de um encontro entre De Gaulle e Goulart sendo em Brasília ou Paris. A França estaria pronta para empreender uma colaboração com as forças brasileiras trabalhando para a economia, uma evolução social e cultural. Em suma, havia chegado a hora de formar o “eixo Brasília-Paris”.

A ideia foi elaborada mais especificamente pelo deputado federal do Rio de Janeiro pelo PTB Bocayuva Cunha, que havia sido recém-eleito líder do seu partido na Câmara dos Deputados. Em entrevista ao Diário do Rio, em 12 de fevereiro, ele disse que a “terceira força” de De Gaulle oferece ao Brasil uma oportunidade de escapar de ter que escolher entre os Estados Unidos e a União Soviética:

Até agora os países subdesenvolvidos encontravam-se diante do dilema da subserviência ao mundo capitalista ou do engate (atrelamento) aos interesses do mundo socialista. Recentemente, a crise canadense é um exemplo típico do primeiro caso, e a crise cubana, que quase desencadeou a catástrofe da guerra mundial, é um exemplo do segundo caso... Essa é a oportunidade que De Gaulle nos oferece com sua atitude firme e intransigente, não apenas contra as denúncias imperialistas dos EUA, mas também contra a sovietação da Europa... Chegou a hora de estender a mão para os franceses. (CUNHA, 1963)⁵³

Em 20 de fevereiro, Bocayuva Cunha partiu para Paris e Bonn e outros pontos ao leste incluindo Berlim Oriental e Leipzig. No aeroporto do Rio, ele desviou perguntas dos jornalistas questionando se ele estava indo em uma missão especial do governo do Brasil e se ele carregava um relatório secreto preparado pelo Ministério das Relações Exteriores, em colaboração com o Ministério das Finanças e agências governamentais, como CACEX e SUMOC, projetados para atrair investimentos europeus de capital. O episódio da Guerra da Lagosta entrou em erupção logo após sua partida e não foi ouvido mais nada sobre Bocayuva Cunha até 12 de março,

⁵³ Texto original: “Until now the underdeveloped countries found themselves faced with the dilemma of subservience to the capitalist world or hitching on (“atrelamento”) to the interests of the socialist world. Very recently, the Canadian crisis is a typical example of the first case, and the Cuban crisis, which almost unleashed the catastrophe of world war, is an example of the second case... This is the opportunity which de Gaulle offers us with imperialist designs of the U.S.A. but also against the sovietization of Europe... The time has come to extend our hand to the French.” P. 71

Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKNSF/072/JFKNSF-072-007> Acesso em: 12/12/2019.

quando a Tribuna da Imprensa colocou uma nota do Presidente Goulart, na qual o presidente, acreditando que a Guerra da Lagosta havia acabado, havia instruído seu emissário para renovar as conversas em Paris com o objetivo de estreitar a relação entre o Brasil e a França.

Bocayuva Cunha retornou ao Brasil no dia 13 de março. A imprensa carioca no dia seguinte manifestou interpretações divergentes para as observações que ele fez quando chegou ao aeroporto. De acordo com o Jornal do Brasil, ele admitiu que a Guerra da Lagosta havia prejudicado seriamente sua missão; de acordo com o jornal Última Hora, ele disse “A França mostrou-se interessada em aumentar o comércio com o Brasil, mesmo levando em consideração o lamentável episódio da lagosta”. As imprensas conservadoras e anti-regime caracterizaram a viagem de Cunha como “um fracasso completo”.

A Francofilia com certeza não é algo novo na sociedade brasileira. A decisão da França de mandar um navio de guerra para reivindicar os direitos de pesca dos franceses na plataforma continental brasileira foi, sem dúvida, algo chocante e desapontador que gerou uma reação violenta.

O propósito do relatório seria de chamar a atenção para o fato de que existia uma corrente de pensamento no regime Goulart que acreditava que seria muito bom se o Brasil pudesse estabelecer aliança ou alianças para substituir suas relações com os Estados Unidos.

Verificamos que grande parte dos estudos trata do conflito até a saída dos navios franceses, porém de acordo com as trocas de documentações entre as representações diplomáticas americanas e o governo dos EUA o assunto segue sendo tratado como Guerra da Lagosta até 1965. Em novembro de 1963, Gordon traz novamente à tona as relações bilaterais entre Brasil e França em telegrama datado de 13 de novembro considerando como uma nova fase do atrito diplomático (GORDON, 1963).

Em agosto daquele ano foi enviado um pedido de acordo entre Brasil e França, porém não houve retorno francês sobre o assunto (LESSA, 2000) visto, conforme mencionado no documento da embaixada americana, como um ato arrogante do presidente De Gaulle. De acordo com Gordon, diferente da França os brasileiros tiveram um erro diplomático ao solicitar o acordo para o novo embaixador durante a ausência do embaixador francês no Brasil.

É no telegrama do dia 20 de novembro que a ruptura das relações foi confirmada para o governo dos EUA, que foi a pressa brasileira a culpada na retirada do pedido de *agreement* e no bloqueio das relações. Em parte, pela maneira que saíram ambos os Estados da Guerra da Lagosta e em parte pela sensibilidade brasileira excessiva de vários aspectos entre os dois países (BOHLEN, 1963).

O assunto é mencionado novamente em 1964, em 06 de fevereiro pelo Consulado do Recife, primeiro falando sobre a visita de deputados franceses na região que tiveram conversas com o governador e demais políticos para conhecimento das situações do Nordeste brasileiro. A imprensa interpretou o fato como um possível tratado de paz para a Guerra da Lagosta, porém foi desencorajada pelos deputados que diziam que a visita era para maior compreensão dos problemas sociais do Brasil (ROWELL, 1964).

Após a visita da delegação francesa vem o título de Rally da Guerra da Lagosta, para comunicar aos franceses que a Guerra da Lagosta ainda não tinha acabado, foi uma união de trabalhadores sendo a maior parte da esquerda radical, para protestar contra uma possível aliança entre Brasil e França na pesca do crustáceo, e que essa manifestação teve algumas centenas de pessoas e o envio de um telegrama para o presidente Goulart comunicando uma possível greve.

Após o levantamento de toda a documentação, chega para os estadunidenses o fim da Guerra da Lagosta. Datado de 05 de novembro de 1965, o aerograma enviado pela Embaixada do Rio de Janeiro com o assunto: "Guerra da lagosta" franco-brasileira de 1963, supostamente chega a um Fim Pacífico” (BIGGANE, 1965)⁵⁴.

De acordo com o documento o fim da Guerra da Lagosta vem de um acordo entre Brasil e França na criação de uma empresa de 60% de capital brasileiro e 40% francês, a IRPEX (Indústrias Reunidas de Pesca e Exportação Ltda) era uma subsidiária da IPEMA (Indústria Pesqueira do Maranhão S.A) e o Brasil ganharia em dólar enquanto a França receberia lagostas vivas para atender seu mercado.

Considerando o preço do mercado da época para a lagosta de U\$ 2.777 por tonelada a perspectiva é de que tenha bons lucros e embora teve certa dificuldade na obtenção de autorizações o presidente do IPEMA acredita que esse processo possa incentivar parceria inclusive com empresas americanas em acordo com empresas brasileiras.

Como consequência da pesca extrativista desde a década de 1950, seriam necessários equipamentos para pesca mais profunda uma vez que as lagostas haviam se afastado das costas dos estados do Nordeste e acabaram indo para regiões mais profundas. A captura passou a cair depois de 1962 quando teve o auge de sua exportação de 2.700 toneladas próximo ao valor de U\$4 milhões, os anos seguintes foram de queda e a expectativa de 1965 era de 1.300 toneladas. A única região que permanecia a pesca próxima a costa era no Rio Grande do Norte, porém a

⁵⁴ Texto original: "French-Brazilian "Lobster War" of 1963 Reportedly Comes to a Peaceful End".

produtividade baixa por ser feita com barcos pequenos e sem apoio para financiamentos, pesca ribeirinha.

A SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) tem um empréstimo de 16 milhões de marcos recebidos da Alemanha Ocidental que estava incentivando a indústria da pesca no Nordeste brasileiro, portanto estaria estudando como aplicar esse investimento.

De acordo com a imprensa, indústrias paulistas manifestaram interesse para a constituição de mais uma empresa pesqueira planejando ter 50 pequenos barcos e atuar na região de Natal, além de instalação para congelamento de caudas de lagostas e transformação do resíduo em farinha.

Podemos considerar que para o governo dos EUA o fim da Guerra da Lagosta se deu por conta da implantação de uma indústria com capital entre os dois Estados e que pudesse atuar na região do Nordeste brasileiro. Portanto, o conflito que quase se deu por fins bélicos, mesmo com todos os envolvidos não acreditando que esse conflito chegaria a esse fim, foi resolvido pelo viés econômico e atendendo um grupo de empresários. A população ribeirinha brasileira como podemos observar até 1965 não havia tido incentivo para a pesca, uma vez que os crustáceos estavam se afastando das costas e a pesca acabava sendo mais trabalhosa.

Em 1963 em discurso na Câmara Americana do Comércio em São Paulo, o Embaixador Gordon menciona sobre visita ao Nordeste onde assinou um acordo com a SUDENE para incentivo da educação na região atrelado ao plano da Aliança para o Progresso. No seu discurso ele menciona a região do Nordeste “quer e precisa indústrias para empregar as crescentes populações urbanas, e está procurando meios de atraí-las” (GORDON, 1963), era notório o interesse estadunidense nos investimentos na região Nordeste e de sua potencialidade lucrativa.

Gordon se tornou uma parte da história brasileira (ABREU, 2010) e como abordamos o mesmo período em que foi Embaixador dos EUA no Brasil mesmo não sendo esperado sua participação em temas governamentais brasileiros, ele estava presente, inclusive no caso da Guerra da Lagosta. Presente na visita de Robert Kennedy, em entrevista para o governo dos EUA em 30 de maio de 1964, Gordon menciona que a visita era para ajustar as opiniões e que havia uma bifurcação nas decisões e o regime presidencial iria favorecer uma colaboração ativa com os EUA, mas desde que posições-chaves não estivessem preenchidas com comunistas (GORDON, 1964). Goulart ainda questionou se havia nomes, porém, não mencionaram.

O Embaixador dos EUA tinha grande contato com Goulart, menciona inclusive que nas reuniões, como na descrita acima, só estavam os quatro na sala devido a inclusão de um intérprete, portanto suas reuniões eram com poucas pessoas. Nessa entrevista ele cita a Guerra

da Lagosta, pois estava com Goulart e o Roberto Campos em Brasília e nessa fala já demonstra ter nomes que incomodariam a relação entre os dois Estados.

Continuamos preocupados, entretanto, com alguns elementos políticos da situação. Eu tive uma longa conversa com Goulart em Brasília pouco antes de partir, neste caso com Roberto Campos presentes. Campos estava de volta ao Brasil no início de março, alguns dias antes de eu ir para Washington. Foi a noite em que estourou a guerra da lagosta entre Brasil e França. Nós jantamos com Goulart em Brasília e tivemos uma longa conversa antes e depois, assim como durante o jantar. Só nós três. Revisamos alguns dos desenvolvimentos políticos desde a visita de Robert Kennedy e levantei algumas questões sobre as atitudes de alguns dos elementos na nova administração. O Ministro do Trabalho, Almino Afonso, e o General de Exército Osvino Alves, Comandante do Primeiro Exército, foram os dois mais marcantes, mas também houve questionamentos sobre o Chefe da Casa Civil, Evandro Lins, hoje titular do STJ, e diversos técnicos da Presidência, incluindo alguns do grupo que trabalhou em estreita colaboração com Brizola e já tinha estado no Banco Nacional de Desenvolvimento.⁵⁵

Mesmo após sair do país, Gordon manteve laços com as questões políticas e até escreveu livros sobre o Brasil, porém foi em 19 de dezembro do ano de 2002, em entrevista ao programa Roda Viva, que ele falou sobre a interferência nas resoluções da Guerra da Lagosta.

Não localizamos dentre as documentações oficiais o envolvimento direto na resolução, não através da troca de telegramas ou em arquivos históricos. Na fala de Gordon sobre o balanço de pagamentos que havia ficado apertado, ele achou que não poderia negligenciar os pagamentos e que uma recuperação para o Brasil levaria anos, porém ao ser questionado sobre a dívida ser de um valor muito pequeno, ele respondeu:

Lincoln Gordon: Podia ser pequena em relação ao que é hoje, mas o Brasil tinha poucas chances de saldá-la. O dólar valia muito mais. Posso dizer que foi um grande problema para Carvalho Pinto essa dívida. Recolhi documentos sobre rolagem de dívidas, e naquela época não havia tantos quanto hoje, mostrei-os ao Carvalho Pinto, falei com ele a respeito, e ele nunca tinha ouvido falar. Para ele, foi como uma luz, um presente dos céus. Foi essa a

⁵⁵ Texto original: “We continued to be concerned, however, by some political elements in the situation. I had had a long talk with Goulart in Brasilia just before leaving, in this case with Roberto Campos present. Campos was back in Brazil in early March, a couple of days before I went to Washington. It was the night that the lobster war between Brazil and France broke out. We had dinner with Goulart in Brasilia and a long talk before and after, as well as during dinner, just the three of us. We reviewed some of the political developments since the Robert Kennedy visit, and I raised some questions about the attitudes of some of the elements in the new administration. The Labor Minister, Almino Afonso, and the Commander of the First Army, General Osvino Alves, were the two most striking ones, but there were also questions about the Chief of the Civil Household, Evandro Lins, now a member of the Supreme Court, and several technicians in the Presidency, including some of the group which had worked closely with Brizola and had been in the National Development Bank.”

Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/sites/default/files/archives/JFKOH/Gordon%2C%20Lincoln/JFKOH-LIG-01/JFKOH-LIG-01-TR.pdf> Acesso em: 23/03/2021.

reação. Ele estava muito preocupado com a dívida, mesmo que, em retrospecto, imagine-se que não. E conseguimos um acordo. Tivemos de reatar as relações entre Goulart e De Gaulle [Charles De Gaulle, 1890-1970. Foi general e estadista da França entre 1958 a 1969. Ainda participou do movimento de resistência francesa na Segunda Guerra Mundial.], que haviam se desentendido devido à Guerra da Lagosta. Jorge Serpa, que era assistente de Goulart, discutiu comigo a carta que Goulart enviou a De Gaulle para retomar o relacionamento entre eles e eu ajudei. Ele mantinha correspondência direta com Johnson. Havia feito isso com Kennedy após o encontro de abril de 1962, ao qual Goulart sempre se referia. Ele reencontrou Kennedy em Roma, na posse do Papa. Quando voltamos, ele estava entusiasmado com essa relação pessoal com Kennedy.⁵⁶

Portanto, dentre a discussão acerca do tema da Guerra da Lagosta através da documentação americana temos a fala de Gordon em ter ajudado na carta de retomada de relacionamento enviada por Goulart para De Gaulle. Na entrevista não é citada data específica sobre o envio da carta, porém para findar as relações temos o discurso sobre a Política Externa e Dívida Brasileira de João Goulart em fevereiro de 1964 que menciona esse fato.

[...]Orgulhamo-nos de poder afirmar que mantemos diálogo construtivo com todos os povos e não temos problemas com nenhum país. [...] Dos Estados Unidos da América recebemos manifestação de entendimento e colaboração através da carta que me endereçou, a 19 de dezembro último, o eminente presidente Lindon Johnson. Pelas cartas entre mim e o ilustre general De Gaulle em janeiro último, reolocamos nos devidos termos a tradicional amizade entre a França e o Brasil. (MARCELINO, 2010, p. 71)

Considerando as documentações e a entrevista, temos duas perspectivas, a primeira de que as relações bilaterais entre Brasil e França tiveram uma retomada após o conflito da Guerra da Lagosta, tendo ou não relação com Gordon e reforçado em visita do general no Brasil após a destituição de Goulart. De acordo com Lessa, “Goulart não foi o responsável pelo encaminhamento da retomada das relações franco-brasileiras” (LESSA, 2000, p. 235).

E em segundo lugar, que o final da Guerra da Lagosta se deu no ano de 1965 com um *modus vivendi* que atendia os propósitos brasileiros de investimentos de capital doméstico e com investimentos franceses garantindo o atendimento ao grande mercado da iguaria.

As questões de que seria a lagosta um peixe ou qual a distância da plataforma continental ficou para ser respondidas posteriormente. Dentre tantas analogias e suposições a respeito da lagosta, o episódio marcou as relações bilaterais entre Brasil e França, intrigou os EUA com

56

Disponível

em:

https://rodaviva.fapesp.br/materia_busca/99/lincoln%20gordon/entrevistados/lincoln_gordon_2002.htm Acesso em: 13/03/2021.

possíveis tendências francesas no território brasileiro e aflorou o imaginário da população em uma Guerra sem pólvora, portanto, sem vencedores.

CONCLUSÃO

O trabalho buscou apresentar novas abordagens e atores acerca do tema da Guerra da Lagosta, através da inserção dentro do sistema internacional baseado nos posicionamentos políticos de cada um dos Estados envolvidos com a inclusão de novas fontes para a ampliação do conhecimento a respeito do conflito.

Foram analisadas fontes primárias como jornais e telegramas para acrescentar mais informações no debate acerca do conflito. Contextualizamos o cenário da Guerra Fria e os interesses das potências na expansão de influências dentro da ordem mundial que se estabelecia. Como Brasil e França se posicionaram no início da década de 1960 com suas respectivas Políticas Externas Independentes e como esse posicionamento trouxe preocupações para os EUA e até mesmo uma oportunidade de expansão ideológica para a União Soviética.

A abordagem da Guerra da Lagosta através dessa visão nos permitiu ver o conflito através de vertentes ainda não abordadas no meio acadêmico, pois a percepção de que o conflito se intensificou através dos anos por si só pode ser insuficiente dentro das tensões que ocorreram no sistema internacional no mesmo período. O uso de documentos oficiais de outros Estados nos permitiu acompanhar preocupações e intenções no decorrer do conflito que geram ainda mais conhecimento sobre o período conturbado da história brasileira.

Além das questões diplomáticas acerca do conflito reforçamos a relevância dentro dos estudos marítimos, pois demonstra o impacto que a ausência de jurisdição pode causar aos Estados e a atuação da Marinha do Brasil na proteção da soberania nacional e da fauna local. O posicionamento da Marinha do Brasil e as ações, mesmo que limitadas, garantiram a proteção e o acompanhamento dos navios lagosteiros no momento da tensão de acordo com as suas possibilidades.

De acordo com as pesquisas realizadas podemos considerar que as motivações econômicas geraram os desconfortos diplomáticos, a pesca dos lagosteiros franceses na região do Nordeste brasileiro não tinha a intenção de pesquisa e sim de extração extensiva sem nenhuma preocupação com a fauna local. O potencial dos lagosteiros franceses para a pesca era muito maior do que os pescadores ribeirinhos que atuavam nessas regiões e impactavam nas indústrias locais, como a do primeiro precursor da indústria local, o estadunidense Davis Morgan.

A ausência de jurisdição permitiu com que o conflito se estendesse e chegasse ao ponto de seu ápice, pois não foi possível chegar a nenhum acordo legal entre as partes. As alegações francesas perpassavam por diversas teorias no intuito de justificar a legalidade da pesca,

enquanto o Brasil buscava garantir a soberania nacional. Nenhum dos Estados era signatário das Convenções sobre o Direito do Mar de 1958 e elas, por si só, não eram claras para a discussão, portanto permitiam interpretações.

Percebemos que as interpretações tiveram um grande papel na questão do conflito, enquanto a França interpretava o direito de pesca negado como uma ofensa e enviou um navio de guerra para a escolta de seus lagosteiros, o Brasil interpretou como um sinal de dissuasão e uma ameaça real contra sua soberania. As interpretações de cada Estado e a falha diplomática na resolução desse conflito resultaram em uma mobilização total da Marinha Brasileira no intuito de proteger a região de qualquer movimentação francesa.

O tempo de atuação da diplomacia entre as partes não foi o suficiente para garantir a contenção desse desentendimento, a exigência francesa de um *modus vivendi* entre as partes era focada unicamente para o interesse francês e a diplomacia brasileira não soube embasar argumentações suficientes para a imposição da sua soberania no território explorado de maneira eficaz.

Pudemos verificar que a tensão ocorrida do posicionamento brasileiro na crise dos mísseis gerou um grande incômodo ao governo dos EUA, que por sua vez passou a se preocupar com os direcionamentos do governo brasileiro, em específico as tendências do presidente João Goulart, para uma possível aproximação com a União Soviética. De acordo com os telegramas das representações diplomáticas dos EUA no Brasil, até mesmo uma possível terceira opção dentro do mundo bipolar foi levantada considerando uma aproximação com a França e a possibilidade de se fortalecer como uma nova potência, porém o episódio da Guerra da Lagosta teria desfeito esse plano.

De uma maneira geral, a pesquisa buscou apresentar novas fontes acerca do conflito e fomentar novas discussões incluindo não apenas as relações entre Brasil e França e sim o contexto do sistema internacional e sua bipolaridade. As movimentações da Política Externa Independente de Brasil e da França trouxeram ao cenário do conflito da Guerra da Lagosta um interesse por parte dos EUA, uma vez que essa potência buscava se impor dentro do continente americano após a crise dos mísseis.

A pesquisa buscou aprofundar os principais aspectos que motivaram o conflito e como esses itens estavam dentro do contexto histórico, sendo a questão econômica um fator primordial na busca de atender os mercados crescentes, a ausência de legislação dentro do cenário internacional como um motivador de novos conflitos e permissivo de interpretações de acordo com as necessidades e, por fim, a questão militar começando pelo envio do navio de

guerra para acompanhar os lagosteiros e a resposta brasileira de contenção frente a essa suposta dissuasão francesa, com um posicionamento também dissuasivo.

Sinalizamos a participação da imprensa como um gatilho de intensificação do conflito através das ações governamentais, a fim de criar uma opinião pública a favor ou contra o governo, de acordo com a linha editorial de cada um dos jornais motivados pelas incertezas que o contexto que aqueles anos permitia após a tensão das potências em Cuba.

A desconfiança dos EUA dentro desse período é o grande chamariz para acompanharmos esse conflito, uma vez que após o posicionamento brasileiro em respeito à soberania de Cuba no evento da crise dos mísseis, gerou uma grande preocupação do então presidente John Kennedy sobre os possíveis direcionamentos do presidente brasileiro. O acompanhamento das ações de João Goulart estava sendo feito constantemente através das representações diplomáticas dos EUA no país e até mesmo na proximidade que o embaixador, Lincoln Gordon, tinha dentro do governo brasileiro.

Essa preocupação não teve como foco o conflito da Guerra da Lagosta, perto dos demais interesses dos EUA no período, mas foi acompanhado desde o princípio dos incidentes até a sua resolução final para garantir que nenhuma das preocupações adjacentes desse tema pudessem se intensificar em decorrência desse conflito.

O trabalho nos permitiu ampliar a visão do conflito e suas motivações dentro do sistema internacional, além de ressaltar o papel de prontidão da Marinha do Brasil para com a defesa da soberania nacional. Podemos concluir que a Guerra da Lagosta é um tema que não fica restrito apenas às relações entre Brasil e França, ou mesmo nas análises marítimas jurídicas e militares, mas a decorrência de eventos, crises e ausência de legislação do sistema internacional que estava sendo formado influenciaram diretamente na intensidade do conflito.

As questões que levantamos inicialmente tiveram também suas respostas no decorrer do estudo. Como apenas a pesca não autorizada e as contestações de cada Estado poderiam implicar em uma quase guerra? A resposta dessa questão está no cerne do estudo, uma vez que o interesse primário partiu da iniciativa privada e terminou com a movimentação militar, seria esse o fator motivador?

Após discorrer sobre o tema, acreditamos que seja um ponto a ser mensurado, porém não o único motivo. A defesa da soberania sim é um assunto que pode levar a uma guerra, porém, não foi apenas a soberania nacional que havia sido colocada em prova. O próprio contexto de tensão do sistema internacional e as intenções das políticas externas de Brasil e França travaram um embate particular.

Outro ponto que devemos considerar é que a pesca não autorizada não deveria chegar a essa intensidade na resolução do conflito se as jurisdições sobre o Direito do Mar estivessem esclarecidas e impostas dentro de um comum acordo. Os acordos internacionais têm um tempo de maturação grande e não conseguiram se adequar a velocidade que a segunda metade do século XX propôs para os acordos globais dentro da formatação do sistema bipolar.

Essa questão automaticamente responde a segunda situação levantada na introdução, de que a ausência de regulamentação do Direito do Mar impactaria na fauna marinha do território ribeirinho para atender uma questão econômica. Notamos que o consumo da lagosta esteve atrelado a um status social, esse no qual um prato fino e cheio de requintes, portanto, reafirmando uma classe social ou mesmo paladares distintos.

No entanto, a ausência de uma jurisdição internacional sobre o Direito do Mar que atendesse todas as vertentes necessárias não estaria pronta no final da década de 1950, como observamos com as Convenções sobre o Direito do Mar de 1958. Muitos pontos que foram levantados dentro das convenções não eram claros ou mesmo de acordo para com os Estados participantes, permitindo com que ações, como a francesa, pudessem correr os oceanos em busca de atender seus mercados consumidores.

Ao sair da África em direção ao Brasil, os lagosteiros franceses esperavam atuar da mesma maneira que vinham atuando, porém não foi o cenário que encontraram. A região que estavam pescando de maneira extensiva ficou extremamente prejudicada e houve a quebra do ciclo de reprodução das lagostas na região, portanto, não foi possível manter a pesca nas proximidades do continente europeu. Observando as investidas de Morgan na criação da indústria de pesca no nordeste brasileiro, viram como uma oportunidade a prática e buscaram diversas investidas com esse intuito de pesca.

Caso não houvesse a repressão da Marinha do Brasil na contenção dos lagosteiros, iria a França buscar novos locais de pesca após a ausência do crustáceo na plataforma brasileira? Seria uma possibilidade, uma vez que a preocupação não tinha fins ambientais ou sustentáveis, apenas extrativos. As invasões territoriais com o intuito de atender ao mercado consumidor poderiam acontecer com maior intensidade, principalmente em Estados como o Brasil que não estavam diretamente atrelados a uma potência, não representando ameaças diretas para a França.

Dentro dos objetivos específicos levantamos cinco questões para nortear o trabalho. Conforme a primeira questão tomamos a abordagem de tratar que a principal motivação para o conflito deu-se por conta das questões da iniciativa privada em buscar novos locais de pesca que pudessem atender sua crescente demanda. Além disso, que fossem lucrativas, portanto, a

pesca legalizada em outro Estado estaria diretamente ligada com o pagamento de impostos ao respectivo Estado, se tornando menos lucrativas.

O período da Era de Ouro do capitalismo apresentava um mercado consumidor ávido por novas experiências e tecnologias, além de oferecer oportunidades crescentes de consumidores devido ao aquecimento ocorrido após a reconstrução dos países destruídos pela Segunda Guerra Mundial.

As indefinições em relação a esse conflito se restringiram exclusivamente a ausência de jurisdição reconhecida por ambos os Estados. Entre ambos o acordo de 1909 não servia como referência por se tratar de um novo contexto mundial, a legislação brasileira não era reconhecida pela França e ambos não reconheciam as Convenções sobre o Direito do Mar de 1958. Podemos considerar que o *modus vivendi* foi encontrado apenas em 1965 com a formação da IRPEX dentro dos parâmetros sinalizados pelo Brasil no recebimento em dólar e a França, por sua vez, receberia as lagostas vivas.

A questão sobre apenas Brasil e França serem os atores no conflito, podemos considerar que eles foram os coadjuvantes dentro de um contexto ainda maior. As amarras de toda a estruturação foram impactadas diretamente por outros acontecimentos que ocorriam simultaneamente em cada um dos Estados. Instável com as questões internas e os desejos de retorno a sua grandiosidade, a França não possuía intenções de um conflito bélico com o Brasil, enviou apenas um navio de guerra e, de acordo com os jornais, não almejava o uso de suas armas nucleares na Guerra da Lagosta.

O Brasil, por sua vez, não possuía forças suficientes para uma guerra contra a França. O posicionamento, tanto da Marinha quanto o apoio da FAB, foi de contenção da situação através de uma dissuasão de seu poderia naval, porém não poderia oferecer nada além disso. Enquanto o conflito tomava formas entre os dois Estados, avidamente os EUA buscavam informações que poderiam ser úteis na contenção do direcionamento brasileiro a uma busca de apoio fora de sua alçada.

As intenções de investimentos no Brasil feita pelos EUA teriam apenas como interesse o fechamento das portas brasileiras para a União Soviética, e a instabilidade em considerar que essa ação não seria suficiente gerou uma grande preocupação, pois a Aliança para o Progresso não estava trazendo os resultados esperados e isso significava para os EUA que o Brasil não vinha dando importância para esse investimento como deveria ser dada. Portanto, podemos considerar que um dos atores dentro desse conflito em um cenário de espectador foram os EUA, que observou todas as movimentações desde o início e pôde findar com a manutenção de sua ordem, impedindo que as relações entre Brasil e França se reforçassem e podendo abrir margem

a um fortalecimento francês além de conseguir afastar o espectro comunista do território brasileiro.

Sobre a questão do conceito de guerra, fica claro quando falamos sobre a participação da imprensa dentro do conflito e a formatação do imaginário nacional sobre as investidas francesas. Após momentos de tensões globais, a utilização do termo “guerra” para reverenciar o conflito teve um impulso em sua intensidade. Não podemos afirmar, de fato, se foi a imprensa quem movimentou a utilização do termo, mas o conflito ficou marcado por essa associação. A Guerra da Lagosta acabou por ser uma guerra fora do conceito utilizado no trabalho, foi uma guerra sem violência e sem pólvora.

Os pontos mencionados se entrelaçam no decorrer do trabalho, assim como a resposta para as questões iniciais, pois quando questionamos se houve pressões ou intervenções externas não temos documentações oficiais que comprovem. Ficamos atrelados aos relatos do Embaixador Lincoln Gordon em suas entrevistas sobre como atuou junto ao governo brasileiro no acompanhamento do conflito.

É notável que o acesso às informações do Embaixador era de grande relevância, pois ele estava constantemente junto de João Goulart e tinha acesso frequente aos diplomatas do governo brasileiro. Sua vinda ao Brasil, após o incidente com o Embaixador anterior, rendeu por fim bons resultados ao governo dos EUA e seus planos em relação ao Brasil, porém, em relação a Guerra da Lagosta, podemos considerar que se houve uma intervenção ela foi discreta e passou longe de fontes e registros escritos, apenas esteve nas entrevistas de Gordon ou em saber da sua proximidade no auge que a crise havia se dado.

Por fim, para que possamos fechar as questões levantadas, quem seria o vencedor e quando o conflito teve fim? De acordo com as respostas anteriores, não podemos considerar o conflito como uma guerra, portanto não veremos por esse ângulo de uma disputa militar ou mesmo como a resolução de uma guerra, pois por essa visão o Brasil seria o vencedor, devido ao seu posicionamento militar e pelo simples fato de que a França se restringiu ao envio de apenas um navio de guerra.

Neste conflito, sendo ele resolvido por meios diplomáticos e com uma resolução pacífica que atendeu ambos os Estados, não podemos considerar vencedores. A resolução do conflito está baseada na perda dos dois Estados de suas ambições iniciais com o intuito de chegarem a um acordo viável. A França teve que ceder ao pagamento de impostos e abrir mão do lucro total das vendas, além de ter que reconhecer o território como soberania do Brasil, uma vez que o acordo foi firmado. Em relação ao Brasil a perda foi quanto ao despreparo no posicionamento naval para enfrentar crises, na condução da situação no auge da sua tensão,

com as pescas irregulares durante os anos em que não encontravam uma solução e, por fim, na economia interna, pois ao ceder ao acordo com a França seria necessário uma atenção interna para lidar com os sindicatos e os pescadores ribeirinhos.

Podemos considerar que as questões levantadas foram esclarecidas na medida do possível, porém algumas parcialmente, uma vez que não temos documentação necessária que comprove por via de fatos. Devemos considerar que a discussão acerca do tema trouxe novas informações e fatos até então não debatidos no meio acadêmico.

A introdução de novas fontes para o estudo do conflito pode ser de grande utilidade para futuras pesquisas e abrir o leque de discussões que nos permitam compreender ainda mais o conflito e sua decorrência em um período tão conturbado dentro do cenário nacional e internacional. As fontes utilizadas podem levantar questões fora do tema foco desse estudo, podendo trazer novas perspectivas e conhecimentos sobre a história do nosso país.

Portanto, o trabalho apresentou novas fontes e informações sobre o assunto e espera-se que esse tema traga novas discussões para o ambiente acadêmico e militar, com o intuito de reforçarmos a importância dos estudos marítimos e principalmente da defesa da soberania nacional. Além disso, é importante ressaltar as políticas externas e decisões que visam o posicionamento do país e suas alianças dentro do sistema internacional.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cabot-john-moors> Acesso em: 08/03/2021.

_____. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribunada-imprensa> Acesso em: 01/02/2021.

_____. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de-janeiro> Acesso em: 01/02/2021.

_____. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/lincoln_gordon Acesso em 07/03/2021.

ALESSANDRINI, Federico. Importanza delle aragoste. **L'Osservatore Romano**. Cidade do Vaticano, p. 5-5. 03 mar. 1963. Disponível em: https://www.osservatoreromano.va/it/osservatore-della-domenica/pdfreader.html/odd/pdf/OsservatoreDellaDomenica_19630303_09.pdf.html Acesso em: 07/03/2021.

AMARAL, Misael Henrique Silva do. **O poder pelo mar: a indústria de construção naval militar no Brasil a partir da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1961)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Dissertação de Mestrado em História, Política e Bens Culturais, 2013.

ARRAES, Marcos Alexandre. **Guerra Fria: uma arqueologia do conceito (e sua atualidade) a partir do ocidente**. História Social e Política v. 32, n. 50, 2019. ISSN 2175-0173 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22562/2019.50.06> Acesso em: 14/02/2021.

BENIZI, Shmuel. "Report from Cultural Attaché at the Israeli Embassy, Rio de Janeiro, Smeul Benizi, 18 January 1962, Subject: 'Brazil – Cuban-Latin American Relations'," January 18, 1962, History and Public Policy Program Digital Archive, File MFA 3440\20, Israel State Archive (ISA), Jerusalem, Israel; obtained and translated from Hebrew by Guy Laron. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/115406> Acesso em: 06/03/2021.

BIGGANE, Helen. "Fisheries: French-Brazilian 'Lobster War' of 1963 Reported Comes to a Peaceful End" (1965). **Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-**

80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:378006/> acesso em: 12/03/2021.

BJÖRKQVIS, Kaj. FRY, Douglas P. **Cultural Variation in Conflict Resolution – Alternatives to Violence.** New Jersey. 1997.

BOHLEN, Charles E., "**Franco-Brazilian Lobster Dispute Remains Unresolved**" (1963). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:355448/> Acesso em: 11/03/2021.

_____. "**Franco-Brazilian Relations at Impasse**" (1963). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:355303/> Acesso em: 11/03/2021.

BRAGA, Claudio da Costa. **A Guerra da Lagosta.** Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2004.

BRAHIMI, Lakhdar. "**Note to the GPRA Minister of Foreign Affairs, 'Mission to Cuba'**," January 18, 1962, History and Public Policy Program Digital Archive, Dossier 10/03/22; Fond: GPRA, 1958-62; Archives Nationales d'Algérie, Alger. Translated from French and transcribed by Pierre Asselin, with Paulina Kostrzewski. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/121596> Acesso em: 08/03/2021.

BUZAN, Barry. **People, States and Fear - An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era.** Boulder, USA: Lynne Rienner Publishers, 1991.

Campos, Roberto (Roberto De Oliveira), **1917-2001.** JFKOH-RDOC-01. Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKOH/Campos%2C%20Roberto%20de%20Oliveira/JFKOH-RDOC-01/JFKOH-RDOC-01> Acesso em: 11/03/2021.

CARVALHO, Gustavo de Lemos Campos. **O mar territorial brasileiro de 200 milhas: estratégia e soberania, 1970-1982.** Brasília: Rev. bras. polít. int., v. 42, n. 1, p. 110-126, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v42n1/v42n1a05.pdf> Acesso em: 20/07/2020.

COLOM PIELLA, Guillem. **El fin de un Imperio: La Defensa Británica en la Guerra Fría.** Disponível em: https://armada.defensa.gob.es/archivo/rgm/2017/01/Capitulo_02.pdf Acesso em: 02/02/2021.

DECRETO DE LEI Nº28.840, de 8 de novembro de 1950. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/451482/publicacao/15637339> Acesso em 12/01/2021.

DELGADO-ARIAS, Eugene. "**Weekly Summary No. 33**" (1963). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:331448/> Acesso em 11/03/2021.

_____. "**Weekly Summary No. 35**" (1963). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:331384/> Acesso em: 11/03/2021.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **Ligações perigosas: a deterioração das relações entre os governos de João Goulart e John Kennedy no ano de 1962**. Charqueada: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tem/v24n3/1980-542X-tem-24-03-525.pdf> Acesso em: 11/03/2021.

ESPÓSITO, Fábio Adorno. **O Movimento dos Países Não-Alinhados e o Sistema Internacional em 1961**. XXV Encontro Estadual de História da Anpuh-SP: História, desigualdades & diferenças. Disponível em: https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-sp-erh2020/1597790527_ARQUIVO_85565203f2958a0b03278aa8d8050421.pdf Acesso em: 14/02/2021.

FERRER, Francisca Carla; MATOS, Júlia Silveira. **A construção do Canal de Suez e a Formação do Conflito: a Força de Paz Brasileira na Faixa de Gaza**. Universidade Federal do Rio Grande, 2006. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/203/65.pdf?sequence=1> Acesso em: 14/02/2021.

FONSECA JR, Gelson. **O Sistema Internacional Durante a Guerra Fria**. São Paulo: Revista USP. 1995, P. 130.

FONTELES FILHO, Antônio Adauto; SILVA, Alessandra Cristina da. **Avaliação do defeso aplicado à pesca da lagosta no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Editora Expressão Gráfica, 2011.

FREIXO, Adriano de (org.); RODRIGUES, Thiago (org.) et al. **San Tiago Dantas e a Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Editora Luzes, 2016.

GONÇALVES, Williams da Silva. **Sobre a Inserção do Brasil no Mundo**. Jornal dos Economistas. Disponível em: <https://www.corecon-rj.org.br/anexos/15A69C36AE8E23492826687916F39EB6.pdf>

GONÇALVES, Williams da Silva; LESSA, Mônica Leite (organizadores). **História das Relações Internacionais: teoria e processos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

GORDON, Lincoln. "**Franco-Brazilian Diplomatic Friction**" (1963). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University

Library. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:355306/> Acesso em: 11/03/2021.

_____. "**Franco-Brazilian Lobster War Discussed by French Embassy**" (1963). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:355437/> Acesso em: 11/03/2021.

_____. Lincoln Gordon Personal Papers. Ambassador to Brazil, 1960-1966. Speech files: American Chamber of Commerce, "**Foreign Private Investment and Brazilian Economic Development**," Sao Paulo, 22 May 1963 (folder 1 of 2). LGPP-128-011. John F. Kennedy Presidential Library and Museum. Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/LGPP/128/LGPP-128-011> Acesso em: 23/03/2021.

_____. Lincoln Gordon Personal Papers. Government Posts and Consulting, 1939-1961. **Latin American Policy, Berle Group, 1960-1961** (folder 2 of 3). LGPP-101-006. John F. Kennedy Presidential Library and Museum. Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/LGPP/101/LGPP-101-006> Acesso em 07/03/2021.

_____. Roda Viva. Entrevistadores: Paulo Markun, Lourival Sant'Anna, João Batista Natali, Luiz Gonzaga Belluzzo, Sebastião Velasco e Cruz, Andréas Adriano, Vicente Adorno. São Paulo: Roda Viva, 2002. **Entrevista concedida ao Projeto Memória Roda Viva**. Disponível em: https://rodaviva.fapesp.br/materia_busca/99/lincoln%20gordon/entrevistados/lincoln_gordon_2002.htm Acesso em: 13/03/2021.

_____. **ORAL HISTORY INTERVIEW - JFK #1**, 5/30/1964 JFKOH-LIG-01. Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/sites/default/files/archives/JFKOH/Gordon%2C%20Lincoln/JFKOH-LIG-01/JFKOH-LIG-01-TR.pdf> Acesso em: 23/03/2021.

HOBBSAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLEINDRE, Jean-Vincent. **Aron Raymond Aron e a Sociologia das Relações Internacionais**. Lisboa, 2012

KENNEDY, Paul. **The Rise and Fall of the Great Powers**. New York, 1987.

KEPPEL, JOHN. "**Role of Presidential Household Within Brazilian Government**" (1963). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:354951/> acesso em: 11/03/2021.

_____. Papers of John F. Kennedy. **Presidential Papers. National Security Files. Countries. France: General, March 1963: 21-31.** JFKNSF-072-007. John F. Kennedy Presidential Library and Museum. Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKNSF/072/JFKNSF-072-007> Acesso em: 12/12/2019.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia.** São Paulo: Editora Saraiva, tradução Saul S. Gefter, Ann Mary Fighiera Perpétuo, tradução revista Heitor Aquino Ferreira 2012.
KN-C20809. President John F. Kennedy Meets with President João Goulart of Brazil, 3 April 1962. Disponível em: https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKWHP/1962/Month%2004/Day%2003/JFKWHP-1962-04-03-C?image_idenfier=JFKWHP-KN-C20809 Acesso em: 10/03/2021.

LESSA, Antônio Moraes Lessa. **A Parceria bloqueada: As relações entre França e Brasil, 1945 - 2000.** Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em História, 2000.

LOHBAUER, Christian. **História das Relações Internacionais II.** Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

LOUREIRO, Felipe Pereira. A "**Última Chance**": o governo Kennedy e o Plano Trienal. In: III Congresso Brasileiro de História Econômica e 10ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2011, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

MALESEVIC, Sinisa. **The Sociology of War and Violence.** New York: Cambridge University Press, 2010

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. **Opinião pública e política externa do Brasil do Império a João Goulart: um balanço historiográfico.** Brasília: Rev. Bras. Polít. Int. 42 (1): 30-61, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v42n1/v42n1a02.pdf> Acesso em: 16/02/2021.

MARCELINO, Wanielle Brito (org.). **Discursos selecionados do presidente João Goulart.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/641-Discursos_joao_goulart.pdf Acesso em 28/03/2021.

MARINHA DO BRASIL. **Introdução à História Marítima Brasileira.** Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a Contra-Insurreição.** Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 12, p. 67-82, jun. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/n12/n12a04.pdf> Acesso em 05/03/2021.

MATTHEWS, Wade H. B., "**Weekly Summary**" (1963). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.

Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:331390/> Acesso em: 11/03/2021.

MAY, Herbert K., Papers of John F. Kennedy. **Presidential Papers. President's Office Files. Countries. Brazil: Security, 1963.** Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/112/JFKPOF-112-015> Acesso em: 11/03/2021. P. 20.

MENEZES, Wagner. **O direito do mar.** Brasília: FUNAG, 2015.

MOURAO, Ronaldo Rogério de Freitas. **Hiroshima e Nagasaki: razões para experimentar a nova arma.** São Paulo, 2005

MUNIZ, Tulio Souza. A “Guerra da Lagosta”, o “Dispositivo Pós-Colonial” e o Golpe de 1964. *Brasília: Journal for Brazilian Studies*, 2013. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/8029> Acesso em: 28/12/2020.

_____. A “Guerra da Lagosta”: um Laboratório para o Golpe Militar de 1964 e suas Abordagens na Imprensa Regional. *Brasília – Journal for Brazilian Studies*, Vol. 2, n.2, ISSN 2245-4373, Novembro, 2013, p. 345.

_____. “A mão do mar”: a emergência do dispositivo pós-colonial um estudo comparado de Maritimidade Portugal - Brasil. Tese de doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2011.

_____. **O Ouro do Mar: Do surgimento da indústria da pesca da lagosta no Brasil à condição do pescador artesanal na História do tempo presente (1955-2000). Uma narrativa sócio-histórico marítima.** Fortaleza. Dissertação de Mestrado em História Social – Universidade Federal.

NUNES, Isabel Ferreira. **Os conflitos regionais e a segurança internacional.** Disponível em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1558/1/NeD80_IsabelFerreiraNunes.pdf Acesso em: 02/01/2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) (1958). **Convenções sobre o Direito do Mar.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1960-1969/decretolegislativo-45-15-outubro-1968-346852-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 02/12/2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) (1982). **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99165-12-marco-1990-328535-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 02/12/2020.

"Brazilian-French Dispute Over Lobster Fishing Fleet" (1963). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University

Library. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:355360/> Acesso em: 11/03/2021.

"French Consul Responds to Press Statements about Brazilian-French Lobster Dispute" (1963). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:355367/> Acesso em: 11/03/2021.

"Meeting between General Charles de Gaulle and Dean Acheson, Elysee Palace, Paris," October 22, 1962, History and Public Policy Program Digital Archive, Documents Diplomatiques Français, 1962, Tome II (1er Juillet-31 Décembre), (Paris: Imprimerie Nationale, 1999), pp. 315-19. Translation by Garret J. Martin. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/115416> Acesso em: 08/03/2021.

Papers of John F. Kennedy. Presidential Papers. National Security Files. Countries. **Brazil: General, June 1963.** JFKNSF-014-004. John F. Kennedy Presidential Library and Museum. Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKNSF/014/JFKNSF-014-004> Acesso em: 13/03/2021.

Papers of John F. Kennedy. Presidential Papers. President's Office Files. **Press Conferences. 10 August 1961: Background materials.** JFKPOF-054-017. John F. Kennedy Presidential Library and Museum. Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/054/JFKPOF-054-017> Acesso em: 05/03/2021.

Papers of John F. Kennedy. Presidential Papers. President's Office Files. Countries. **Cuba: Security, 1962.** Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/115/JFKPOF-115-004> Acesso em: 10/03/2021.

Papers of Robert F. Kennedy. Attorney General Papers. **Attorney General's Confidential File. 6-2: Cuba: Cuban Crisis, 1962: Executive Committee, NSC (1 of 2 folders).** Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/RFKAG/214/RFKAG-214-022> Acesso em: 11/03/2021.

PEREIRA, R. P., & ALENCAR, D. M. **A criação da Otan e sua permanência do período pós-Guerra Fria.** Fronteira: Revista De iniciação científica Em Relações Internacionais, 3(5), 83-104. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/5068> Acesso em: 20/12/2020.

PHILLIPS, Bruce F. **Lobster: Biology, Management, Aquaculture and Fisheries.** 2º Edição. Oxford: John Wiley & Sons, Ltd, 2013.

ROCHA, Miguel Estanqueiro. **A Europa e Estados Unidos durante a administração Kennedy (1961 – 1963).** Coimbra: Impactum Coimbra University Press, 2014. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/33988/1/DebateraEuropa11_artigo18.pdf Acesso em 19/03/2021.

ROCHMAN, Alexandre Ratner. **A avaliação de poder nas relações internacionais**. São Paulo: Lua Nova, 1999.

ROWELL, Edward J. "**Weekly Summary No. 28 (Week of January 26 through February 1, 1964)**" (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:358114/> Acesso em: 12/03/2021.

Declarada a Guerra da Lagosta entre o Brasil e a França. Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro, p. 4. 10 fev. 1963. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_02/12345 http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&Pesq=%22Guerra%20da%20Lagosta%22&pagfis=12345 Acesso em: 01/02/2021.

Goulart pede a de Gaulle que ouça o Brasil: não toque nas lagostas. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, p. 1-1. 22 fev. 1963. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/27831 Acesso em: 07/03/2021.

La Convention de Genève et le " Plateau Continental". Le Monde. Paris, p. 1-1. 27 fev. 1963. Disponível em: https://www.lemonde.fr/archives/article/1963/02/27/la-convention-de-geneve-et-le-plateau-continental_2228059_1819218.html Acesso em: 03/03/2021.

L'ambassadeur du Brésil a remis au général de Gaulle un message du président Goulart. Le Monde. Paris, p. 1-1. 25 fev. 1963. Disponível em: https://www.lemonde.fr/archives/article/1963/02/25/l-ambassadeur-du-bresil-a-remis-au-general-de-gaulle-un-message-du-president-goulart_2228250_1819218.html Acesso em: 03/03/2021.

Les Brésiliens demandent le retrait du " Tartu " avant de poursuivre les négociations sur les droits de pêche. Le Monde. Paris, p. 1-1. 01 mar. 1963. Disponível em: https://www.lemonde.fr/archives/article/1963/03/01/les-bresiliens-demandent-le-retrait-du-tartu-avant-de-poursuivre-les-negociations-sur-les-droits-de-peche_2216623_1819218.html Acesso em: 03/03/2021.

On navire de guerre est envoyé pour protéger les langoustiers bretons opérant au large de la cote nord-est du Brésil. Le Monde. Paris, p. 1. 23 fev. 1963. Disponível em: https://www.lemonde.fr/archives/article/1963/02/23/on-navire-de-guerre-est-envoye-pour-protoger-les-langoustiers-bretons-operant-au-large-de-la-cote-nord-est-du-bresil_2229653_1819218.html Acesso em: 01/02/2021.

Guerra da Lagosta. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, p. 4. 13 fev. 1963. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/27608 Acesso em: 01/02/2021.

SOUTO MAIOR, Luiz A. P. **A ordem mundial e o Brasil**. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, 2003.

SOUZA, Fernando de (org.). **Dicionário de Relações Internacionais**. 954. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2005. Disponível em: <https://politica210.files.wordpress.com/2015/06/dicionario-das-relac3a7oes-internacionais.pdf> Acesso em: 28/12/2020.

TOWNSEND, Elisabeth. **Lobster: A Global History**. Londres: Reaktion Books Ltd, 2011.

TRUMAN, Harry S. **Truman's Speech "A Fateful Hour"** (1947). Disponível em: <https://www.americanrhetoric.com/speeches/harrystrumantrumandocctrine.html> Acesso em: 10/12/2020.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. 1983.

ZANELLA, Tiago V. **Manual de Direito do Mar**. Belo Horizonte: Editora Plácido, 2017.